

TATIANA DOS SANTOS ROMÃO

**ENTRE ESTRATÉGIA E FORMA: O PAPEL DO
ARQUITETO NA PRÁTICA DA ARQUITETURA
PARTICIPADA**

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Rita Pais Ramos Abreu de Almeida

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Lisboa

2018

TATIANA DOS SANTOS ROMÃO

**ENTRE ESTRATÉGIA E FORMA: O PAPEL DO
ARQUITETO NA PRÁTICA DA ARQUITETURA
PARTICIPADA**

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, no dia 1 de fevereiro de 2018, perante o júri nomeado pelo Despacho de Nomeação nº 407/2017, de 20 de novembro, com a seguinte composição:

Presidente: Prof. Dr. Pedro Carlos Bobone Ressano Garcia

Arguente: Prof.^a Dra. Catarina Isabel Santos Patrício Leitão

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Rita Pais Ramos Abreu de Almeida

Vogal: Prof. Dr. João Filipe Ribeiro Borges da Cunha

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Lisboa

2018

Resumo

A forma como está planeado, desenhado e organizado o espaço habitacional tem um grande impacto nas vidas e futuro dos seus habitantes, bem como na sustentabilidade das comunidades. Dada a diversidade das comunidades no mundo globalizado atual, qualquer abordagem de cariz sustentável deve reconhecer a importância do papel que cada cidadão pode desempenhar, quer enquanto indivíduo e enquanto membro da comunidade, quer como parte de uma economia produtiva.

Vivemos em sociedades cada vez mais complexas e diversificadas e, como tal, os arquitetos e urbanistas enfrentam o desafio de projetar cidades para sociedades, para além de multiculturais, com graves discrepâncias socioeconómicas que, quando não tidas em conta, podem ter consequências graves. Mais do que o poder legislativo, as normas e valores das culturas dominantes estão profundamente enraizadas nas atitudes, comportamentos e práticas dos profissionais que, não sendo capazes de ver para além delas, impõem a sua visão da situação àqueles que não têm voz para objetar.

Esta dissertação pretende alertar para a forma como entendemos as comunidades (principalmente as comunidades desfavorecidas) e as suas necessidades, a forma como vemos o habitante – como mero utilizador final, ao invés de parte integrante da habitação – e a forma como procedemos enquanto profissionais em consequência desse entendimento. É cada vez mais urgente a prática de uma arquitetura que reconheça a importância do poder do habitante na construção de comunidades sustentáveis e de uma arquitetura alargada e ajustada, onde o arquiteto possa utilizar todas as suas capacidades e facetas, em situações onde a sua intervenção possa ter um significado social, verdadeiramente, relevante.

Palavras-chave: Participação; Desenvolvimento Comunitário; Sustentabilidade; Habitação; Processos.

Abstract

The way the living space is organized, designed and planned has great impact on the lives and future of its inhabitants, as well as on the sustainability of the communities. Given the diversity of the communities in today's globalized world, any sustainable approach must recognize the importance of the role that each citizen can play either as an individual and as a member of the community or as part of a productive economy.

We live in increasingly complex and diversified societies and, as such, architects and urban planners face the challenge of designing cities for societies, in addition to being multicultural, with serious socio-economic discrepancies which, if not taken into account, can have devastating consequences. More than legislative power, the norms and values of dominant cultures are deeply rooted in the attitudes, behaviors, and practices of professionals who, by not being able to see beyond them, impose their vision of the situation on those who have no voice.

This dissertation aims to alert for the way we understand communities (especially disadvantaged communities) and their needs, the way we see the inhabitant - as a mere end-user, rather than an integral part of housing - and how we proceed as professionals in consequence of this understanding. It is more and more urgent to practice an architecture that recognizes the importance of the power of the inhabitant in building sustainable communities and of a broad and adjusted architecture, where the architect can use all his capacities and versatility in situations where his intervention can have a truly relevant social meaning.

Key-words: Participation; Community Development; Sustainability; Housing; Processes.

Índice

Resumo	1
Abstract.....	2
Índice	3
Índice de Figuras	4
Introdução.....	6
Parte 1 - A Arquitetura e a Participação	8
1.1. A arquitetura informal, a autoconstrução e a participação comunitária	15
1.2. A prática da participação em Portugal.....	42
1.2.1 A prática da habitação social em Portugal antes da Revolução	42
1.2.2. As experiências participativas dos processos SAAL.....	47
Parte 2 – O Arquiteto e a Participação	53
2.1. A Quinta Monroy como exemplo de enfoque na forma.....	63
2.1.1 Intervenientes.....	64
2.1.2. A participação no programa	65
2.1.3 Resposta formal	68
2.2. O Guyana’s Hinterland Housing Program como exemplo de enfoque na estratégia	73
2.2.1 Intervenientes.....	75
2.2.2 A participação no programa	77
2.2.3 Resposta formal	82
2.3. Entre estratégia e forma: o papel do arquiteto na prática da arquitetura participada	85
Conclusão	90
Bibliografia.....	92

Índice de Figuras

Figura 1_Relação entre recursos e impactes na evolução do desenvolvimento. (Hamdi, 2010, p. 10).....	13
Figura 2_Fotografias da exposição. (The Museum of Modern Art, 1964).....	15
Figura 3_Características-chave das duas abordagens – <i>Providing</i> e <i>Supporting</i> – segundo Nabeel Hamdi, 1991.....	20
Figura 4_ <i>A Ladder of Citizen Participation</i> . (Arnstein, 1969).....	23
Figura 5_Alterações à <i>Ladder of Citizen Participation</i> segundo Deshler e Sock, 1985.	25
Figura 6_Dimensões principais da capacitação segundo Peter Oakley, 1991.....	29
Figura 7_Principais objetivos da participação segundo Peter Oakley e Dory Reeves.	32
Figura 8_ Princípios internacionais de participação pública segundo Dory Reeves, 2005.	34
Figura 9_ Principais fases da participação segundo Henry Sanoff, 2000.	35
Figura 10_ Objeções à participação e respostas de Henry Sanoff, 2000.....	37
Figura 11_Benefícios da participação segundo Peter Oakley, 1991.	38
Figura 12_Características do programa das rendas económicas. (Silva, 1994)	43
Figura 13_Características do programa das casas desmontáveis. (Silva, 1994)	44
Figura 14_Características do programa das casas para famílias pobres. (Silva, 1994).....	44
Figura 15_Características do programa das casas de renda económica. (Silva, 1994)	45
Figura 16_Características do programa das casas de renda limitada. (Silva, 1994)	45
Figura 17_A prática convencional vs a prática participativa da arquitetura segundo Henry Sanoff, 2000.....	59
Figura 18_ <i>Workshop</i> com a comunidade. (Aravena & Lacobelli, 2012).....	66
Figura 19_Visita à obra (Aravena & Lacobelli, 2012).....	67
Figura 20_Conceito de “habitação progressiva”. (Aravena & Lacobelli, 2012).....	68
Figura 21_Tipologias rejeitadas (Aravena & Lacobelli, 2012).....	69
Figura 22_Tipologia adotada – “edifício paralelo”. (Aravena & Lacobelli, 2012).....	69
Figura 23_Estudo da proposta antes e depois das expansões. (Aravena & Lacobelli, 2012) ..	70
Figura 24_Parte da proposta edificada antes e depois das expansões. (Aravena & Lacobelli, 2012).....	71
Figura 25_Localização das oito aldeias onde o programa interveio. (Arboleda, 2014a)	73
Figura 26_Indicadores das condições de habitabilidade, no início do programa. (Arboleda, 2014b).....	74

Figura 27_Número de habitações construídas e melhoradas em relação ao número de candidatos. (Arboleda, 2014a).....	75
Figura 28_Formulário de pré-seleção para o programa. (sem fonte)	76
Figura 29_Indicadores das condições de vida da população em geral, antes e depois do programa. (Arboleda, 2014b)	77
Figura 30_Fragmento de um dos mapas desenvolvidos pelas comunidades. (Arboleda, 2014a)	78
Figura 31_Detalhe de um dos mapas desenvolvidos pelas comunidades. Esta pequena porção do mapa diz-nos que, nesta habitação, vive uma família composta por dez pessoas, três homens e sete mulheres; que esta é constituída por um telhado de folhas de palmeiras, paredes de placas de madeira e uma latrina de poço. Não há água potável disponível na casa, mas possui um gerador elétrico, que não está a funcionar (indicado pelo X no ícone). Também nos diz que existem dois telemóveis funcionais nesta família. (Arboleda, 2014a)	79
Figura 32_Vista aérea da vila <i>Annai</i> . (Arboleda, 2014a)	80
Figura 33_Diagrama com as premissas do programa. (Arboleda, 2014a)	81
Figura 34_Antes e depois da colocação dos telhados em zinco. (Arboleda, 2014a).....	81
Figura 35__ <i>Workshop</i> com a comunidade. (Corzo, 2014)	82
Figura 36_Modelos, à escala, das duas propostas finais. (Arboleda, 2014a)	83
Figura 37_Propostas otimizadas. (Arboleda, 2014a).....	84
Figura 38__Relação das principais fases da participação em ambos os projetos.....	87
Figura 39_Fases da participação segundo Alejandro Aravena, aplicadas no projeto da Quinta Monroy.	87
Figura 40_Relação entre os principais objetivos da participação em ambos os projetos.	88

Introdução

A presente dissertação surge de um interesse disciplinar por uma arquitetura social, económica, ambiental e culturalmente mais integrada. Uma arquitetura mais humanizada, em que a sua conceção e apropriação possam ser resultado de uma vontade comum entre o arquiteto e os habitantes. Tendo em conta os desafios que hoje enfrentamos na luta por uma sociedade mais democrática, igualitária e socialmente mais equilibrada, e sendo que o arquiteto, a fim de conceber e imaginar o futuro, deve ter consciência da realidade do presente e dos desafios emergentes atuais, esta reflexão começa por questionar de que forma podemos, na condição de arquitetos, contribuir de forma ativa na construção de um futuro melhor.

Com o acentuar das desigualdades sociais, e das suas consequências, esta investigação defende que a arquitetura deve ter uma posição crítica e interventiva sobre estas questões e, com isso, aceitar o alargamento do seu campo de ação e o redesenhar dos seus métodos, de forma a tornar-se mais acessível e eficaz no colmatar das necessidades quotidianas das populações. A *participação* é, assim, aqui introduzida como uma resposta à necessidade de reaproximação do arquiteto ao habitante e do habitante à arquitetura e como ferramenta no desenvolvimento comunitário sendo, por isso, o foco desta investigação. O espaço habitável – não só o da habitação como também o da sua envolvente, onde se formam e mantêm redes relacionais¹ – é o contexto onde escolhemos estudar a participação, por o considerarmos o espaço onde a apropriação e a representação do ocupante poderá ser mais manifesta.

É preciso ter em conta, porém, as dificuldades inerentes a este estudo que, por tratar uma temática vasta, quer na sua fundamentação teórica, quer pela diversidade nas soluções, quer, ainda, pelo facto de se tratar de um tema atual e emergente e, por isso, a cada dia surgirem novas teorias, novas opiniões e novos projetos num sem fim de informação mais, ou menos, relevante, implicou a escolha de uma pequena parte do todo para ser estudada, deixando outras, também elas pertinentes, para futuras investigações.

Numa tentativa de levar uma aprendizagem evolutiva, optou-se, assim, por organizar esta dissertação em duas partes. Na primeira parte, procura-se, através de uma abordagem diacrónica, entender a evolução da prática da arquitetura e do urbanismo através de uma perspetiva de práticas emancipatórias – sejam elas económicas, políticas, sociais, ambientais ou culturais – e, através disso, ir abordando e definindo conceitos, dentro dos quais a

¹ Ver Augé, M. (2012). *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Lisboa: Letra livre.

participação, contextualizando-a com outras experiências e personagens que protagonizaram as mudanças do pensamento do séc. XX. Desta *prática participativa*, interessa-nos analisar, essencialmente, as potenciais transformações positivas que esta abordagem pode imprimir nos processos arquitetónicos e na própria experiência da arquitetura. Também aqui, serão abordadas as questões da *construção informal* e da *autoconstrução*, que se mostram relevantes na medida em que é a estas realidades que cada vez mais arquitetos recorrem na procura de respostas, quer para os graves problemas habitacionais das grandes cidades, quer para o reforçar da identidade comunitária, acreditando que, através da conjugação dos conhecimentos de ambas as partes, possam aprender ou ajudar a potenciar a utilização das práticas e recursos locais disponíveis. É também importante referir que em parte alguma desta dissertação é apresentada uma norma de uma prática arquitetónica participativa, uma vez que a sua constante reinvenção e readaptação aos diferentes contextos onde atua resultam numa imensa variedade de métodos e processos que não são aqui objeto de estudo, pelo que é, apenas, apresentada uma linha processual orientadora com as principais fases da participação, para que se possa compreender o que esta prática implica.

Num segundo momento, pretende-se perceber a evolução do papel do arquiteto na sociedade ao longo do tempo, explorando o seu atual papel e a sua base processual e, depois, redefini-lo dentro do contexto até então abordado, reclamando a sua aproximação a uma prática mais expansiva, que crie compromissos através de estratégias democráticas, progressivas e inclusivas, evidenciando, assim, as suas *responsabilidades sociais*. Daqui, parte-se para uma reflexão mais específica que consiste na análise de dois programas arquitetónicos de cariz participativo que tendem a situar-se em pontos opostos no que à intervenção do arquiteto diz respeito. Por um lado, analisamos a Quinta Monroy, no Chile, da firma ELEMENTAL, onde o desenho formal é da autoria do arquiteto, embora o processo não deixe de, com isso, ser participativo; e, por outro, o *Hinterland Housing Program*, na Guiana, do arquiteto Gabriel Arboleda, em que a intervenção do arquiteto nada teve a ver com a resposta formal dada, pelo menos, de forma direta. Mais do que no resultado final de cada projeto, o interesse está em analisar o seu processo e, embora este possa, por vezes, coincidir em ambos os projetos, o foco estará em analisar aquilo que os distingue relativamente ao papel desempenhado pelo arquiteto, querendo, com isto, demonstrar que a participação não se trata da tão temida ameaça ao papel do arquiteto, mas de uma oportunidade de alargar o campo de ação da arquitetura e, com isso, a prática da profissão do arquiteto, abrindo novos caminhos para a disciplina.

Parte 1 - A Arquitetura e a Participação

Se o Movimento Moderno começou por ser fundamentalmente sobre as pessoas, dando especial atenção à relação entre forma e função entre o objeto arquitetónico e a sua utilização, o grau de simplificação das interpretações do comportamento humano e social levou à perda da sua relação com o contexto sobre o qual pretendia atuar. Todas as disciplinas sobre o pensamento e comportamentos humanos estudavam o Homem como sujeito universal, dentro de um ponto de vista estritamente funcional e, como tal, não eram consideradas na equação todas as relações sociais, económicas e culturais que caracterizam o ser humano. O significado do Homem perdeu-se em si mesmo. As atividades e pensamentos humanos foram reduzidos a mercadorias e o Homem a uma representação de comportamentos convencionais (Carlo, 2010 [1980], pp. 753-58).

Os anos 50 e 60 do século XX foram marcados pela vontade de reformar a habitação e os conjuntos urbanos através da demolição de bairros de construção informal, cuja informalidade era vista como manifestação de pobreza e onde os valores e condições de vida eram considerados obstáculos à modernização. Com a crescente demanda por habitações a preços acessíveis, e a redução do Homem e suas atividades a estereótipos e convenções, acreditou-se que a solução estaria na standardização que permitiria a rápida produção em massa de casas a baixo custo. Porém, questões começaram a ser levantadas quer sobre a validade desses processos e produção, quer sobre os custos a eles associados. Para termos uma ideia, em meados dos anos 60, prover cada família carenciada com uma casa de 30m², custaria entre 25 e 50% do PIB na maioria dos países, quando a percentagem disponível para o efeito nos países ricos era de apenas 3-6% e nos países pobres de 0,5%. O resultado foi que, em vez de diminuir, o défice habitacional continuou a aumentar, uma vez que os desfavorecidos, ainda assim, não tinham como pagar as rendas e o Estado não tinha como subsidiá-las (Hamdi, 2010, pp. 2-3).

O arquiteto britânico John F. C. Turner², especialista nas áreas da habitação e organização comunitária, considera que a provisão de habitações mínimas por parte dos governos e entidades privadas veio, ao invés de melhorar, piorar as condições de vida dos seus

² **John F. C. Turner** (1927-), influenciado pelos anos em que viveu no Perú, entre 1957 e 1965, onde trabalhou na conceção e divulgação de programas de ação comunitária em assentamentos informais, escreveu inúmeras e importantes obras no campo da habitação e da organização comunitária. Ainda lá, acompanhou uma série de reconstruções e programas de melhoramento de bairros informais, que faziam parte de uma iniciativa de desenvolvimento comunitário nacional. Mais do que resultados técnicos, quis, daí, extrair os ensinamentos que lhe eram oferecidos e que traduziam a engenhosidade da autoajuda e da realização popular, ao invés dos preocupantes sintomas de uma ameaça social. Durante esse período, o Peru foi um dos principais centros de debate sobre políticas de habitação e desenvolvimento comunitário. Nos anos seguintes, trabalhou como consultor em programas idênticos nos Estados Unidos da América, Índia, África e Médio Oriente.

habitantes uma vez que a habitação era considerada um produto proto industrial, em vez de ser entendida como um processo que influencia a vida das pessoas³. A grande falha dessa prática convencional encontra-se na incompatibilidade entre as necessidades reais dos habitantes e os produtos fornecidos pelas instituições governamentais. A pluralidade de necessidades e valores dos habitantes e as suas escassas finanças tornam o provisionamento de habitações num pesado problema para o governo. A abordagem precisava então de ser alterada. Os arquitetos e urbanistas deviam, por um lado, deixar de tentar impor as suas vontades e valores e, por outro, apoiar aqueles que lutavam por liberdade de escolha (Turner, 1972, pp. 173-75).

Como tal, foi crescendo o reconhecimento da necessidade de um cliente plural e diferenciado e a noção das complexidades que caracterizam o seu envolvimento social e, assim, as investigações no seio disciplinar da arquitetura começaram a focar-se na compreensão das relações entre o comportamento humano e o seu meio envolvente. Ao longo dos anos 60, vários foram os estudos realizados neste sentido, que viriam cimentar a ideia de aprofundamento das necessidades reais⁴ dos destinatários da arquitetura e criticar a superficialidade técnica dos programas funcionais do Movimento Moderno, aproximando a arquitetura das ciências sociais. Recorrendo a disciplinas como a psicologia e a antropologia, pretendia-se sistematizar melhor o papel dos habitantes, assim como o sentido das suas aspirações mais específicas. Começou, assim, a ganhar consistência crítica o entendimento da forma arquitetónica consistente com os seus fruidores (muitas vezes também eles os seus construtores) e com o seu contexto físico, social, político e cultural (Bandeirinha, 2007, pp. 22-24).

É também neste contexto que o urbanista americano Paul Davidoff⁵, na tentativa de minimizar a disparidade entre classes sociais e de superar problemas de carência e racismo, desafiou os colegas de profissão a promoverem uma democracia participativa e pluralista. Acreditava que ao urbanista cabia a obrigação de procurar criar oportunidades para os outros,

³ **Housing**: na língua inglesa, *housing*, enquanto nome, significa um conjunto de habitações e, enquanto verbo, o ato de construir uma casa ou abrigar alguém. John F. C. Turner usa-se dessa particularidade para dar título ao capítulo 7 – “*Housing as a Verb*” – da sua obra *Freedom to Build: dweller control of the housing process*, de 1972. O capítulo encontra-se disponível em: <http://communityplanning.net/JohnTurnerArchive/pdfs/FreedomtoBuildCh7.pdf>.

Podemos encontrar essa mesma premissa na sua obra *Housing by People: Towards autonomy in building environments*, de 1976.

⁴ **Nabeel Hamdi** (ver nota 5) defende que as necessidades não dizem apenas respeito a uma ausência (de condições de boa habitabilidade, de meios de subsistência, etc.) do habitante, mas sim à combinação dessa ausência com os seus desejos e aspirações. **NEEDS=NECESSITY+DESIRE** (Hamdi, 2010, p. 92).

⁵ **Paul Davidoff** (1930-1984) combinou as suas áreas de formação – o urbanismo e a advocacia – na luta por uma arquitetura e urbanismo inclusivos. Via o arquiteto e o urbanista como facilitadores – *advocates* – na articulação de interesses entre grupos divergentes, da mesma forma que um advogado defende o seu cliente. A sua visão influenciou profundamente os profissionais ativistas das décadas de 60 e 70 do séc. XX.

nomeadamente a possibilidade de tomarem as suas próprias decisões, reconhecendo assim, a responsabilidade social da sua profissão; e na luta por alterações a nível político e administrativo que permitissem a concretização desses objetivos. Assim, procurou uma forma de planeamento que abrangesse uma maior diversidade de valores entre a pluralidade de interesses dentro de uma comunidade (Sanoff, 2000, p. 4). De facto, num artigo intitulado “*Advocacy and Pluralism in Planning*”, o mesmo defende que, numa altura em que as preocupações sobre as condições dos empobrecidos encontram institucionalização em programas de ação comunitária, seria apropriado que urbanistas e arquitetos procurassem forma de com eles trabalhar em conjunto, em planos que procurassem combater a pobreza e fossem promotores de novas e melhores oportunidades (Davidoff, 1965, pp. 423-27). Para tal, planos prescritos por técnicos teriam que dar lugar a uma prática expansiva e integradora, onde valores sociais e políticos teriam espaço para debate. Defende, também, que os valores são elementos indissociáveis de qualquer processo de tomada de decisão e que, como tal, estes devem ser clarificados e defendidos. Assim, ao arquiteto e urbanista não caberia apenas o desempenho do seu papel de forma neutra, em função dos interesses de uma entidade governamental. Tal abordagem teve uma forte influência na prática e pensamento do planeamento urbano americano no início da década de 1970 e deveu-se ao crescente interesse político e popular em questões ambientais locais e à resultante pressão por um maior e mais ativo envolvimento dos cidadãos no desenvolvimento e implementação de estratégias de planeamento. Esta situação esteve na origem da conceção dos processos de participação comunitária no planeamento urbano e este passou a ser visto como uma ferramenta que os cidadãos poderiam utilizar para conseguirem uma política mais democrática e pluralista (Healey, 1997, pp. 25-27).

Todas estas ideias, quer a nível político, quer na implementação de projetos, fazem parte, segundo o arquiteto afegão Nabeel Hamdi⁶, de uma progressiva transição entre uma abordagem de provisão – *Providing* – e uma abordagem assistencialista – *Supporting*. Se a primeira sustém a crença de que cabe às autoridades públicas e/ou empresas privadas controlar a produção de habitações de baixo custo com o intuito de reduzir o défice habitacional e melhorar a qualidade das habitações, a última acusa esta abordagem de não ter conseguido

⁶ **Nabeel Hamdi** (1945-) é um dos pioneiros da arquitetura participada. Acredita que, em vez da produção a larga escala, deve ser praticada uma arquitetura dentro de pequenas comunidades, de forma progressiva e na forma de sistemas de auto-organização. Para além de professor, trabalhou, nos últimos anos, como consultor para várias agências governamentais e para as Nações Unidas. A sua prática revela uma abordagem que utiliza as suas capacidades enquanto arquiteto para melhorar ou potenciar estruturas já existentes, ao invés de criá-las de raiz. Trata-se de uma forma de atuar que permite que pequenas alterações ocorram, dando tempo e apoio àqueles envolvidos, em vez da prática de uma gestão externa.

alcançar resultados positivos, continuando o déficit habitacional muito acima do desejado e como tal, acredita que devemos ser mais realistas na definição da habitação adequada, na avaliação da construção habitacional disponível e na gestão dos recursos (Hamdi, 1991, pp. 20-26). Com isto, Hamdi acredita que, ao invés de se investir na construção de casas que as pessoas conseguiriam fazer por elas próprias com nenhuma ou pouca ajuda, deveria investir-se em aspetos que dissessem respeito ao conjunto da população e os quais as pessoas não seriam capazes de conseguir por si só, tais como a regularização dos terrenos, planeamento de infraestruturas, criação de oportunidades para a autoconstrução, garantia do título de propriedade dos terrenos, provisão de crédito, etc. (Hamdi, 2010, p. 3). Tal poderia ser conseguido através de programas *Sites and Services* inspirados nas ideias de John F. C. Turner e Charles Abrams⁷, que visavam facilitar o desenvolvimento de novos aglomerados urbanos. No seu melhor, um programa *Sites and Services* proporcionaria a uma família a garantia da posse de um lote, a disponibilização de forma gradual de serviços, acesso a crédito e fornecimento de materiais e assistência na construção da habitação, sem que os custos ultrapassassem o orçamento familiar disponível. Porém, críticas foram levantadas sobre a sustentabilidade de tais projetos, que continuavam ainda assim, e apesar de ter sido um dos aspetos que pretendiam erradicar, a ser altamente subsidiados (Gilbert & Gugler, 1993, pp. 103-04).

Assim, no início dos anos 80, em resposta a estas críticas, ao facto de o déficit habitacional continuar a aumentar e numa tentativa de melhor entender o gregarismo humano enquanto processo social, esta prática passou a integrar uma outra, os “Projetos de Desenvolvimento Integrado” – *Upgrading Projects* –, que continuava a canalizar os fundos monetários para a reforma de políticas e instituições e a disponibilizar assistência técnica na construção de habitações quando necessário, mas cujo objetivo principal era a melhoria do *stock* habitacional já existente, inclusivamente as construções informais ou precárias. A maioria destes programas visava fornecer empréstimos para as obras de melhoria das habitações, saneamento, eletricidade, pavimentação de ruas, legalização de terrenos e a criação de serviços

⁷ **Charles Abrams** (1901-1970), urbanista e advogado polaco-americano, foi considerado, internacionalmente, especialista em questões de planeamento urbano e habitação. Participou, desde 1954, em missões das Nações Unidas para a provisão habitacional em países como o Gana, Turquia, Paquistão, Índia, Filipinas, Bolívia, Irlanda, Japão, Nigéria e Singapura, onde verificou que, embora cada situação tivesse particularidades várias, o foco do problema estava sempre na afluência de multidões às cidades e a escassez de alojamentos adequados à demanda, que provocavam incontroláveis ações de ocupação espontânea. Trabalhou como consultor em agências públicas, privadas e internacionais, como professor e como colunista para o *New York Times*, onde expôs abusos imobiliários e falhas na cidade, no governo e nas políticas de habitação. As suas obras escritas tiveram grande influência nos arquitetos e urbanistas da época, sendo o seu trabalho considerado um marco de relevo no modo de encarar o problema da habitação durante as décadas de 60 e 70.

como escolas, clínicas e centros comunitários. Os programas passaram a ser desenhados segundo os interesses e necessidades de cada morador, em vez de acordo com noções pré-concebidas sobre a habitação (Hamdi, 2010, pp. 4-6).

Contudo, no início da década de 1990, assiste-se a uma nova e significativa mudança na política habitacional e de desenvolvimento urbano quando se conclui que, embora bem-sucedidos, esses projetos são diminutos e pouco expressivos quando comparados com a grande procura habitacional e pouco sustentáveis ou difíceis de manter, tendo em conta o seu carácter administrativo e de gestão a longo-prazo. Percebe-se que, neste caso, o problema não está num mau *design* ou no incorreto entendimento do contexto, mas na má gestão dos projetos. Assim, as intervenções passam a ser mais estratégicas, o foco passa a estar na gestão de recursos (terrenos, dinheiro, competências, conhecimentos, etc.) e a aposta passa a estar na promoção de uma prática interdisciplinar entre a arquitetura e o urbanismo [Fig. 1]. Sustentabilidade, capacitação, participação e cooperação internacional passam a ser palavras de ordem (Hamdi, 2010, pp. 6-7).

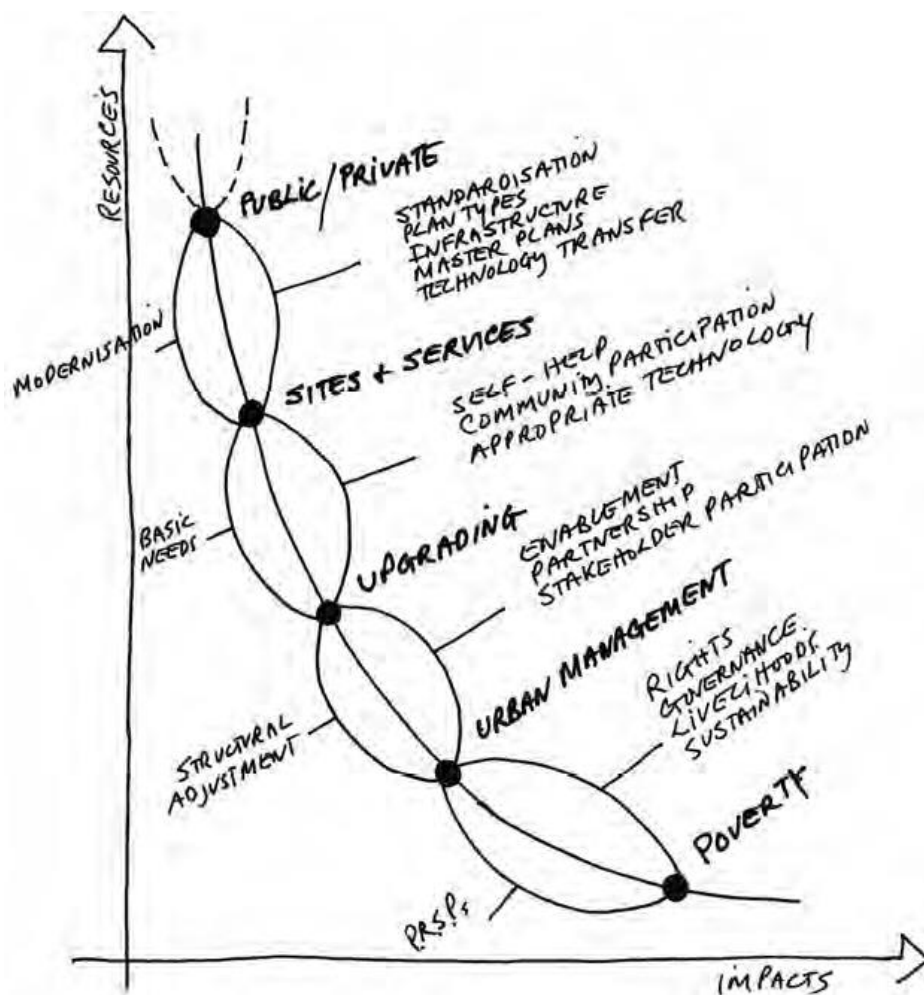


Figura 1 _Relação entre recursos e impactos na evolução do desenvolvimento. (Hamdi, 2010, p. 10)

Verificamos assim que, na busca pelo desenvolvimento (sustentável)⁸, as várias abordagens na prática do urbanismo e da arquitetura se sobrepõem e se relacionam de uma forma não linear ao longo do tempo. Contudo, é possível identificar vários temas que vão surgindo e que contextualizam essas práticas. Damos conta de uma alteração no papel do profissional, que deixa de desempenhar o papel de agente principal no processo para passar a exercer a função de mentor; de uma alteração na prática, que deixa de ser disciplinar para passar a integrar outras disciplinas, numa prática interdisciplinar; e de uma alteração no produto do trabalho do arquiteto, que deixa de se concentrar apenas nos planos para dar lugar à geração de oportunidades. Passamos a ter presentes questões como a participação, a capacitação, divisão do poder e parcerias, ao invés do trabalho de autoria; no topo da lista de prioridades do desenvolvimento deixam de estar a água e os abrigos para dar lugar aos direitos, à administração e aos meios de subsistência; e passamos também a verificar uma maior preocupação pelas necessidades e prioridades dos habitantes. Assistimos à alteração de uma abordagem prática e de provisão para uma abordagem mais estratégica e assistencialista, que vai permitir que as populações desfavorecidas aprendam a ser autossuficientes, através do reconhecimento da sua capacidade de produção, que irá fazer diminuir a sua dependência, tornando-os resilientes.

⁸ **Development** (...) happens when people, however poor in money, get together, get organized, become sophisticated and go to scale. It happens when they are savvy and able to influence or change the course of events or the order of things locally, nationally or even globally – or are themselves able to become that order or part of it. Development (...) is that stage you reach when you are secure enough in yourself, individually or collectively, to become interdependent; when 'I' can emerge as 'we' and also when 'we' is inclusive of 'them' (Hamdi, 2004, pp. XV-XVI). Esse desenvolvimento quer-se sustentável, na medida em que é pensado e alcançado a longo prazo, de forma a assegurar que as realizações presentes não comprometam as gerações futuras. Pelo contrário, deverão garantir-lhes fundos (naturais, humanos e sociais) para a continuidade e manutenção da qualidade de vida. (Jones, Till, & Petrescu, 2005, p. 73)

1.1. A arquitetura informal, a autoconstrução e a participação comunitária

The archetypal shanty hut on a Hill is not the only, and indeed is often not the worst, form of housing in many Third World cities. At the same time, it is the principal form of poor housing (...).

(Gilbert & Gugler, 1993, p. 87)

Em 1964, foi apresentada no *Museum of Modern Art*, em Nova Iorque, a exposição intitulada “*Architecture Without Architects*”, do arquiteto Bernard Rudofsky⁹, a qual pretendia romper com as estreitas e habituais concepções da arquitetura e construção, introduzindo uma série de fotografias de construções informais, não classificadas, aquilo que ele chama “arquitetura sem *pedigree*” [Fig. 2]. Arquiteturas vernáculas, anónimas, espontâneas, autóctones, indígenas e rurais. À primeira vista, ou para aqueles mais estreitos de visão, adjetivos que em nada as engrandecem, mas que, consideradas para além dos preconceitos da arquitetura formal institucionalizada, mostram um raro bom senso na resolução de problemas práticos, uma vez que a preocupação não está centrada em questões comerciais ou de prestígio. Segundo Rudofsky, estes construtores anónimos, para além de terem um maior entendimento dos problemas e necessidades da sua comunidade, ao contribuírem para a sua criação e preservação, parecem nunca se cansar dela.



Figura 2_Fotografias da exposição. (The Museum of Modern Art, 1964)

⁹ **Bernard Rudofsky** (1905-1988), formado em arquitetura e engenharia civil, lamentava a perda da consciência sensível que caracteriza o Movimento Moderno. Acreditava que nenhum estilo de vida deveria ser previamente estabelecido, ordenado ou concebido e que a relação do ser humano com o contexto físico deveria ser caracterizada por uma atitude individual. Mais conhecido pelas exposições controversas que organizou no MOMA entre os anos 40 e 60, as suas obras escritas demonstram o seu contínuo compromisso com uma arquitetura projetada para o sujeito, ao invés de para as massas.

Contudo, é apenas em meados dos anos 70 do séc. XX que se reconhece legalmente, e pela primeira vez, a legitimidade do sector informal na provisão de habitações e outros serviços, quando financeiramente apoiado por terceiros e dentro de parâmetros mais aceitáveis, quer para os profissionais e para as famílias, quer para os ideais políticos sobre como as cidades devem parecer e funcionar (Hamdi, 1991, p. 3). John F. C. Turner chama-lhe o “terceiro sector” ou o “sector popular”, que resulta da incapacidade dos sectores público e privado de providenciar habitações para uma população em rápido e exponencial crescimento. Assim, à semelhança de Alan Gilbert e Josef Gugler¹⁰, considera que, em cidades nestas condições, este é o sector que mais habitações produz, embora a maioria das normas e requerimentos legais sejam ignorados (Turner, 1972, p. 171).

Tais processos de desenvolvimento espontâneo, progressivo e, na maior parte das vezes, clandestino, foram considerados, durante muito tempo, como máculas no desenvolvimento urbano. Lugares a esconder, a evitar, e se possível, a extinguir (Hamdi, 1991, p. 16). De facto, as demolições foram, durante largos anos, a prática mais comum, no que diz respeito à construção informal, sendo que os arquitetos e urbanistas, assim como outras entidades governamentais, se opunham à ideia de as populações carenciadas poderem construir as suas próprias habitações, argumentando que estas apresentavam um mau desenho, nelas eram utilizados materiais de fraca qualidade e que se tornava muito difícil para os governos a criação de serviços de apoio nessas zonas. Tais argumentos parecem ter resultado de uma cultura de ensino, que incute, nos arquitetos e urbanistas, *standards* daquilo que deve ser uma habitação adequada e que, num contexto real de carência, onde os recursos disponíveis são escassos, se tornam impossíveis de conseguir e, por isso, irrelevantes (Gilbert & Gugler, 1993, p. 108).

Porém, nos dias de hoje, existe já a noção de que estas ocupações espontâneas (ou informais)¹¹ contêm em si uma grande e importante componente de trabalho especializado. Gilbert e Gugler, acreditam que o termo “spontaneous settlement” [assentamento espontâneo] revela um sentido de inovação, que as populações empobrecidas, para suprir as suas necessidades individuais, imprimem nas suas habitações, que vão sendo construídas de forma progressiva, tratando-se, portanto, de lugares cheios de recursos e de surpresas inventivas; e

¹⁰ **Alan Gilbert e Josef Gugler**, o primeiro, professor de Geografia na *University College London*, o segundo, professor de sociologia na *University of Connecticut*, as suas investigações incidem sobre os países pobres, em especial, na América Latina e África do Sul, e levantam questões sobre as transformações urbanas nos países em desenvolvimento.

¹¹ **Ocupações Informais** são “espontâneas” na medida em que não dispõem, na sua formação, de qualquer ajuda ou controlo governamental, e “descontroladas” devido ao não cumprimento da regulamentação em vigor. (Sanoff, 2000, p. 182)

que crescem rapidamente, de forma engenhosa e altamente produtiva (Gilbert & Gugler, 1993, pp. 88-89). Lugares como estes demonstram que o homem, embora numa situação de carência de necessidades básicas, possui a maior parte dos recursos humanos e materiais para construir a sua habitação e que a sua capacidade de poupança coletiva, ainda que escassa, e as suas capacidades manuais e de organização, ultrapassam a capacidade financeira e administrativa do sistema institucional (Turner, 1972, pp. 170-71).

Se tivermos em conta que, segundo a antropóloga britânica Mary Douglas¹², referida por Jeremy Till¹³, em *Architecture Depends*, os adjetivos “sujidade” e “lixo” são apenas produto de sistemas de classificação social, sendo que nada é intrinsecamente sujo, nem lixo se trata de uma qualidade interna de um objeto; e, mais importante, que é o facto de estes sistemas de classificação variarem consoante as sociedades e os seus valores, pelo que aquilo que é rejeitado por um certo grupo de indivíduos, será completamente aceitável para outros, podemos tentar ver por baixo das camadas de preconceitos estabelecidas pela nossa sociedade e desvendar as oportunidades e a criatividade artística subjacente aos bairros informais (Till, 2009, p. 69). Assim, se no seu pior se tratam de espaços normalmente sobrelotados, com falta de saneamento e criminalidade elevada, no seu melhor, os “assentamentos espontâneos” permitem, aos desfavorecidos, uma tão necessária flexibilidade, na medida em que lhes possibilita que a construção seja feita ao seu próprio ritmo, à medida que vão tendo recursos para fazê-lo, ou na medida em que se torna numa fonte de rendimentos, com o aluguer de um quarto ou a sua transformação numa loja. E, embora possam causar embaraço às classes sociais mais altas ou aos governos, podem ser funcionais na manutenção da ordem social e económica. Os edifícios, nas favelas, deixam de ser entendidos como casas deterioradas, mas como habitações em processo de construção e melhoria. Elas são, não tanto vistas como um problema, mas mais como uma oportunidade para a prática de uma arquitetura habitacional de baixo custo eficiente e, até, igualitária (Hamdi, 1991, p. 16).

Hoje, existe, também, o consenso de que os governos são incapazes de construir habitações suficientes para erradicar a ocupação informal e que a solução poderá estar na incorporação desta informalidade no planeamento e construções formais, através de “políticas de autoajuda” – *self-help politics* –, que podem adquirir a forma de programas que visam a

¹² **Mary Douglas** (1921-2007) foi uma antropóloga britânica, cuja área de investigação se centrava na antropologia social.

¹³ **Jeremy Till** (1957-) é um arquiteto, escritor e professor britânico. Licenciado, também, em filosofia, as suas investigações focam-se nos aspetos sociais e políticos da arquitetura e do ambiente construído, interrogando constantemente a relação entre a teoria e a prática, entre a arquitetura e o quotidiano.

melhoria dos conjuntos já existentes – *Upgrading Programs* – ou programas que permitam um mais facilitado e controlado desenvolvimento de novos aglomerados – *Sites and Services programs* – e que consideram essencial a canalização dos recursos diretamente para os destituídos, de forma a garantir-lhes, acima de tudo, o direito de propriedade sobre os seus lotes e habitações. Essa segurança permitirá, às famílias, a consolidação da comunidade, através da introdução de programas de ação comunitária. Os governos beneficiarão na medida em que construir bairros sociais inteiros envolve mais custos do que a disponibilização de terrenos e créditos e, para além disso, a disponibilização de tais terrenos, por parte das entidades competentes, permitirá que o loteamento seja feito de forma organizada, ao invés da ocupação ilegal e aleatória dos mesmos, de forma a que a criação de serviços seja também ela facilitada. O facto de os custos serem menores, permitirá, também, que estes programas possam abranger mais famílias (Gilbert & Gugler, 1993, pp. 103-104).

Tais programas de autoajuda têm sido colocados em prática por inúmeros governos e representam uma das mais importantes reformas nas políticas habitacionais dos países em desenvolvimento. Ao invés de na tão habitual abordagem de provisionamento – *Providing* –, em que a provisão de habitações é vista como um problema físico e técnico que pode ser resolvido através da produção em massa e de regulamentações que assegurem a qualidade *standard*, estes programas integram-se numa abordagem assistencialista – *Supporting* –, um modelo que reconhece a natureza dispersa dos recursos na sociedade e que, por isso, se foca na construção e manutenção de infraestruturas sociais [Fig. 3] (Till, Schneider, & Awan, 2011, p. 153). Os praticantes desta abordagem diferem daqueles que provisionam, na medida em que acreditam que a maioria das soluções para os problemas se encontra na prática do dia-a-dia e que apenas precisa ser reconhecida e trabalhada (Hamdi, 1991, p. 36).

O quadro seguinte apresenta as diferenças de objetivos, métodos, componentes e intervenientes entre ambas as abordagens.

<i>Providing</i>	<i>Supporting</i>
Objetivos	
• Construir habitações; • Usar a construção das habitações como catalisador económico;	• Disponibilizar recursos para que as pessoas dirijam a construção das suas habitações; • Usar a economia como catalisador para a construção das habitações;

• Centralizar recursos para facilitar a gestão e o controlo de qualidade <i>standard</i>; • Formar organizações que facilitem iniciativas do governo; • Consolidar e centralizar a produção habitacional; • Sectorizar atividades de desenvolvimento para facilitar a sua gestão.	• Descentralizar recursos para auxiliar as empresas locais e a construção das habitações; • Criar regulamentações para auxiliar e estruturar iniciativas locais; • Fragmentar a produção habitacional e apoiar pequenos construtores; • Integrar atividades de desenvolvimento e conectar a produção habitacional a sistemas urbanos maiores, de emprego e produção.
Métodos	
• Construir projetos a larga escala; • Manufaturar as habitações para precipitar a produção; • Construir rapidamente, fazendo-o de forma instantânea; • Estandardizar o projeto e as operações; • Dizer aos habitantes o que fazer.	• Criar programas e disponibilizar recursos para pequenos e vários projetos; • Gerir os recursos para aumentá-los; • Construir lentamente, fazendo-o de forma progressiva; • Promover a variedade e a improvisação; • Explicar aos habitantes como chegar à conclusão sobre o que fazer e como fazer.
Componentes	
• Projetos; • Planeamento determinista; • Sistemas construtivos industrializados; • Plano Diretor.	• Intervenções; • Centros de ajuda técnica; • Instrução; • Opções de habitação e pacotes de empréstimo; • Guias, diretrizes, ferramentas e métodos; • Tecnologias apropriadas;

	• Plano Pormenor.
Intervenientes	
• Consultores; • Agências governamentais; • Financiadores; • Grandes construtoras.	• Famílias; • Grupos comunitários e organizações não- governamentais; • Organizações de voluntários e sem fins lucrativos; • Pequenas construtoras / empreiteiros; • Consultores; • Agências governamentais; • Financiadores.

Figura 3_Características-chave das duas abordagens – Providing e Supporting – segundo Nabeel Hamdi, 1991.

Um exemplo disto é o programa ELEMENTAL CHILE¹⁴, que tem figurado como objeto de estudo na pesquisa da habitação coletiva em contexto de necessidade severa, onde o projeto de arquitetura é definido em conformidade com um plano de sustentabilidade social e económica e do qual faz parte o famoso projeto da Quinta Monroy, em Iquique, no Chile, do arquiteto Alejandro Aravena¹⁵, vencedor do prémio Pritzker em 2016. O projeto introduz uma importante variável política e social no desenho e construção das habitações, onde os moradores são produtores do seu espaço habitacional, uma vez que, com as tradições e competências construtivas adquiridas com a construção das favelas, estas famílias encontram-se perfeitamente capazes de terminar as suas habitações, segundo as suas aspirações e necessidades específicas. Estas habitações, ao adquirirem um valor superior ao inicial, tratam-se de investimento público, ao invés de uma despesa. A nível social, adquirem também um carácter pessoal, pois cada habitação representa a família que ali habita, e um carácter de comunidade, que se consolida na estruturação de regras e valores conjuntos (Till, Schneider, & Awan, 2011, p. 144). O programa ELEMENTAL representa, assim, a recente tendência das

¹⁴ ELEMENTAL é uma firma de arquitetura que nasceu do desejo de resolver o problema da habitação social, no Chile, e que resulta da parceria entre a Universidade Católica de Santiago do Chile, a *Harvard Graduate School of Design*, a COPEC, uma companhia de óleo que fornece energia no Chile, e o arquiteto Alejandro Aravena.

¹⁵ Alejandro Aravena (1967-), arquiteto chileno e diretor executivo da empresa ELEMENTAL, construiu centenas de habitações de baixo rendimento um pouco por toda a América Latina, seguindo a mesma abordagem aplicada na Quinta Monroy. Essa abordagem, a que o próprio chama “construir de forma incremental”, significa a evolução de um ambiente onde habitações, pequenos comércios e comunidades irão desenvolver-se, consolidar-se e alterar-se, e onde produção e construção podem gerar oportunidades de emprego, riqueza e melhoria das condições de vida. (Hamdi, 1991, p. 31)

políticas habitacionais, de uma abordagem assistencialista que incide em questões como a gestão local e a responsabilidade individual e coletiva, através de uma prática participativa e de autoconstrução assistida.

Dois defensores desta prática são os arquitetos John F. C. Turner e John Habraken¹⁶. Contudo, embora as suas intensões sejam bastante semelhantes, o foco das suas preocupações difere de forma significativa. Turner preocupa-se com as políticas habitacionais, com sistemas de organização, financiamento e gestão e com um melhor uso dos recursos globais, procurando promover a autogestão, a autoajuda e a autoconstrução. Considera que “management and maintenance are equally or even more significant factors in housing than initial design, construction or even capital financing” (Turner, 1976, p. 146). John Habraken, por outro lado, procurou melhorar a eficiência do desenho, do arquiteto e do edifício. Enquanto John Turner vê a participação das populações como um meio para conseguir que o sistema de oferta habitacional seja mais eficiente do ponto de vista do bem-estar pessoal e social, Habraken considera o envolvimento dos habitantes na construção da habitação indispensável para que o desenho seja mais eficiente, mas não para o bem-estar moral dos mesmos, ou pelo menos, não como princípio fundamental. Se este vê a participação como uma mais valia para o trabalho do arquiteto, Turner considera-a um direito do usufrutuário. Em *Freedom to Build: dweller control of the housing process*, diz-nos que “when people have no control over, nor responsibility for key decisions in the housing process...dwelling environments may instead become a barrier to personal fulfillment and a burden on the economy” (Turner & Fichter, 1972, p. 241). Habraken estava menos interessado no diálogo entre arquiteto e habitante, mas mais na forma como a construção pudesse ser o elo de comunicação entre o último e o seu meio físico envolvente. Ele procurava uma arquitetura que fosse sensível à mudança, flexível¹⁷, dinâmica, resiliente (Hamdi, 1991, pp. 43-45). Assim, ainda que o foco não estivesse no bem-estar psicológico dos habitantes, a solução técnica de John Habraken, que permitia a provisão de habitações que podiam ser construídas, alteradas ou demolidas sem que interferissem umas com as outras, permitia, também, que o morador tivesse voz no desenho e construção da sua habitação, promovendo a sua consulta e envolvimento, fazendo de Habraken, assim como Turner, um dos

¹⁶ **John Habraken** (1928-) é um arquiteto holandês, que tem focado a sua investigação na construção habitacional em massa e na participação dos habitantes no processo construtivo das habitações. Bem conhecida é a sua obra escrita *Supports: An alternative to mass housing*, de 1961, onde desenvolve o conceito “*supports*”, abordado nesta investigação.

¹⁷ A **flexibilidade** e adaptabilidade na habitação tornaram-se, para arquitetos e sociologistas, objeto de investigação, no final dos anos 60, por estes acreditarem que o habitante deveria ter a oportunidade de escolher a localização e orientação da sua habitação, bem como a possibilidade de poder personalizá-la e alterar a sua disposição. (Schneider & Till, 2007, p. 28)

pioneiros da participação do habitante no desenho e posterior adaptação da sua habitação, processo que ficou esquecido com a estandardização e produção habitacional em massa que, ao assumir todo o habitante como um consumidor universal, o excluiu do processo de construção (Schneider & Till, 2007, pp. 27-28). Contra a exclusão dos moradores do processo de desenho e construção da habitação, o arquiteto italiano Giancarlo de Carlo¹⁸ usa o seguinte argumento:

To discover the real needs of the users (...) means exposing and acknowledging their rights to have things and their rights to express themselves; it means provoking a direct participation and measuring oneself with all the subversive consequences that this implies; it means questioning all the traditional value systems which, since they were built on non-participation, must be revised or replaced when participation becomes part of the process, unleashing energies that have not yet been explored.

(Carlo, 2005, p. 18)

Não existe uma definição ou interpretação únicas de participação. Trata-se de um conceito que abrange várias e diferentes formas de tomadas de decisões – *decision making* – pelos vários grupos envolvidos e, como tal, varia em tipo, nível de intensidade, dimensão e frequência. Esta reduz, dentro das comunidades, o sentimento de anonimato, permitindo que os habitantes se envolvam ativamente no processo de desenvolvimento, e tem, como resultado, uma maior e melhor manutenção do ambiente construído, maior espírito de comunidade, maior satisfação e significativa eficiência financeira (Sanoff, 2000, pp. 8-9). Podemos, no entanto, perceber a evolução cronológica da interpretação do termo “participação” nos projetos de desenvolvimento em *Projects with People: the practice of participation in rural development*. Aí, verificamos que, em 1973, a Comissão Económica da América Latina considerava como participação a contribuição voluntária das pessoas, ainda que não se esperasse delas qualquer envolvimento na formulação do programa ou na crítica ao seu conteúdo, sendo, portanto, entendida na forma de simples ganhos económicos para os participantes; Norman Uphoff e John Michael Cohen discordam, quando em 1977, afirmam que a participação prevê o envolvimento das pessoas nos processos de decisão, na implementação dos programas, na sua avaliação e no usufruto dos benefícios gerados; em 1979, Andrew Chernock Pearse e Matthias Stiefel entendem-na como força organizada para aumentar o controlo de recursos e instituições

¹⁸ **Giancarlo de Carlo** (1919-2005) foi um arquiteto e urbanista italiano, que muito criticou aquilo que considerava ser o fracasso da arquitetura do século XX. Um dos fundadores do Team X, foi figura central nas discussões sobre a participação na arquitetura. Defendia a inclusão do habitante no processo de desenho da arquitetura e o papel político do arquiteto, argumentando que a arquitetura era inevitavelmente política.

reguladoras em situações sociais específicas por parte daqueles que, até então, não tinham qualquer poder, afastando-se, assim, da noção de benefício económico imediato, para dar lugar a uma abordagem mais a longo prazo; e, em 1987, é vista por Samuel Paul como processo ativo através do qual os beneficiários influenciam a direção e execução do projeto de desenvolvimento, com vista a melhorar o seu bem-estar no que diz respeito a rendimento, crescimento pessoal, autoconfiança ou outros valores prezados, aqui, numa abordagem muito mais inclusiva (Oakley, 1991, pp. 6-7).

Antes, em 1969, Sherry R. Arnstein¹⁹, publica um artigo intitulado “*A Ladder of Citizen Participation*”, no qual explica o conceito de participação, através de uma escada [Fig. 4]. Cada degrau da escada subido representa um grau de maior envolvimento da comunidade nos processos de decisão. Os dois primeiros patamares inferiores, considerados como “Não

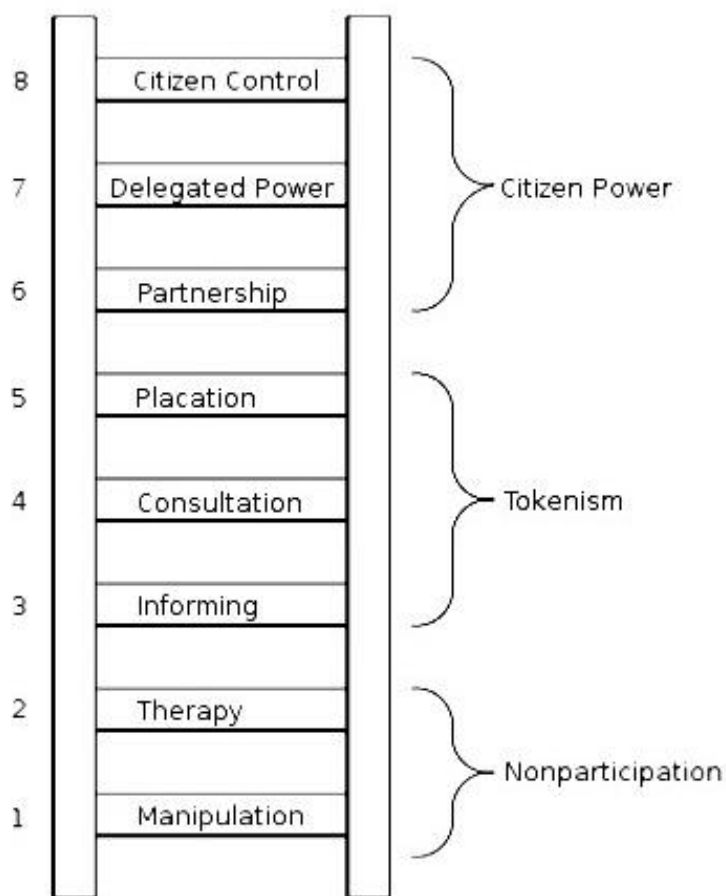


Figura 4_A Ladder of Citizen Participation. (Arnstein, 1969)

¹⁹ **Sherry R. Arnstein** (1930-1997) tornou-se mundialmente conhecida e respeitada no campo do serviço social com a publicação do artigo “*A ladder of Citizen Participation*”, em 1969. Trabalhou pouco como assistente social, mas teve diversos cargos no governo dos Estados Unidos da América, a maioria, relacionados com a habitação e o desenvolvimento urbano.

Participativos” não têm por objetivo permitir que as pessoas, de facto, participem, mas que estas sejam formatadas e levadas a aceitar, de forma passiva, o que lhes é imposto. A “Manipulação”, normalmente, toma a forma de reuniões com as populações, nas quais estas são persuadidas a pensar como os especialistas que orientam a reunião. No caso da “Terapia”, esta tem muito a ver com a ideia de que as pessoas não especializadas são incompetentes e sem qualquer contribuição de valor para os projetos e, como tal, numa atitude curativa, as reuniões resumem-se a ajustar os valores e atitudes das comunidades para um formato que vá ao encontro do resto da sociedade. Os três patamares seguintes dizem respeito àquilo a que a autora chama de “*Tokenism*”²⁰, onde já podemos verificar a implementação de boas ferramentas e atitudes, mas que ainda se concentram em simples atos singulares, que não levam a uma participação genuína das populações. A questão colocada no patamar correspondente à “Informação” é que, para além de o simples ato de informar a comunidade corresponder a quase ou nenhuma real participação, esta é, normalmente, escassa, superficial, irrelevante ou incompleta e é fornecida em fases muito avançadas dos projetos. Como tal, uma vez que já não há espaço para alterações, as perguntas são desencorajadas. Esta forma de participação, se vista como uma ferramenta num processo muito mais abrangente, pode ser o passo mais importante para um processo verdadeiramente participativo se servir para, numa primeira fase, informar os habitantes sobre os seus direitos, responsabilidades e opções. Outra forma que pode trazer bons resultados num processo participativo, desde que bem aplicada, é a “Consulta”. O problema está, mais uma vez, em se esgotar em si mesma. Esta consulta é, normalmente, feita através de questionários e entrevistas e, quando as pessoas não veem surgir resultados desses inquéritos, é gerado um sentimento de desconfiança por parte das comunidades com quem se encontra no poder, destruindo futuras hipóteses de participação. Outra forma de *tokenism* é o “Apaziguamento”, no qual, na tentativa de fazer com que as comunidades se sintam ouvidas, alguns membros representantes da comunidade são selecionados para fazerem parte das equipas que tomam as decisões. Mais do que dar voz às comunidades, esta técnica permite que os especialistas ganhem mais acesso às comunidades para a implementação de outras formas de não-participação como a manipulação ou a terapia. Por fim, os três últimos patamares da escada dizem respeito ao que a autora chama “*Citizen Power*”, nos quais já podemos verificar uma, cada vez, maior

²⁰ **Tokenism** diz respeito às ações que são o resultado do fingimento de que os grupos sociais, que são muitas vezes tratados de forma injusta, são beneficiados, de modo a aparentar equidade. In Cambridge University. (2016). *Cambridge Advanced Learner's Dictionary & Thesaurus*. Cambridge: Cambridge University Press. Obtido em 29 de setembro de 2017, de <http://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/tokenism>

participação efetiva das comunidades nos processos de decisão. No nível mais baixo encontra-se a “Parceria”, onde o poder é dividido de igual forma entre o grupo de cidadãos envolvidos e o grupo de entidades de planeamento local, através de negociações. Acima, o patamar da “Delegação do Poder” requer, dos habitantes, uma ainda maior posse na tomada de decisões, conferindo-lhes um sentimento de pertença à sua comunidade. O envolvimento dá-se desde o início do projeto e, em último caso, a decisão final é da população. O último nível da escada corresponde ao “*Citizen Control*”, no qual é-lhes dado controlo total sobre a sua comunidade, permitindo-lhes gerir os seus recursos da forma que acharem mais adequada em todas as fases do processo.

Desde então, como já verificámos, surgiram novas e mais recentes abordagens à participação que, segundo Henry Sanoff, a afastam da ideia do *citizen power* de Arnstein, incluindo, na sua definição, as questões da troca de informação, da resolução de conflitos e da inclusão dos moradores no processo de forma mais moderada (Sanoff, 2000, pp. 8-9). De facto, em 1985, David Deshler e Donald Sock, numa revisão da literatura referente à participação, identificaram dois níveis de participação, diferentemente dos três descritos em “*A Ladder of Citizen Participation*” [Fig. 5]. Estes consistem na “Pseudoparticipação”, que é categorizada

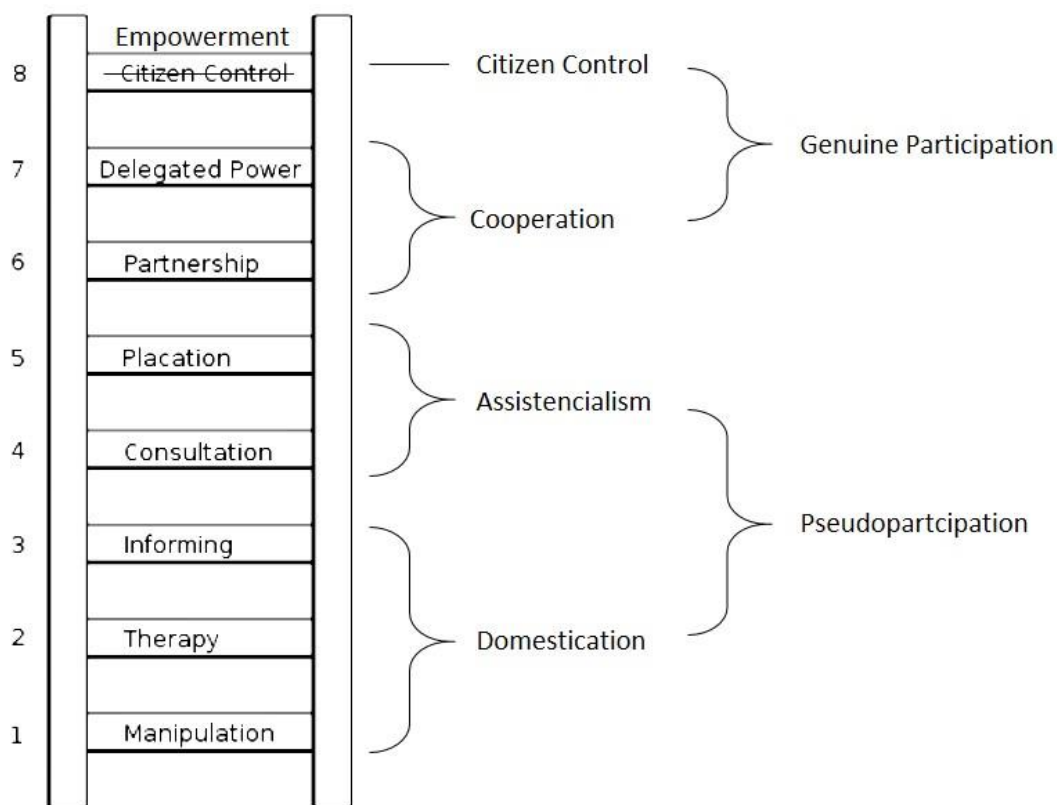


Figura 5_Alterações à Ladder of Citizen Participation segundo Deshler e Sock, 1985.

como “Domesticação” e “Assistencialismo”, sendo que a primeira inclui “Informação”, “Terapia” e “Manipulação” e a segunda, “Apaziguamento” e “Consulta”; e “Participação Genuína”, categorizada como “Cooperação”, que envolve “Parceria” e “Delegação de Poder”; e “*Citizen Control*”, que corresponde à “Capacitação” – *Empowerment*. Neste caso, existe uma mais clara separação entre as situações onde os autores consideram haver uma real participação ou a ilusão desta, defendendo que apenas há participação se as pessoas tiverem controlo sobre as ações tomadas.

A questão que se coloca nestes últimos patamares da participação é que estes obrigam a que as comunidades ou grupos de cidadãos se encontrem muito bem organizados, em associações ou estruturas semelhantes, para que os programas possam ser desenvolvidos com eficácia, em vez de resultarem em tentativas de participação frustradas. E, por isso, devido à sua complexidade, os projetos participativos dentro das comunidades requerem, normalmente, assistência de profissionais, que terão como função encorajar as pessoas a aprenderem, de forma a tornarem-se conscientes do seu espaço envolvente, dos seus problemas e, muito importante, das oportunidades (Sanoff, 2000, p. 37).

Nos dias de hoje, os governos, bem como as associações e instituições profissionais, compreendem e aceitam a importância da participação comunitária nos processos de reabilitação, de desenvolvimento sustentável e de planeamento do espaço construído. As próprias comunidades esperam, dos arquitetos e urbanistas, planos que possam ser trabalhados, havendo espaço para que visões possam ser partilhadas e, acima de tudo, consideradas. De facto, já desde os anos 80, que os habitantes, em muitos bairros, se juntam para criar as suas próprias organizações comunitárias, de forma a assinalarem problemas, muitas vezes, negligenciados pelas entidades externas, fazendo com que o exigir da participação pública, por parte dos habitantes, principalmente no planeamento urbano, tenha crescido ao ponto de os governos sentirem a necessidade de a incluir nas suas legislações e de as autoridades públicas a aceitarem como parte integrante da sua prática (Sanoff, 2000, p. 238). Mas, embora haja esta aceitação de que os habitantes locais devem participar, de forma ativa, em todo o processo de planeamento e construção do seu espaço envolvente, na prática, as coisas funcionam de forma diferente, pois embora o panorama tenha vindo a mudar numa direção mais favorável, na maioria dos países, não existe essa obrigação legal, nem os mecanismos ou recursos para que as ideias e iniciativas das comunidades possam ser consideradas. Estudos mostram, exatamente, que a maior determinante para a presença ou não da participação pública nos projetos é a natureza dos governos (Reeves, 2005, pp. 117-21).

Assim como a maior parte das reformas na arquitetura habitacional, a participação comunitária foi institucionalizada mais por necessidade do que por capricho e em resposta a uma crescente militância popular, que defendia que os pobres e oprimidos deviam ser considerados e mobilizados na promoção do progresso social e económico (Sanoff, 2000, p. 1). Era um meio para alcançar um fim, em vez de um objetivo em si mesmo. Foi institucionalizada, pela primeira vez, em Inglaterra, em 1956, e incorporada na lei dos Estados Unidos da América nos anos 70, onde era utilizada pelos governos locais como ferramenta na definição de objetivos, no desenho de habitações e pequenos parques públicos e no recrutamento de voluntários, numa tentativa de minimizar os gastos públicos. Nos países em desenvolvimento, tornou-se popular também nos anos 70, quando os programas *Sites and Services*, que pretendiam facilitar, de forma controlada, o desenvolvimento de novos núcleos informais, foram legitimados. A realização de que a degradação do ambiente construído por falta de manutenção é um fator, que, em muito, contribui para os problemas económicos e sociais das comunidades, associada à conclusão de que a construção formal excedia entre 3 a 4 vezes, em custo, as construções erigidas de forma informal e que essa mesma construção se encontrava disponível para apenas 10 a 20% das pessoas de média e alta classe, levou a que a participação recebesse o apoio dos governos e de agências internacionais. As primeiras experiências traduziam-se, assim, no (insignificante) envolvimento das comunidades no desenvolvimento de novos projetos habitacionais, através da possibilidade de o público poder opor-se a projetos já finalizados. Quando, em 1974, em Inglaterra, o governo designou várias áreas para serem melhoradas e alocou os fundos necessários para que os programas de desenvolvimento fossem executados, o facto de nessas áreas se encontrarem fixadas comunidades, impediu que os projetos pudessem avançar sem que as suas ideias fossem consideradas. Tendo os habitantes tido parte fundamental nos processos decisivos, o resultado traduziu-se em numerosos projetos, nos quais arquitetos e urbanistas trabalharam *com* os habitantes na formulação das propostas. Alguns eram do tipo consultivo, nos quais os moradores confirmavam as convicções do arquiteto, outros resultaram de parcerias entre os profissionais e os habitantes, tendo os últimos integrado o próprio processo de desenho e planeamento. A mudança real verificou-se, portanto, quando a prática participativa passou a implicar que os envolvidos fossem consultados *antes* de os planos estarem terminados (Hamdi, 1991, pp. 76-77). Se as práticas tradicionais não haviam sido bem-sucedidas na realização das suas visões e ideais, projetos pioneiros de desenvolvimento assentes na prática da participação comunitária demonstraram ser possível construir habitações que as pessoas queiram habitar,

que é possível ajudá-las a alcançar um sentimento de orgulho, reforçar a sua identidade nas suas comunidades e desenhar espaços em bairros e pequenas cidades²¹ que enriqueçam a vida dos seus habitantes, fazendo com que estes sejam flexíveis e reativos às suas necessidades e aspirações (Sanoff, 2000, pp. IX-X).

Participação tem a ver com o assumir de responsabilidades que, ainda que em parceria com outros, permite ao participante ter controlo sobre as decisões que afetarão a sua vida. *Responsabilidade* porque, se agregados à participação estão direitos, estão também obrigações; *controlo* porque sem autodomínio e determinação não é possível alcançar objetivos e porque sem ele, o empenho no processo pode dissipar-se; e *parceria* porque esta implica cooperação, quer para alcançar os objetivos, quer na criação de alianças que, para além de poderem vir a exercer influência em questões posteriores, permitirão capacitar e transformar. O processo participativo dependerá, no entanto, daquilo que se tentar alcançar (Hamdi, 2010, pp. 91-92). Tal processo pode ser implementado, de um modo geral, de duas formas distintas: por um lado, como um meio para atingir um objetivo predeterminado, situação na qual o atingir desse objetivo é mais importante do que o processo participativo em si; ou, por outro, como o objetivo final, onde por vezes o processo se desenrola sem que haja quaisquer outros objetivos específicos para além da participação, sendo estes descobertos, explorados e atingidos ao longo do processo que nunca se esgota em si. No primeiro caso, a participação ocorre num determinado espaço de tempo, o tempo que o projeto leva até estar concluído, e depois, desaparece, ficando, como resultado final, aquilo que foi alcançado até então. Muitas vezes, essa participação ocorre de forma passiva, com o foco apenas no objetivo final. Já no segundo caso, o desenrolar do processo, a longo prazo, permite o desenvolvimento e fortalecimento de capacidades e competências, para que as pessoas possam participar de forma cada vez mais consciente e instruída e, assim, fomentar o desenvolvimento (Oakley, 1991, pp. 7-8). Podemos chamar à primeira abordagem “Participação enquanto Elemento”, onde os projetos tendem a ter uma grande escala, quer a nível de recursos, quer na cobertura de uma grande área geográfica e são, habitualmente, suportados pelos governos ou financiadores internacionais; e à segunda, “Participação enquanto Dinâmica Fundamental”, onde os projetos tendem a ser pontuais, suportados por organizações não governamentais e uma dinâmica essencial no projeto de desenvolvimento, se tivermos em conta o argumento de Peter Oakley, que diz que uma participação autêntica em projetos de desenvolvimento é-o apenas, se a participação for central

²¹ O atual interesse nos **bairros e pequenas cidades** assenta sobre a crença de que essas são as melhores escalas para se trabalhar, quando é a atividade humana que está em causa. (Sanoff, 2000, p. 221)

às atividades projetuais e se a análise feita surgir no sentido de capacitar os habitantes locais (Oakley, 1991, p. 160).

Esta capacitação, ou seja, o equipar os participantes com as aptidões e ferramentas necessárias para que estes se tornem ativamente envolvidos, é conseguida através da formação, ou consciencialização, e tem como objetivo quebrar o isolamento mental das pessoas, reverter o sentimento enraizado de incapacidade e inferioridade e preparar as pessoas para que expliquem as coisas como as entendem, para falar, para analisar, para planejar e para levar a cabo uma ação planeada. Este modo de formação liberta as pessoas dos moldes de deferência e impotência em que, muitas vezes, se encontram e oferece-lhes a base para o seu envolvimento ativo no desenvolvimento. É a dinâmica base do desenvolvimento organizacional (ou de grupo) e o primeiro passo para assegurar a base de uma participação sustentada [Fig. 6]. A origem desta abordagem está no trabalho de Paulo Freire²², que defendia que os carenciados, marginalizados e oprimidos que ficam dependentes de um domínio externo podem reverter a sua situação quebrando as barreiras que reforçam a sua marginalização. Isto, através de um

<i>Principais Dimensões da Capacitação</i>
• Tem o poder de conferir uma maior confiança na capacidade das pessoas em agir com sucesso; • Tem o poder de aumentar/melhorar as relações entre pessoas e organizações, aumentando a sua base de operações; • Tem o poder de aumentar o acesso a recursos económicos que ajudarão no desenvolvimento.

Figura 6_Dimensões principais da capacitação segundo Peter Oakley, 1991.

processo formativo, no qual estes agem como sujeitos do seu próprio desenvolvimento e não como objetos do desenvolvimento de outros, podendo, ativamente, intervir nas forças que influenciam o seu desenvolvimento. O processo começa com os participantes a estruturar e a explicar as dinâmicas da sua própria realidade, ou seja, o seu contexto social, económico e

²² **Paulo Freire** (1921-1997) foi um educador, pedagogo e filósofo brasileiro e é, ainda hoje, considerado um dos pensadores mais notáveis da história da pedagogia mundial. Para ele, a educação tinha como objetivo maior a consciencialização do aluno. Em contextos desfavorecidos, isso significava levá-lo a compreender a sua situação específica e a agir em favor da própria libertação. *Pedagogia do Oprimido*, de 1968, é a sua obra mais importante e é, nela, que se concentra grande parte do conjunto das suas investigações.

político. Isto ajuda a desenvolver a sua capacidade crítica, a qual permite que passem de um estado de aceitação passiva da sua realidade para um estado no qual são capazes de a examinar criticamente e de analisar as suas contradições. Conforme a capacidade crítica se desenvolve, surge a necessidade de reflexão, permitindo o examinar de diferentes cursos de ação. Então, os participantes podem tomar parte na ação, tornando-se, nela, elementos fundamentais (Oakley, 1991, pp. 194-95).

No caso da participação como dinâmica fundamental, o processo organizativo inclui a análise, não só das fraquezas, como também dos pontos fortes da comunidade, bem como as relações existentes entre as várias organizações como fundações, bancos locais, agências governamentais e serviços sociais. Este processo tem como objetivo construir organizações comunitárias, que permitam o envolvimento dos residentes e o desenvolvimento de líderes, para que cada segmento da comunidade possa ter representação (Sanoff, 2000, p. 3). De facto, Dory Reeves considera que um dos mais importantes resultados de uma participação comunitária eficaz é o facto de todos os participantes ficarem, de alguma forma, aptos a melhorar as suas vidas no futuro, mas que, para isso, é necessário que estes, com a ajuda dos profissionais, sejam capazes de reconhecer e valorizar os pontos fortes da sua comunidade e do espaço que habitam: os seus recursos e capacidades locais (Reeves, 2005, p. 140). Segundo esta autora, hoje, os argumentos para a participação comunitária centram-se na crença de que os habitantes locais sabem, melhor do que ninguém, quais as suas necessidades específicas (Reeves, 2005, p. 120). Este conhecimento e perceção que as comunidades têm de si próprias, a que vários autores se referem como “*situated knowledge*”, e que, com a ajuda dos profissionais, podem ser ampliados, permite que os projetos participativos possam desenrolar-se cheios de criatividade e otimismo, mas, ainda assim, modestos e suficientemente informados sobre as condições locais para que tal otimismo não se transforme em falsas expectativas. Para isso, este conhecimento deve ser desenvolvido ou ampliado dentro do contexto em questão, de forma a ajustar-se à situação económica e sociocultural da comunidade. Nesta perspetiva, a arquitetura ganha importância social, na medida em que a atenção deixa de estar nela enquanto objeto e passa a estar no negociar de uma série de relações muito mais complexas. A sua produção passa a ser coletiva e por isso, longe da ideia de um único arquiteto a dirigi-la; passa a estar assente no negociar das decisões, ao invés da imposição das mesmas, encontrando-se os participantes disponíveis para encarar as possíveis consequências das suas escolhas, ao invés de se verem envolvidos num projeto com um fim expectável e pré-determinado. Esta arquitetura, a que Jeremy Till chama “*lo-fi Architecture*”, está sempre consciente do contexto que a envolve, quer

físico, quer social, e adapta-se às suas alterações (Till, 2009, p. 145). Esta requer, também, que sejam utilizadas tecnologias apropriadas, que enfatizem o vínculo entre o habitante e os materiais localmente disponíveis e/ou produzíveis, tornando os construtores locais independentes de sistemas comerciais e de construção que estão para além do seu controlo, tornando-se a arquitetura, também ela, numa ferramenta de autoajuda e de aprendizagem (Till, Schneider, & Awan, 2011, p. 60).

Numa perspetiva sociológica, a participação é entendida como condição na realização pessoal do ser humano, na medida em que este, através do processo participativo, toma consciência da realidade que o rodeia e assume uma posição, quer de desafio, quer de confrontação. A participação trata-se de um processo social, que pressupõe a criação do ser humano nesse confrontar de situações e que resulta em função das decisões tomadas por ele com determinado fim – seja ele económico, social, político, ou todos os demais – e no usufruto dos benefícios materiais (ou económicos) e imateriais, ligados às questões sociais e de crescimento pessoal.

Em ambiente comunitário, a participação passa a ser coletiva e resultado da conjugação de vários interesses pessoais e sociais, permitindo a organização dos membros da comunidade em associações ou estruturas afins, que, por sua vez, permitem a ordenada análise, reflexão e planeamento das suas ações, orientadas para a satisfação das suas necessidades (Souza, 1999, pp. 82-83). Com efeito, Henry Sanoff considera que os principais propósitos da participação assentam no envolvimento das pessoas nas tomadas de decisões que à sua vida dizem respeito, aumentando a sua confiança nas organizações e em si próprias; ao dar-lhes oportunidade de se expressarem e, com isso, obter projetos e serviços mais adequados às necessidades das populações; e ao promover o sentimento de comunidade, de pertença, juntando-as na luta por um objetivo que lhes é comum e que as beneficia enquanto indivíduos e enquanto um todo (Sanoff, 2000, pp. 9-10).

Embora não haja um modelo universal de participação, da análise de projetos em que a participação é entendida como dinâmica fundamental do projeto, foi possível diagnosticar e identificar os princípios que estão na base das estratégias empreendidas. Assim, e para começar, os principais objetivos da participação serão, dentro do contexto abordado e segundo Dory Reeves, *a)* promover um planeamento e uma regeneração inclusivos; *b)* identificar questões e objetivos com base no conhecimento local; *c)* gerar ideias criativas; *d)* gerar consenso; *e)* e criar oportunidades futuras para os envolvidos (Reeves, 2005, p. 125). Peter Oakley acrescenta que a prática participativa deve *a)* lutar contra o conformismo local e desenvolver uma perspetiva

mais ativa; *b)* desenvolver o conhecimento local e encorajar os habitantes a usar o seu conhecimento como base para entender as questões com que são confrontados; *c)* desenvolver liderança dentro da comunidade; *d)* encorajar os habitantes a tomarem a iniciativa de se organizarem; *e)* promover formas adequadas de autoajuda para a satisfação das suas necessidades económicas e sociais; *f)* e identificar, planear e implementar atividades que criem rendimentos com os grupos organizados, com vista a aumentar uma ação de grupo economicamente viável [Fig. 7] (Oakley, 1991, p. 170).

<i>Principais Objetivos da Participação</i>
• Promover um planeamento e regeneração inclusivos; • Identificar questões e objetivos com base no conhecimento local; • Gerar ideias criativas; • Gerar consenso; • Criar oportunidades futuras; • Lutar contra o conformismo; • Desenvolver o conhecimento local; • Desenvolver liderança; • Promover formas adequadas de autoajuda; • Identificar, planear e implementar atividades capazes de gerar rendimento.

Figura 7_Principais objetivos da participação segundo Peter Oakley e Dory Reeves.

Para a concretização de tais objetivos existem vários princípios que orientam a prática participativa, uma vez que uma participação eficaz é determinada, não tanto pelas ferramentas utilizadas – ainda que seja muito importante a escolha de ferramentas adequadas em cada situação –, mas pela forma como estas são utilizadas, o que envolve também a atitude e abordagem do profissional facilitador (Reeves, 2005, p. 125). Tais princípios variam de autor para autor, mas assentam principalmente nos direitos das pessoas. Henry Sanoff considera que *a)* não existe uma solução perfeita, sendo que existem várias soluções possíveis; *b)* que as decisões dos profissionais não são necessariamente melhores do que as decisões dos não-profissionais; *c)* que um processo de planeamento pode ser transparente, desde que os participantes compreendam as componentes do desenho, para que possam ser testadas alternativas; *d)* que todos os indivíduos e grupos envolvidos devem ter oportunidade de se expressar abertamente; *e)* e que o processo participativo é contínuo e em constante mutação

(Sanoff, 2000, pp. 13-14). Peter Oakley acrescenta que *a)* esse processo deve ser conscientemente baseado nas pessoas, nas suas necessidades, nas suas análises e questões, bem como nas suas decisões; *b)* deve assegurar um balanço entre o desenvolvimento preceptivo dos participantes e a prática de atividades económicas, uma vez que ambas são importantes e se suportam mutuamente; *c)* deve permitir, sempre que possível, a construção numa base local para assegurar uma fundação estável e localmente viável para atividades futuras, bem como minimizar a dependência externa; *d)* e deve assegurar o contacto regular entre os habitantes locais e os profissionais de projeto, uma vez que o processo participativo envolve um trabalho intensivo e desenrola-se melhor quando existe continuidade, pois se, principalmente nas fases iniciais, esse contato não for regular, o resultado será limitado e resumir-se-á a respostas e contribuições periódicas e intermitentes (1991, pp. 206-07). Mais, acrescenta que é importante que o projeto tenha um carácter de longo prazo; que, sempre que possível, as decisões sejam deixadas nas mãos dos habitantes; que é importante garantir que as análises feitas se baseiam, não só nas condições físicas, mas também nas questões estruturais que afetam a participação; e que se deve permitir a espontaneidade, ao invés de limitar ações com objetivos predeterminados (Oakley, 1991, p. 165).

No âmbito específico da construção comunitária – a participação associada ao processo construtivo –, Henry Sanoff considera importante envolver os habitantes, não só na definição de objetivos, mas também das estratégias; identificar os problemas, mas, mais importante, os *valores da comunidade*, para poder reforçá-los enquanto se constrói capital social, humano, cultural e histórico; trabalhar com comunidades numa escala adequada a uma boa gestão, para que seja possível haver interações pessoais e, com isso, permitir que as pessoas se possam conhecer e criar laços de confiança mútua; desenvolver estratégias adequadas a cada situação; e criar parcerias criativas com as organizações disponíveis (Sanoff, 2000, p. 7). A lista dos “Princípios Internacionais de Participação Pública” de Dory Reeves é, talvez, a que melhor sintetiza o então abordado [Fig. 8]. A abordagem escolhida, para além de ter, necessariamente, em conta os princípios acima referidos para uma participação eficaz, dependerá, também, de uma variedade de fatores que incluem o tempo, recursos e empenho disponíveis para o desenvolvimento do projeto. Ainda assim, a base de qualquer estratégia incluirá abordar as pessoas, usar linguagem acessível, saber escutar, demonstrar interesse e no compromisso do profissional em dar uma resposta e mostrar de que forma as ideias dos participantes foram tidas em conta (Reeves, 2005, p. 126). O processo participativo não é imediato nem pode ser contido numa única declaração ou decisão. Enquanto processo, a participação evolui por uma série de

<i>Princípios Internacionais de Participação Pública</i>
• O público deve ter oportunidade de expressar a sua opinião sobre questões que tenham a ver com ações que influenciam as suas vidas; • A participação pública inclui a promessa de que as contribuições do público influenciarão as decisões; • O processo de participação pública comunica os interesses e vai ao encontro das necessidades de todos os participantes; • O processo de participação pública procura e facilita o envolvimento daqueles potencialmente afetados; • O processo de participação pública envolve os participantes na definição da sua participação; • O processo de participação pública fornece aos participantes toda a informação necessária para que estes possam participar de forma significativa; • O processo de participação pública comunica aos participantes de que forma o seu contributo afeta a decisão.

Figura 8_ Princípios internacionais de participação pública segundo Dory Reeves, 2005.

fases e através de uma combinação de diferentes elementos. O processo progride a partir do que é familiar e conhecido, para questões cada vez mais complexas e de larga escala, sendo que as capacidades dos participantes se vão desenvolvendo em harmonia com o desenrolar do processo, para que estes possam ter um controlo eficaz e em proximidade (Oakley, 1991, p. 203). De um modo geral, a participação desenrola-se em quatro fases de ação. A primeira diz respeito à “Conscientização” e envolve a descoberta ou redescoberta de realidades de um determinado ambiente ou situação; depois, temos a fase da “Perceção”, na qual os participantes partilham as suas visões para que a compreensão, os objetivos e as expectativas de todos se tornem recursos para o planeamento; segue-se a fase da “Tomada de Decisões”, centrada em, com os resultados das duas fases anteriores, elaborar um programa para a situação em questão, com a criação de projetos desenhados, baseados nas suas prioridades, que os profissionais usarão como recurso, na sintetização de projetos finais e alternativos; e por fim, a fase da “Implementação”, onde os projetos finais são colocados em prática e na qual os participantes devem manter-se envolvidos, junto dos profissionais, para que os resultados alcançados até aqui não fracassem [Fig. 9]. O facto de o contacto entre profissional e habitante ser mantido durante todo o processo, através de atividades organizativas e de desenho para desenvolver e estruturar

a participação, permitirá que os participantes sejam capazes de, por eles mesmos, assegurar a continuidade do programa e da participação, quando o profissional abandonar o contexto (Sanoff, 2000, pp. 10-11).

<i>Principais Fases da Participação</i>
• <u>Conscientização</u>: dá-se a (re)descoberta das realidades do ambiente em questão; • <u>Percepção</u>: as várias percepções das realidades do ambiente em questão são partilhadas para gerar compreensão, objetivos e expectativas; • <u>Tomada de Decisões</u>: é elaborado um programa para a situação em questão, com os resultados das duas fases anteriores; • <u>Implementação</u>: da fase anterior, surge um projeto que é, agora, posto em prática e no qual os habitantes devem continuar a participar para cimentar o que até então foi conseguido.

Figura 9_ Principais fases da participação segundo Henry Sanoff, 2000.

Ainda que, nos finais dos anos 80, fossem vários os autores que consideravam a prática participativa nos projetos de desenvolvimento inexistente, assistimos a um evoluir do conceito da participação e de uma mudança de atitude num sentido cada vez mais favorável às pessoas, numa posição cada vez mais social e humana. Porém, existem limitações e barreiras à participação no planeamento e desenho que precisam ser consideradas e ultrapassadas, mas que são normalmente transformadas em objeções à eficiência dos projetos participativos, assentes, na maioria das vezes, em pressupostos errados sobre a participação. Alguns autores consideram que as barreiras à participação assentam no facto de os processos participativos levarem muito tempo a estarem concluídos; de as pessoas não saberem o que querem e de, quando sabem, não terem meios para obtê-lo; de as pessoas poderem fazer coisas desadequadas se lhes for dada oportunidade; de as pessoas não terem o tempo, o sentido de compromisso, nem a capacidade para se envolverem em decisões que, quando erradas, podem ser muito dispendiosas; de os processos participativos aumentarem ainda mais a carga administrativa em organismos já por si sobrecarregados; e no facto de a participação ser uma desculpa para a incompetência profissional (Hamdi, 1991, p. 84). Outros há que acreditam que a participação ameaça a profissão do arquiteto e que esta traz poucas recompensas para o profissional; que ela ameaça a rotina do especialista; que as pessoas indiferenciadas atrapalham o trabalho criativo,

desordenando o processo; que, também, a necessidade de chegar a um consenso atrapalha, senão destrói, esse mesmo trabalho; que a participação eleva as expectativas a patamares que nunca conseguirão ser alcançados e que, para além de levar muito tempo, o processo participativo tem muitos custos e no fim, os benefícios são difíceis de quantificar (Hamdi, 2010, pp. 98-99). Henry Sanoff, em *Community Participation Methods in Design and Planning*, enuncia algumas das objeções que advêm de pressupostos errados sobre a participação e que, por vezes, são contraditórias nelas próprias [Fig. 10] (Sanoff, 2000, pp. 22-23). Situações existem em que, se há quem afirme que, se as pessoas forem levadas a dar a sua opinião, os

Objeções à Participação	
Objeções	Respostas
• As comunidades não devem participar no processo de desenho e construção da habitação porque a sua falta de experiência desordenará o processo; • Se as pessoas forem levadas a dar a sua opinião, os resultados serão tantos quantas as pessoas inquiridas, dificultando a gestão do projeto; • A participação é desnecessária porque as pessoas são tão semelhantes que as suas necessidades em nada diferem; • A participação ameaça o papel do especialista, uma vez que o poder de decisão deixa de estar totalmente nas suas mãos; • A participação implica a disponibilização de muito tempo e recursos; • A participação pode sair do controlo do arquiteto, uma vez que o poder de decisão não é inteiramente seu;	• Uma das funções do técnico facilitador é auxiliar os habitantes na compreensão das questões técnicas do projeto e os temas devem ser abordados de forma gradual, consoante o seu grau de dificuldade técnica; • Se as pessoas forem consideradas como modelos <i>standard</i>, o projeto resultará em soluções uniformes e na insatisfação da comunidade em geral; • Os profissionais têm uma experiência diferente da dos moradores. A colaboração é eficaz quando ambas as partes partilham os seus conhecimentos; • Ajudar os participantes na resolução de conflitos e na descoberta de objetivos tem um valor inestimável no que ao desenvolvimento diz respeito;

• O facto de os profissionais não terem o treino adequado para trabalharem de forma colaborativa com as comunidades limita o alcance e eficácia da participação.	• Os profissionais podem sempre aprender com a ajuda de especialistas adequados; • As pessoas sabem ser razoáveis e mudarão de opinião se nova informação for claramente explicada.
--	--

Figura 10_ Objeções à participação e respostas de Henry Sanoff, 2000.

resultados serão tantos quantas as pessoas inquiridas, o que dificulta a gestão do projeto; outros há, que, pelo contrário, acreditam que a participação é desnecessária porque as pessoas são tão semelhantes nas suas necessidades que em nada diferem entre si, embora investigações tenham mostrado que, ignorar as suas diferenças resulta apenas na sua insatisfação. Alguns profissionais argumentam que as comunidades não devem participar no processo de desenho e construção por a sua falta de experiência perturbar o processo; argumentam que os processos consomem muito tempo e recursos e que existe o risco de a situação sair do controlo do arquiteto, podendo o processo resultar em algo despropositado. Refere também duas situações que se mostram bastante pertinentes para esta investigação: uma é a crença de que a participação comunitária se trata de uma ameaça à profissão e ao papel do especialista, por implicar que o poder de decisão deixa de estar inteiramente nas suas mãos; a outra, é o facto de os profissionais não terem o hábito ou as competências adequadas para trabalharem de forma colaborativa com os habitantes, limitando o alcance e eficácia dessa participação. Mas o autor não fica por aí, e contra-argumenta dizendo que uma das funções do técnico facilitador será auxiliar as pessoas na compreensão das questões técnicas. Mais, os temas devem ser gradualmente abordados consoante o seu grau de dificuldade, para evitar que as pessoas se sintam alheadas e se recolham num estado de apatia e passividade. Os profissionais têm uma experiência diferente daquela dos destinatários, que têm competência em identificar os problemas, não necessariamente em como resolvê-los e, por isso, a colaboração é eficaz quando todos os participantes partilham as suas áreas de especialidade. Tempo e dedicação são bases essenciais num processo de desenvolvimento comunitário. A questão está na forma como entendemos o processo e depende daquilo que pretendemos alcançar. Estando em questão o desenvolvimento, este não pode ser entendido como um meio para atingir um fim, mas como um objetivo em si mesmo. Todo o processo de discussão, de confrontação, até à finalização de um acordo tem um valor inestimável. E por fim, o autor acredita que as pessoas sabem ser razoáveis e que, a maioria

delas, mudará a sua forma de pensar se nova informação for claramente mostrada. O mesmo autor considera que, se lhes for dada a oportunidade e o conhecimento adequado para desenvolver as suas próprias estratégias, as pessoas podem alcançar a capacidade de determinar o curso das suas vidas, adquirindo, para isso, autoconfiança, uma forma de capacitação e, portanto, de desenvolvimento. Esta capacitação pode ser entendida como um resultado positivo da autodescoberta e pode traduzir-se por exemplo, no simples facto de as pessoas se tornarem capazes e confiantes para dialogar com diferentes grupos e envolver-se em diversos processos comunitários. Quando os indivíduos se tornam autossuficientes, o seu comportamento altera-se: da co-dependência para a independência e da alienação para o envolvimento. Uma comunidade autossuficiente será capaz de diagnosticar os seus próprios problemas e desenvolver soluções inovadoras (Sanoff, 2000, p. 250).

Apesar de todas as objeções que vimos até aqui, e embora a prática sugira que, em muitos projetos, a participação seja mais evidente no compromisso emocional que as pessoas têm para com este, em vez da sua componente prática, existem vários argumentos a seu favor que levam a concluir que é errado assumir a participação como mera questão idealista, humanitária e de igualitarismo. Tais argumentos variam consoante a situação na qual se intervém, mas assentam

<i>Benefícios da Participação</i>
• Os recursos são geridos de forma mais eficiente e sustentável; • Maior probabilidade de os resultados irem ao encontro das necessidades e desejos dos habitantes; • Reconhecimento dos recursos e capacidades locais; • Cessação ou minimização da dependência externa; • Capacitação dos habitantes para que possam continuar o processo de desenvolvimento depois de os profissionais abandonarem o local; • Possibilidade de essa comunidade levar a sua experiência a outras comunidades, ampliando, assim, o desenvolvimento; • Desenvolvimento de capacidades de liderança e de empreendimento; • A comunidade e os indivíduos saem do processo fortalecidos, pelo facto de aprenderem mais sobre os outros e sobre si próprios; • O profissional tem acesso a informação atualizada, que, de outra forma, não seria possível conseguir.

Figura 11_Benef cios da participação segundo Peter Oakley, 1991.

em questões de eficiência, autoconfiança, segurança e sustentabilidade [Fig. 11]. Estes consistem *a)* numa maior probabilidade de os escassos recursos disponíveis serem geridos de forma mais eficiente, ajudando, por exemplo, a minimizar possíveis mal-entendidos ou desentendimentos e, assim, poupar o tempo e energia que os profissionais levariam a explicar e a convencer as pessoas do projeto; *b)* na maior probabilidade de conseguir alcançar os objetivos propostos, uma vez que há lugar a que as pessoas sejam capazes de determinar os seus próprios objetivos enquanto comunidade, participar na gestão do projeto e fazer valer as suas capacidades, recursos e técnicas locais, que de outra forma não seriam reconhecidos; *c)* no cessar da dependência externa e, por conseguinte, na promoção da autoconsciência e confiança que leva os habitantes a examinar os seus problemas e a pensar de forma positiva e criativa em soluções; *d)* no facto de, ao participar, essa comunidade ficar capacitada para manter o que foi feito até então, e continuar a criar soluções para problemas e necessidades que, posteriormente, possam surgir; *e)* e na possibilidade de essa comunidade, uma vez capaz de se organizar, administrar e sustentar-se a si mesma, poder ajudar outras a conseguirem o mesmo, ampliando, cada vez mais, o conhecimento e, por conseguinte, o desenvolvimento (Oakley, 1991, pp. 15-18).

Nabeel Hamdi considera que a participação comunitária permite, através da *capacitação*, que os indivíduos sejam melhores supervisores, tendo mais hipóteses de arranjar melhores empregos e que se tornem instrutores capazes de levar a sua experiência a outras comunidades; que, ao ser-lhes dada a oportunidade de tomarem decisões, importantes características de liderança e empreendimento sejam desenvolvidas; permite-lhes aprender a negociar com as autoridades; e permite, com a evolução e refinamento de ideias, uma mais facilitada aprendizagem e a criação de uma maior base de informações que, por sua vez, irá permitir que as comunidades possam, elas mesmas, implementar os seus projetos (Hamdi, 2010, p. 102). Henry Sanoff acrescenta que, através da participação, existe uma maior probabilidade de o projeto ir ao encontro das necessidades sociais e uma maior e mais eficaz utilização dos recursos disponíveis em dada comunidade; que esta proporciona aos membros das comunidades a convicção de ter influenciado o processo e uma maior consciência das consequências das decisões tomadas; e não só o produto construído final é fortalecido por ir ao encontro das reais necessidades do habitante, como a própria comunidade e os indivíduos saem do processo fortalecidos pelo facto de aprenderem mais sobre os outros e sobre si mesmos. Ao profissional, esta fornece informação relevante e atualizada a que, de outra forma, ele não teria acesso. Sanoff considera a participação pluralista e inclusiva, uma vez que necessidades básicas são

colmatadas e valores refletidos, tratando-se de uma forma de defender os interesses de um grupo de indivíduos e uma ferramenta para satisfazer as suas necessidades, que são habitualmente ignoradas e dominadas por grandes organizações, instituições e suas administrações burocráticas. Para este, o potencial valor de um processo participativo inclui benefícios lógicos, emocionais, tecnológicos e económicos (Sanoff, 2000, pp. 10-12).

Independentemente dos argumentos, a participação comunitária não é substituta de intervenções profissionais ou governamentais, ou do planeamento e desenho formais, mas uma parte intrínseca de ambos os processos. Questões sobre que tipo de participação utilizar, com que objetivos, ou sobre quem participa e em que medida, só podem ser decididas e respondidas em cada situação específica e como parte essencial do planeamento e desenho. Não é algo que possa ser definido *à priori* e depois aplicado em determinada situação, pois a visão fixa da participação torna-se arriscada, na medida em que uma técnica normativa vê o destinatário (uma vez mais) como um modelo *standard*, sujeito a métodos normativos. Múltiplos sujeitos com múltiplos desejos e múltiplos contextos requerem múltiplas formas de participação (Jones, Till, & Petrescu, 2005, p. XVI).

Um entendimento mais coerente da participação no âmbito da arquitetura está a emergir – uma participação que reconhece a arquitetura como sujeito, ao invés do objeto da participação comunitária – não o resultado do processo, mas a ferramenta. Neste sentido, a arquitetura pode ser um meio eficaz para a capacitação comunitária – um processo que irá melhorar a eficiência da prática da arquitetura, uma arquitetura colaborativa (Hamdi, 1991, p. 86).

A participação não se trata, assim, de uma mera forma de envolver os habitantes na *produção do espaço*, mas, também, de uma forma de criticar e redirecionar a cultura arquitetónica. Ao permitir a introdução de meios alternativos de produção, a participação origina estéticas e espacialidades também elas alternativas. Esta possibilita que a prática arquitetónica atue num campo mais abrangente, revigorando a arquitetura e trazendo benefícios, quer para os moradores, quer para os profissionais (Jones, Till, & Petrescu, 2005). A cedência do controlo por parte do arquiteto é entendida, não como uma ameaça à credibilidade profissional, mas como uma condição inevitável que deve ser trabalhada com uma atitude positiva, onde a produção espacial pertence a um grupo muito maior de atores do que apenas o arquiteto – do artista ao habitante, do político ao construtor – com um variado leque de capacidades e interesses e onde edifícios e espaços são tratados como parte de um contexto dinâmico de relações. As ferramentas tradicionais da estética e construção são ineficazes para negociar essas relações, pelo que outras prioridades e formas de exercer devem ser

consideradas. Novas formas de trabalhar e proceder são necessárias se queremos ser capazes de acompanhar o rápido e explosivo crescimento das cidades. Priorizar valores fora daquilo que é habitual no mercado económico torna-se necessário, nomeadamente os valores sociais, ambientais e éticos (Till, Schneider, & Awan, 2011, p. 28).

1.2. A prática da participação em Portugal

1.2.1 A prática da habitação social em Portugal antes da Revolução

Em Portugal, a tomada de consciência de uma crise habitacional e a elaboração de estratégias que resolvessem o problema da habitação para famílias com baixos rendimentos deu-se, com maior intensidade, entre os anos de 1880 e 1940. Nesse período, verificou-se a transição entre um mercado habitacional não regulamentado, maioritariamente, privado e as primeiras intervenções por parte do Estado, de carácter, eminentemente, legislativo, que, depois, deram lugar ao desenvolvimento de programas de habitação social de maior escala. A habitação tornou-se numa questão política premente quando, no final do século, taxas de mortalidade alarmantes e o aparecimento de uma série de epidemias levaram as autoridades municipais a reconhecer a necessidade de enfrentar os graves problemas habitacionais existentes nas cidades. As câmaras municipais passaram a ter como foco da sua atenção as deficientes condições sanitárias das cidades e começaram a implementar medidas, no sentido de corrigirem a situação. Até então, nem estas, nem o governo, consideravam da sua responsabilidade a construção de habitações de baixo custo. Com vista a promovê-la, foi publicado o Decreto de Lei n.º 4137, de abril de 1918, no qual, o Estado afirmava a sua vontade de, através da construção de habitações acessíveis para os setores da população mais empobrecidos, erradicar os bairros insalubres de Lisboa e do Porto. Ao abrigo deste decreto, foram construídos, em Lisboa, dois bairros: o Bairro do Arco do Cego, com 469 fogos, e o Bairro da Ajuda, com 264 fogos. Mas, embora a sua construção tenha começado em 1919 e 1920, respetivamente, devido a problemas financeiros, estes foram concluídos, apenas em 1931, já durante a vigência do chamado Estado Novo, regime que se definia como um Estado nacionalista, social e corporativo (Teixeira, 1992, pp. 65-79).

Ainda que, no discurso oficial, o governo procurasse dirigir-se às classes trabalhadoras, as políticas habitacionais do Estado Novo tinham, fundamentalmente, como destinatárias as classes médias, que eram o principal apoio político do Estado. Em 1933, o governo cria, então, o “Programa de Habitação das Casas Económicas”, que definia os parâmetros fundamentais da intervenção do Estado na promoção da habitação social, para solucionar o problema da habitação das classes trabalhadoras [Fig. 12]. A sua intervenção baseava-se na concessão de facilidades para a aquisição de terrenos, na isenção de impostos e na concessão de empréstimos

Ano de início	1933.
Finalidade	«Solução do problema da habitação das classes trabalhadoras».
Competência municipal	Aquisição de terrenos. Urbanização dos terrenos. Co-financiamento em parceria com o Estado.
Competência do Estado	Elaboração dos projectos (por serviços ou por encomenda). Co-financiamento da aquisição e urbanização dos terrenos. Co-financiamento da construção. Distribuição e gestão dos fogos (mais tarde passaram a ser as próprias organizações corporativas).
Condições de ocupação	Ocupadas no regime de renda resolúvel (com amortização em 20-25 anos). Ser membro dos sindicatos nacionais, funcionário do Estado (civis e militares): estas condições sofreram alterações ao longo do tempo.
Níveis de renda (amortização e juro)	Em 1942, de 108\$00 a 389\$00 por mês em Lisboa.

Figura 12_Características do programa das rendas económicas. (Silva, 1994)

(Silva, 1994, pp. 662-63). Estes bairros eram compostos por habitações unifamiliares de um ou dois andares, independentes ou geminadas, cada uma com o seu jardim. Este modelo formal, bem como o regime de propriedade que lhe estava associado, ilustrava a política oficial em que o Estado pretendia tornar cada família portuguesa na proprietária da sua própria casa e, paralelamente, prevenia o que o regime considerava ser as perigosas concentrações de trabalhadores em blocos de habitação coletiva. A política de habitação do Estado Novo procurou, com a habitação unifamiliar como modelo de casa portuguesa, um meio de defesa da instituição familiar e de conservação da ordem social existente, sendo que a promoção destes bairros visava, sobretudo, uma função política e uma função simbólica: a normalização social e familiar e a afirmação da capacidade realizadora do regime e do seu providencialismo social (Violas, 2003, pp. 43-44). Mais do que uma tentativa de resolver as carências habitacionais do país, este programa tinha um papel, essencialmente, político e ideológico. Todo o processo de construção das casas económicas era controlado pelo Estado: desde a aquisição dos terrenos, ao financiamento, à construção, à distribuição dos fogos e à gestão dos bairros. Ao todo, entre 1933 e 1940, o “Programa de Habitação das Casas Económicas” construiu 2.718 fogos. As rendas variavam entre 80\$00 e 200\$00 por mês (valores de 1935), quando a maior parte dos habitantes das «ilhas» do Porto, pagavam menos de 50\$00 de renda mensal e os habitantes dos bairros informais, em Lisboa, uma renda média de 40\$00. Embora o programa fosse destinado a solucionar os problemas habitacionais das classes trabalhadoras, o diminuto número de habitações construídas, as dificuldades de acesso ao programa e as rendas cobradas, resultaram

no seu pequeno impacte e na exclusão dos desfavorecidos dos programas (Teixeira, 1992, pp. 79-81).

Com o reconhecimento desta realidade, em 1938, surgiu o “Programa das Casas Desmontáveis” no qual se pretendia que as habitações, por serem construídas com materiais de fraca qualidade, funcionassem como alojamentos provisórios para as famílias residentes nos bairros informais, para, posteriormente, serem substituídas por outras de carácter permanente [Fig. 13]. Ainda que as rendas destes fogos fossem inferiores às das casas económicas, o seu

Ano de início	1938.
Finalidade	Proporcionar alojamento provisório aos ocupantes dos bairros de lata.
Competência municipal	Aquisição dos terrenos. Urbanização dos terrenos. Construção das casas. Administração das casas e fixação do valor das rendas.
Competência do governo . . .	Ocupação a título precário (possibilidade de despejo com notificação de um mês). Os primeiros 1000 fogos foram todos mobilados; por se verificar que as pessoas tinham os seus haveres, abandonou-se essa solução.
Níveis de renda	Inicialmente, entre 60\$00 e 120\$00, num total de seis níveis de renda.
Financiamento	50% pelo governo e 50% pela câmara municipal.

Figura 13_Características do programa das casas desmontáveis. (Silva, 1994)

dimensionamento e qualidade originaram problemas urbanísticos e sociais, que levaram ao seu descrédito e à sua substituição, em 1945, pelo “Programa de Casas para Famílias Pobres” [Fig. 14] (Teixeira, 1992, p. 81). Outras medidas foram tomadas com o fim da guerra,

Ano de início	1945.
Finalidade	Alojar as famílias que não tivessem acesso às «casas económicas» por razões económicas.
Competência municipal	Aquisição de terrenos e urbanização. Elaboração dos projectos. Construção, distribuição, gestão e manutenção dos fogos. Financiamento dos fogos em 50%.
Competência do governo . . .	Financiamento em 50%. Aprovação dos projectos (Ministério das Obras Públicas). Aprovação das rendas (Ministério das Finanças). Controle da distribuição e despejo (Ministério do Interior).
Condições de ocupação	Ser uma «família pobre» ou «indigente»; os desalojados tinham preferência. Ocupação a título precário, om possibilidade de despejo sem indemnização.
Níveis de renda	Em 1950, as rendas oscilavam entre 65\$00 e 290\$00 em Lisboa.

Figura 14_Características do programa das casas para famílias pobres. (Silva, 1994)

nomeadamente, sob a forma de novos programas de habitação social, dirigidos a diferentes estratos da população. Assim, também em 1945, surge o “Programa das Casas de Renda Económica” [Fig. 15], dirigido à classe média, excluída do regime das casas económicas, e o “Programa das Casas de Renda Limitada”, em 1947, que promovia novas formas de associação entre a iniciativa privada e o poder público [Fig. 16] (Silva, 1994, pp. 664-65).

Ano de início	1945-1946.
Finalidade	Alojar a «classe média», excluída das casas económicas por razões diversas, que não a económica.
Competência municipal	Prever nos seus planos de urbanização áreas para este programa. Adquirir os terrenos e urbanizá-los, se necessário. Elaborar os projectos dos edifícios, cadernos de encargos e programa de concurso. Adjudicar as empreitadas e fiscalizar a construção.
Competência do governo	Aprovação dos projectos e estimativa dos custos. Controle da distribuição dos novos fogos. Controle da fixação das novas rendas.
Condições de ocupação	Só quem não tivesse rendimentos superiores a seis vezes a respectiva renda; se já residisse nela, só poderia permanecer enquanto o seu rendimento não excedesse em 20% aquele limite. Poderiam ser adquiridas desde que a pessoa preenchesse as condições para arrendamento e ao preço máximo de vinte vezes a renda anual.
Níveis de renda	Entre 320\$00 e 640\$00 em 1950.

Figura 15 Características do programa das casas de renda económica. (Silva, 1994)

Ano de início	1947.
Controle público	Sobre os níveis das rendas. Sobre as regras de distribuição. Sobre o direito de permanência e despejo.
Incentivos de que beneficiava a iniciativa privada.	Isenção de taxas. Solo urbanizado a preço baixo. Assistência técnica gratuita. Garantia de fornecimentos de materiais de construção a preços fixos.
Competência municipal	Proporcionar solo urbanizado naquelas condições. Fiscalizar a construção. Fazer a vistoria. Passar a licença de habitação.
Condições de ocupação	Poder pagar a renda limitada fixada (há referências a práticas fraudulentas, com os proprietários a receber por fora).
Níveis de renda	Entre 600\$00 e 1110\$00 no início do programa em Lisboa.

Figura 16 Características do programa das casas de renda limitada. (Silva, 1994)

Apesar dos incentivos dos vários programas, o preço final da habitação social continuou inacessível para a maior parte da população, que, por isso, recorria às habitações clandestinas,

aos bairros informais e à sublocação, sendo que uma das principais razões pelas quais os programas de habitação social do Estado Novo falharam, foi o facto de os indivíduos a quem estes se dirigiam inicialmente, deles terem sido excluídos. As condições de habitabilidade, no país, continuavam, portanto, a penalizar uma larga faixa da população, sendo que, em 1950, havia um défice de habitação de cerca de 210.000 fogos (Silva, 1994, pp. 666-70). É por esta altura, também, que o Estado se desvincula da habitação social, passando esta a ser assumida pelas Instituições de Previdência. Se, até 1957, as casas económicas eram construídas, quase exclusivamente, com recursos do Estado, a partir desta data, passam a ser aplicados os capitais das instituições de previdência social. No meio de uma política desarticulada, e que reflete uma diminuição da participação estatal na questão da habitação social, sobressaem dois programas que são implementados em Lisboa e no Porto: o “Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto”, em 1956, e o “Plano de Construções de Novas Habitações na Cidade de Lisboa”, em 1959. Cidades que, com a deslocação das populações rurais para os principais centros urbanos, vieram a sofrer um enorme aumento da concentração populacional e, assim, um acentuar da carência de fogos. O Estado, confrontado com o aumento deste défice habitacional e com a especulação fundiária, que inviabilizava o modelo da habitação unifamiliar, grande consumidora de espaço, adota novas soluções de habitação social. Tendo como objetivo manter ou diminuir, se possível, os custos da habitação social, substitui a casa unifamiliar pelos blocos plurifamiliares, tendo, na década de 1960, sido construídos vários bairros assentes nesta lógica, sobretudo nas periferias de Lisboa e do Porto. Em 1962, é, também, lançado um programa de habitação em regime de autoconstrução, em que os candidatos tinham acesso a terrenos urbanizáveis a baixo custo, empréstimos até 25% do custo total do empreendimento, isenções fiscais e assistência técnica gratuita, tendo, no entanto, tido resultados muito limitados. Só com a preparação do “Plano Intercalar de Fomento”, entre 1965 e 1967, se regista uma visão crítica da política habitacional até então seguida e, portanto, o reconhecimento do seu fracasso (Violas, 2003, pp. 43-46).

No final da década de 1960 e início da década de 1970, diversas iniciativas são levadas a cabo, das quais se destaca a criação do “Fundo de Fomento da Habitação” (FFH), em 1969, que viria a ser reformulado em 1971. Esta estrutura administrativa, que centralizava as diversas vertentes da questão habitacional, ocupava um lugar de destaque nas políticas de habitação, gerindo os processos de promoção e financiamento dos programas e as medidas de incentivo ao investimento privado. Ainda assim, e apesar destas iniciativas, o governo não teve competência para desenvolver uma estrutura política aberta à modernização económica, social

e institucional e aos valores do liberalismo. Entre outros aspetos, a situação habitacional caracterizava-se pela especulação fundiária e imobiliária nos principais centros urbanos, pela carência de alojamentos, que rondariam os 500.000 fogos, pela degradação dos edifícios antigos, pelo espaço habitacional rural precário, com carências de vária ordem – eletricidade, água e esgotos –, pela expansão dos bairros clandestinos, pela existência de «ilhas» e «vilas» degradadas, de fogos sobrelotados, e pelas condições sanitárias e de segurança deficientes, resultado das políticas até então seguidas. Como tal, a vigência do regime ditatorial deixou que as carências e as más condições de habitabilidade se fossem acumulando, que se intensificasse a especulação fundiária e imobiliária e que se frustrassem os projetos de reforma intentada pelos sectores liberais, pelo que não surpreende todo o ambiente reivindicativo que se seguiu à Revolução do dia 25 de abril de 1974 e a intervenção política então tomada (Violas, 2003, pp. 48-50).

1.2.2. As experiências participativas dos processos SAAL

[O SAAL] não se quedou pela prefiguração de alternativas reluzentes, provavelmente utópicas, mas inertes, e avançou para o confronto com a realidade, avançou para o projeto, avançou para a construção, avançou para o compromisso de vizinhança com as implantações da cidade e do território capitalistas. (...) Os arquitetos do SAAL não fizeram planos para a cidade do proletariado, antes encetaram um processo de construção de fragmentos dessa cidade em conjunto com os moradores.

(Bandeirinha, 2007, p. 260)

O golpe militar decorrido a 25 de abril de 1974 pôs termo a quase meio século de um regime corporativista e dependência autoritária e deu início a um período histórico único, marcado por experiências sem precedentes no contexto dos movimentos sociais e da participação pública. À revolução, seguiu-se um período instável, com sucessivos governos provisórios, durante o qual, aliadas às transformações nas estruturas governamentais que se faziam sentir, foram tomando forma conceções de democracia, baseadas na participação popular. O país encontrava-se empobrecido, com índices de analfabetismo elevados e parte da

população a viver em situação precária – perto de 600 mil famílias viviam nessas condições, o que correspondia a 2 milhões de pessoas, cerca de 23% da população nacional. Foram então levadas a cabo experiências de mobilização de massas, de constituição de organizações populares e de diversas formas de democracia participativa por parte dos trabalhadores da indústria, da agricultura e dos serviços, dos movimentos de moradores de bairros urbanos, dos estudantes, dos intelectuais e dos militares. Era urgente inverter essa situação e, assim, em resposta à carência habitacional e, numa tentativa de criar oportunidades a partir da reformulação das condições de habitabilidade, mantendo os laços comunitários, essenciais para a estruturação de relações de vizinhança, de colaboração e de solidariedade, surge o SAAL, um projeto arquitetónico e político, criado para atender às necessidades de habitação das populações carenciadas (Vieira & Coutinho, 2014, p. 13).

Nuno Portas²³, ao tomar posse como Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, durante o primeiro governo provisório, promoveu várias reformas assentes numa definição do direito à habitação mais abrangente, que não se esgotava no direito ao abrigo. Sendo impossível para o Estado, fraco e empobrecido, permitir o acesso a esse direito, através da provisão, a curto ou a médio prazo, de dezenas de milhar de habitações terminadas, Nuno Portas considerava mais importante e eficaz, que o Estado regulasse e apoiasse, técnica e economicamente as populações, no seu esforço para resolver o problema da habitação. Acreditava na necessidade de adequar uma fórmula de participação total, aos limites da realidade objetiva, sendo que as condições dessa adequação consistiam na existência de uma estrutura organizativa que partisse das bases populares e a possibilidade da sua intervenção em todos os momentos do processo. Era, sobretudo, imprescindível, para si, que os destinatários das habitações participassem, inclusivamente, na sua construção, através de um processo de autoconstrução assistida, uma vez que considerava ser essa a forma mais direta de promover a apropriação, subentendendo uma dimensão de autonomia e autoajuda (Bandeirinha, 2007, pp. 112-15).

Neste contexto da autoconstrução, um exemplo relevante é o caso do Bairro 25 de abril, em Lagos, mais comumente conhecido como a “Aldeia dos Índios da Meia Praia”. Embora houvesse uma enorme vontade, da parte de Nuno Portas, de que, nos projetos, fosse considerada a autoconstrução, esta foi posta de parte, na grande maioria dos casos, pelos habitantes, que se encontravam, agora, mais consciencializados do que poderiam obter do Estado ou, simplesmente, porque a maioria deles se encontrava empregada, pelo que, não havia uma

²³ **Nuno Portas** (1934-) é um arquiteto português, que, em muito, contribuiu para a definição das linhas políticas da habitação, reabilitação urbana e atualização da legislação urbana. Para a divulgação da arquitetura portuguesa, no estrangeiro, contribuiu através das suas obras escritas publicadas.

disponibilidade total por parte dos habitantes. Contudo, terá sido significativa esta componente de autoconstrução, nas regiões de trabalho sazonal ou com tradições enraizadas na autoconstrução, como é o caso da Aldeia dos Índios da Meia Praia (Gonçalves, 2013, p. 63). Este projeto, acompanhado pelo arquiteto José Veloso, terá sido considerado uma das experiências mais relevantes das operações, tendo sido dos que mais se aproximou, metodologicamente, das premissas iniciais do SAAL. Profundamente dependente da atividade piscatória, a Aldeia dos Índios da Meia Praia, possuía uma única ligação física ao centro de Lagos, através de uma linha de comboio. Este aglomerado de casas, que haviam sido instaladas nas dunas, de forma mais ou menos aleatória, teve origem no carácter migratório da comunidade e na dificuldade da sua inserção num sistema urbano convencional. Tendo-se fechado ao mundo exterior, onde se verificavam modos de vida que esta não conseguia acompanhar, a comunidade voltou-se para si mesma. Deslocados e sem economias, os habitantes levavam a cabo, todos os dias, estratégias de sobrevivência, na tentativa de melhorar as suas condições de vida.

A aldeia assistiu a três fases distintas de alterações físicas – duas anteriores e uma decorrente do projeto de intervenção, em 1975 –, levadas a cabo pelos próprios habitantes, em regime de autoconstrução. O início do processo começou com as reuniões preliminares de esclarecimento, que garantiam a opinião de ambas as partes, de forma a que o projeto pudesse responder, o melhor possível, às necessidades dos habitantes e, embora o início tenha sido atribulado, os projetos avançaram e tomaram a forma de habitações de carácter progressivo, que podiam ser alteradas conforme as necessidades dos habitantes se fossem alterando. Os problemas surgiram quando as negociações com o Estado começaram a atrasar-se, em relação à data de início do projeto. Ansiosos por começar a construir, mas não tendo como pagar aos trabalhadores, encontraram a solução para a continuidade do projeto na autoconstrução. No final, com o trabalho dos moradores, foi conseguida uma maior economia na obra e garantido o pagamento dos materiais e dos salários de todos os trabalhadores. Para a comunidade, o processo representou um esforço acrescentado às já duras condições de trabalho que enfrentavam, mas o espírito solidário e comunitário que os unia fortaleceu a vontade de trabalhar e a colaboração de todos (Monteiro, 2013, pp. 103-23).

O Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) foi criado a 31 de julho de 1974, através de despacho conjunto, assinado pelo Ministro da Administração Interna e do Equipamento Social e do Ambiente, Costa Brás, e pelo Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, Nuno Portas, no qual eram consideradas as graves carências habitacionais e as dificuldades em fazer arrancar programas de construção convencional a curto prazo. Nele, era definido como um

corpo técnico especializado, que estava a ser organizado pelo Fundo de Fomento da Habitação, destinando-se a apoiar, através das câmaras municipais, as iniciativas das populações a realojar, no sentido de participarem na reabilitação dos seus bairros, com o investimento dos próprios recursos humanos e financeiros. As iniciativas deveriam assim, partir dos moradores, organizados em associações ou cooperativas pois, acreditava-se que, para além da maior possibilidade de apropriação, “a auto-organização, como condição fundamental para o empreendimento, facultava uma dinâmica de gestão democrática que se orientava para a melhoria progressiva, não só das condições habitacionais casa a casa, mas sobretudo das condições urbanísticas do próprio bairro e da sua inserção integral na cidade”²⁴. Caberia às câmaras municipais, o papel de controlar a localização e a cedência de terrenos, e de servirem de interlocutores diretos dos interessados, designadamente, na moderação das prioridades face aos recursos disponíveis e na garantia dos empréstimos previstos na legislação (Pereira, 2014, p. 14).

Os quatro objetivos principais nos quais assentava o Serviço de Apoio Ambulatório Local eram a) ligar o Estado a sectores dinâmicos da população, através de um mecanismo de descentralização; b) articular a dimensão funcional e urbanística com as necessidades e anseios dos moradores; c) reconhecer, aos habitantes, o direito a permanecerem no local de origem – direito à cidade –; d) e permitir-lhes a utilização dos seus recursos, de forma a maximizar a eficácia, a adequação e a celeridade do investimento do Estado. Ao ter-lhes sido dado um papel relevante, ao considerar as suas necessidades e expectativas, o SAAL baseou-se nos princípios da arquitetura participada. O processo consistia, regra geral, na definição de um leque de soluções técnicas, a partir do qual, os habitantes e as comunidades enquanto um todo, podiam optar, de modo a configurar e a personalizar as suas habitações e espaços envolventes, de acordo com as suas preferências e expectativas, num processo colaborativo e de aprendizagem mútua. Estas operações resultaram num trabalho multidisciplinar, possibilitado pela articulação de um vasto conjunto de intervenientes: os moradores organizados em comissões ou associações; as brigadas técnicas compostas por arquitetos, engenheiros, juristas, geógrafos, sociólogos, entre outros; e o Estado, através dos seus serviços e departamentos locais (Vieira & Coutinho, 2014, p. 16).

²⁴ In Bandeirinha, J. A. (2007). *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade, p.121.

Estas ambições pediam que as brigadas fossem, mais do que grupos de arquitetos disponíveis para fornecer ajuda técnica, figuras centrais na consolidação do associativismo comunitário, sendo capazes de sistematizar, através de levantamentos, as condições de vida das comunidades e de as apoiar social, técnica e legalmente, ao longo de todo o processo. Esperava-se que fossem equipas dinâmicas, com grande capacidade de negociação e instigadoras de interação entre todos os intervenientes do projeto. O processo acontecia de forma, mais ou menos, sistemática: *a)* identificava-se o bairro e as suas condições; *b)* a associação de moradores manifestava interesse em iniciar uma operação; *c)* e os serviços centrais nomeavam uma brigada e um arquiteto que a coordenava, sendo que todas as questões de projeto eram resolvidas, exclusivamente, entre brigada e moradores, tendo os serviços centrais um papel meramente administrativo e de financiamento. No entanto, com o avançar dos processos e o aparecimento de inevitáveis problemas, os projetos começaram a ser bloqueados (Pinto, 2015, p. 17). A partir de novembro de 1975, verificou-se a travagem do processo político revolucionário, tendo, ao nível da política económica, o novo poder político, conduzido à inversão da importância concedida ao sector público. Procurava-se, agora, o relançamento da iniciativa e do investimento privados. No âmbito da habitação, essa inversão traduziu-se na liberalização da política habitacional e urbanística, com o consequente abandono ou desinteresse pelos programas de política de habitação anteriores, nomeadamente o SAAL, o que, se, por um lado, estimulou o relançamento do sector privado da construção civil, por outro, conduziu a um novo impulso da especulação imobiliária, tendo o SAAL sido alvo de um progressivo afastamento. Num momento em que, apesar de enfraquecido, o movimento popular urbano se mantinha, ainda, bastante ativo, o governo optou pela não extinção imediata do processo, tendo a estratégia adotada sido a de tornar inviável o processo, através do desgaste provocado pelo retardamento das operações (Pereira, 2014, p. 26).

Passados dois anos desde o início oficial do processo, a 27 de outubro de 1976, um despacho conjunto do Ministro da Administração Interna, Costa Brás, e do, então, Ministro da Habitação, Urbanismo e Construção, Eduardo Pereira, punha fim à metodologia do processo SAAL e à sua estrutura orgânica de intervenção. O Estado, ainda a atravessar um período de transição, mostrava-se incapaz de acompanhar o ritmo deste tipo de processos e de lidar com alternativas que pudessem colidir com as dinâmicas do sistema atual, uma vez que a democracia representativa e parlamentar havia substituído a democracia direta, que esteve na origem do SAAL (Vieira & Coutinho, 2014, p. 15). Em contrapartida, o interesse pela experiência de intervenção arquitetónica e urbanística do processo suscitou grande curiosidade, por parte de

especialistas e instituições especializadas de vários países, tendo esta sido manifestada através de artigos em revistas de arquitetura e urbanismo, visitas de estudo, exposições, convites a técnicos do SAAL para que participassem em cursos, seminários e conferências internacionais, etc. À data da sua extinção como serviço, o SAAL envolvia mais de 150 operações, em vários concelhos do país, com especial incidência nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, onde se concentravam os principais núcleos de habitação degradada. No conjunto, mais de 40.000 famílias, organizadas em 14 Cooperativas de Habitação Económica, 16 Comissões de Moradores e 128 Associações de Moradores, recebiam apoio do SAAL, através de 118 Brigadas Técnicas, constituídas por mais de 1.000 trabalhadores. À mesma data, o SAAL apoiava a construção de 2.259 habitações e os seus responsáveis previam, com base no trabalho desenvolvido, o início de mais 5.741 até março de 1977. Cerca de 20.000 fogos estavam então em fase de projeto, dos quais mais de 8.000 já em fase final (Pereira, 2014, p. 29).

Foi, de facto, na participação popular que residiu a essência do processo, historicamente possível num período político em que se apostou na democracia participativa, antes ainda da constitucionalização do regime democrático. A natureza participativa intrínseca às intervenções do processo SAAL, permitiu que a própria morfologia arquitetónica das habitações construídas ou projetadas se distanciasse das normas tradicionais dos bairros camarários ou da imposição de soluções contra a vontade dos moradores, embora, após o período revolucionário, a metodologia de intervenção urbana assumida pelo SAAL, que apontava para o respeito pelos direitos e interesses das populações radicadas no lugar e para a sua integração na cidade, se tenha tornado incompatível com a recomposição dos interesses imobiliários. Hoje, é possível perceber que, dele, surgiram muitas e novas atitudes e valores que, paulatinamente, foram sendo adquiridos por vastos sectores da sociedade portuguesa como indispensáveis a um modelo de desenvolvimento urbano socialmente inclusivo. Talvez o grande legado do SAAL tenha sido, essencialmente, pedagógico, ao contribuir para o enriquecer de outras experiências, tendo-se manifestado, depois, com o movimento cooperativo habitacional, num maior pragmatismo e abertura da gestão local, ou num novo entendimento da arquitetura e da cidade (Pereira, 2014, pp. 30-31). Note-se também que este exemplo reflete bem o que foi referido no capítulo 1.1 desta dissertação sobre o facto de “a maior determinante para a presença ou não de participação pública nos projetos [ser] a natureza dos governos”²⁵.

²⁵ Ver página 26.

Parte 2 – O Arquiteto e a Participação

They had realized that it was not just a matter of organizational structures and teaching methods, but a more fundamental question about the purpose of their training and social role. (...) It was a question of rediscovering the reasons for being an architect (...). They sought a different way of doing architecture for the edification of a different world (...): not classicist, not racist, not violent, not repressive, not alienating, not specializing, not totalizing.

(Carlo, 2005, p. 4)

Existe uma ideia generalizada de que o arquiteto é alguém que desenha edifícios e, na verdade, a grande maioria dos arquitetos passa, de facto, grande parte do seu tempo a desenhar e a detalhar edifícios e, embora não exista nada de errado nisso, a visão do edifício como principal objeto da produção arquitetónica acarreta certas limitações. Também a definição de arquitetura enquanto construção de edifícios exclui aspetos do mundo que causam desconforto ao arquiteto, devido à sua natureza contingente e imprevisível, sobre a qual este tem um poder limitado, uma vez que é sobre os aspetos estáticos que os arquitetos detêm controlo, sendo capazes de manipular a forma através da técnica. Priorizar o espaço físico sobre o espaço social permite-lhes manipulá-lo, dividi-lo, contê-lo e controlá-lo (Till, Schneider, & Awan, 2011, pp. 27-28). Jones, Till e Petrescu consideram que nenhuma outra profissão tem um significado tão ambíguo quanto a do arquiteto. Ao longo do tempo, o termo foi aplicado a figuras que passavam pelo simples pedreiro, a Deus, o supremo arquiteto do Universo. Em diferentes épocas históricas, dependendo do uso que o poder político lhe conferia, o arquiteto aproximava-se, de facto, ora mais do pedreiro, ora mais de um Deus, tendo sido, sempre, no entanto, influenciado pela perspectiva dos governantes, uma vez que eram estes os únicos capazes de fornecer os materiais, o financiamento, os terrenos e a autoridade necessários para que este pudesse exercer a sua profissão. Assim, o arquiteto viu-se obrigado a identificar-se com estes, tornando-se representativo da classe que se encontrasse no poder. Como profissional, ali encontrou o seu prestígio desde que não se preocupasse com motivações ou consequências. Então, com a ascensão do profissionalismo burguês, a arquitetura embarcou no campo da especialização onde apenas importava responder às questões relacionadas com o modo de conseguir solucionar os problemas, uma vez que as respostas aos “porquês” se encontravam dadas (Jones, Till, & Petrescu, 2005, pp. 5-9). Esta inconsciência, ou irresponsabilidade, da arquitetura sobre as motivações ou consequências das suas ações contribuiu, significativamente, para a iniquidade social, através da segregação de classes no espaço construído, tendo também contribuído para

a erosão da credibilidade da competência do arquiteto. Hoje, a profissão do arquiteto é muito mais complexa, difícil e responsabilizadora do que há vários anos atrás. Complexa e difícil na medida em que a quantidade de conhecimento que este tem de adquirir é maior, a profundidade da visão que deve conseguir e o peso da história são também eles maiores, e a acumulação de erros, para além de ser também ela maior, é, também, cada vez menos aceitável. Torna-se, portanto, relevante considerar o conhecimento que temos do mundo e daquilo que nos rodeia, e tomarmos consciência de que não há forma de inverter os erros que já foram cometidos. Assim, as nossas principais preocupações devem ser as estruturas necessárias à vida económica, social e política, às quais associamos conceitos de segurança e conforto, de forma a produzir uma arquitetura respeitável (Forjaz, 2005, pp. 27-31). A responsabilidade política e social do arquiteto reside, assim, não no refinamento da estética do edifício, mas na sua contribuição para a criação de relações espaciais (e sociais) capacitadoras, uma vez que a arquitetura afeta, de forma profunda, as relações sociais e por elas é profundamente afetada. O arquiteto pode operar de forma modesta e, ainda assim, conseguir grandes progressos, através de um compromisso inteligente e imaginativo com os contextos económico, social, político e cultural da produção do espaço, voltando a conseguir desempenhar um papel proeminente e carregado de significado social. “They achieve their effect not primarily through the visible, but through a reinscription of the invisible processes that make the visible possible” (Till, Schneider, & Awan, 2011, pp. 38-42).

A importância de colocar as realidades locais no foco das intervenções de desenvolvimento e a necessidade de transformar agentes de desenvolvimento, que eram vistos como peritos prescritivos, em facilitadores capazes de reconhecer e trabalhar o conhecimento e as aptidões locais, começou a ganhar força durante os anos 80 (Hickey & Mohan, 2004, p. 11). De facto, em 1983, e no âmbito da arquitetura, a *International Union of Architects* lançou um concurso intitulado “*The Architect as Enabler*” cujos principais critérios de avaliação consistiam *a)* no grau de participação do habitante no processo de desenho; *b)* na elaboração de ferramentas mentais e sociais para o desenho; *c)* na adequação das questões técnicas construtivas às necessidades dos destinatários; *d)* e na adaptabilidade e responsividade do sistema. O importante a retirar deste exemplo é o facto de o pretendido ser que os participantes criassem um método, não um método de desenho, mas um método organizacional, que coordenasse um processo de desenho participativo e que permitisse, ao destinatário, tomar parte ativa no planeamento e construção da sua habitação e espaços adjacentes. A maior parte das propostas consistiram, no entanto, em modelos *standard* que podiam ser rearranjados de várias

formas, seguidos de procedimentos que instruíam os habitantes a usar o modelo disponibilizado, o que reflete a tendência de os arquitetos procurarem soluções fixas para os problemas – a procura por uma norma na forma de programas standardizados e replicáveis – e a tendência de os arquitetos julgarem que questões como a *capacitação*, a *participação*, as *tecnologias apropriadas*, a *flexibilidade* e a *liberdade* na construção são domínio de outros profissionais que não eles (Hamdi, 1991, pp. 88-89).

A prática da arquitetura passa, normalmente, por três fases, sendo que, numa abordagem convencional, a sequência destas é irreversível. No final da sequência, a operação é dada como terminada e cada fase está separada das restantes, tendo cada uma delas, influência ocasional, apenas, na fase seguinte, embora nunca na anterior. A primeira fase diz respeito à “Definição do Problema”, onde os procedimentos são inexatos e não sistemáticos. As abordagens são, frequentemente e erroneamente, influenciadas pelos valores do investigador, que é habitualmente o arquiteto²⁶. Os objetivos são dados como adquiridos, as metas não são discutidas nem determinadas e os desejos e necessidades dos futuros utilizadores são desconsiderados quando contra os interesses dos financiadores ou a perspectiva do arquiteto. A segunda fase tem a ver com a “Elaboração da Solução” e compreende o espaço de tempo que decorre entre a conclusão do projeto e a conclusão do edifício. Esta fase resulta, habitualmente, num objeto finalizado, que tende a não admitir alterações. Por fim, sucede a fase da “Avaliação dos Resultados”, embora esta fase seja praticamente inexistente, uma vez que, na maior parte dos casos, o mais importante a ser considerado é a estética do edifício, havendo uma certa falta de interesse respeitante à sua utilização. O edifício é, aqui, entendido como um objeto ou um acontecimento isolado e não pertencente a um processo evolutivo (Carlo, 2010 [1980], pp. 755-56). Nabeel Hamdi considera que o resultado desta prática convencional, onde o arquiteto tende a focar-se no objeto em vez de nas pessoas, porque as pessoas, decidiu ele, atrasam o progresso e desordenam o processo, é a imposição de uma falsa divisão entre as pessoas e o espaço, negando o papel que este desempenha na mediação da produtividade económica e social (Hamdi, 2010, p. 142). Henri Lefebvre²⁷ também considera arriscado entender o espaço como

²⁶ Ver a questão da “Indeterminação Cultural” do antropólogo Edward T. Hall. Este defende que a comunicação é programada pela cultura. Quando um indivíduo fala, só transmite metade da mensagem, enquanto a outra metade que ficou implícita é completada pelo recetor. Assim, a mensagem final vai variar segundo a cultura do recetor, que a entenderá de formas diferentes. (Hall, 1966, pp. 120-121) Quando um contexto é analisado por uma única pessoa, neste caso, o arquiteto, o resultado de tal análise será influenciado pela sua cultura e valores. Quando a análise é feita em conjunto, pelos vários integrantes da comunidade, juntamente com os profissionais, e, depois, discutida, as várias perceções são sobrepostas e analisadas segundo os vários ângulos, até que se chegue a uma solução que funcione para todos.

²⁷ **Henri Lefebvre** (1901-1991) foi um filósofo e sociólogo francês, muito conhecido por se tratar de um pioneiro na crítica do quotidiano e pela introdução de conceitos como o “direito à cidade” e a “produção do espaço social”.

uma entidade abstrata, defendendo que, quando o contexto social é introduzido no processo, o espaço deixa de poder ser tratado como produto abstrato e de poder ser produzido por um único indivíduo. Em *The Production of Space* (1992), mostra-nos que o espaço é construído através de um complexo conjunto de ações sobrepostas, havendo múltiplos e conflitantes campos de forças que afetam a produção do espaço, dos quais a prática da arquitetura é apenas uma ínfima parte. A produção arquitetónica é entendida, aqui, como uma questão de espacialidade enquanto condição humana e cultural partilhada, havendo a consciência de que aquilo que é fisicamente construído afeta essa espacialidade (Till, 2009, pp. 126-28). O arquiteto torna-se num, entre outros, que trabalham a partir de dentro do contexto, como alguém que projeta possibilidades espaciais, podendo ser entendido como um interprete, que tenta dar sentido a um contexto mais fluido, trabalhando a partir de dentro em vez de observar a partir de fora e que, quando confrontado com exigências conflitantes, irá negociar possibilidades. Esta dependência, a que se vê sujeita a arquitetura, está longe de ser uma fraqueza, mas uma oportunidade para o arquiteto agir como um ouvinte, num estado de abertura mental, que lhe permita interpretar as visões abstratas dos outros. Este modelo do arquiteto enquanto agente interpretativo e da arquitetura enquanto ação transformadora encontra-se, porém, dependente de uma revisão dos valores profissionais do arquiteto, não implicando, com isto, que o conhecimento arquitetónico deva ser dispensado, mas que este seja reconsiderado e afastado de noções de autoridade e absolutismo (Till, 2009, pp. 164-65). O autor acrescenta que este carácter temporal da arquitetura acarreta uma responsabilidade moral: uma vez que o futuro de um objeto ou pessoa é reconhecido, as consequências éticas das ações de alguém para com esse objeto ou pessoa devem ser tidas em conta. Por outro lado, aquilo que o tempo não pode afetar trata-se de um objeto, não de responsabilidade, mas de superação e o arquiteto, tentado na sua superação estética, evita qualquer responsabilidade maior. Isto reduz a arquitetura a um objeto para o qual o arquiteto se pode absolver de qualquer responsabilidade real – um objeto que, quando colocado numa mais ampla rede de trocas, se torna, principalmente, numa mercadoria para troca de capital, ao invés de uma forma de mudança social (Till, 2009, pp. 91-92).

Já a prática participativa da arquitetura, ao implicar a presença dos habitantes durante todo o processo, tem como consequência o facto de cada fase da operação se tornar numa fase do projeto; de a apropriação se tornar numa fase da operação e, logo, do projeto; e de as diferentes fases se fundirem e a operação deixar de ser linear e unidirecional. Neste caso,

Dedicou-se ao estudo da vivência nas cidades e da sociologia rural. No âmbito da sociologia urbana, as suas teses salientam a ação das forças produtivas sobre o espaço físico.

embora as fases do processo se mantenham, para além de estas adquirirem outra importância, a primeira fase do processo participativo torna-se, aqui, parte integrante do projeto, na medida em que os objetivos da operação e os recursos disponíveis passam a ser tópico de discussão com os destinatários. Por exemplo, os recursos disponibilizados para a concretização do programa podem ser proporcionais à lógica financeira da operação e, ainda assim, serem insuficientes para satisfazer as expectativas dos habitantes, sendo que, apenas a discussão com estes pode fazer surgir estas contradições e resolvê-las. Na fase da “Elaboração da Solução” já não existe a tendência de produzir um único objeto finalizado, mas uma sequência de propostas, que são, continuamente, melhoradas, à medida que passam pelas críticas e contribuições criativas dos moradores. O papel do arquiteto, aqui, já não é o de produzir soluções finalizadas e inalteradas, mas extrair soluções de uma confrontação contínua com aqueles que vão usufruir do resultado do trabalho. A sua energia e imaginação devem estar focadas em aumentar o nível de consciencialização dos seus parceiros – os moradores – e a solução será resultado das trocas entre ambas as partes. A “Avaliação dos Resultados” é feita através da análise do modo como o objeto é utilizado e o veredicto baseia-se no nível de satisfação das necessidades dos habitantes. Não apenas necessidades físicas e materiais, mas necessidades criativas e psicológicas, que a arquitetura deve ser capaz de suprir [Fig. 17] (Carlo, 2010 [1980], pp. 756-57). O papel do profissional aproxima-se muito mais do técnico facilitador e experimentador, que desenha sistemas de produção e meios de comunicação, que permitem que os participantes operem de forma o mais eficiente e democraticamente possível. O que está claro é que este campo expandido da arquitetura necessita que o profissional se comprometa com uma série de novas ferramentas, sendo que algumas delas se encontram fora da sua tradicional zona de conforto (Till, Schneider, & Awan, 2011, p. 44). Ainda assim, Peter Oakley considera que, para uma prática participativa bem-sucedida, não basta que o arquiteto possua qualificações profissionais (pelo menos, não as convencionais). É necessário que este possua certas competências sociais ou comportamentais como sentido de compromisso; flexibilidade e disponibilidade para continuar a aprender; maturidade emocional; compaixão e empatia; capacidade de inspirar confiança e segurança; capacidade de escutar; de se ajustar ao estilo de vida e trabalho de diferentes comunidades, em diferentes culturas; e capacidade de lidar com situações de tensão e conflito, que lhe permitam desempenhar o seu papel de forma eficaz (1991, pp. 183-84).

A Prática da Arquitetura	
Convencional	Participativa
• Os habitantes são recipientes passivos de um ambiente concebido, executado, gerido e avaliado por outros; • A abordagem <i>top-down</i> enfatiza o produto em vez do processo. É burocrática, centralizada e compartimentalizada, secreta, impessoal e anônima; • Os profissionais, ocasionalmente, fazem tentativas superficiais de definir e consultar os moradores; • Importa, principalmente, a estética, sendo que os edifícios resultam, normalmente, de aparência moderna.	• Os habitantes participam em todo o processo, tomando parte no financiamento, desenho, desenvolvimento, construção, gestão e avaliação do espaço construído; • A abordagem <i>bottom-up</i> enfatiza o processo em vez do produto. É flexível, pessoal, localizada, contínua, holística, multidisciplinar, progressiva, familiar e autogerida; • Os moradores são, constantemente, consultados pelos especialistas e tratados como parceiros; • O estilo não importa, pelo que, o mais provável é que a solução seja contextual, regional e identitária.

Figura 17_A prática convencional vs a prática participativa da arquitetura segundo Henry Sanoff, 2000.

Em outros tempos, a prática da arquitetura queria-se prática, que encontrasse soluções para problemas, que construísse edifícios e infraestruturas, trabalhando com os construtores. Hoje, uma prática responsável deve assumir objetivos estratégicos que incitem à mudança, que lidem com as verdadeiras causas dos problemas, em vez de com os seus sintomas, fomentando a escolha, desenhando programas e gerindo restrições. No fundo, lidando com o tipo de questões que têm vindo a ser descritas ao longo desta investigação e que não podem mais ser delegadas para outras disciplinas (Hamdi, 2010, p. 223). Assume-se, normalmente, que a parte mais criativa do desenho diz respeito ao edifício enquanto objeto – daí a fixação com a inovação formal –, mas pode ser argumentado que o mais importante, a parte mais criativa do processo, é a formulação do programa, embora este seja, muitas vezes, visto, simplesmente, como um instrumento de racionalidade. A mudança do desenhar do objeto para o desenhar do programa, inevitavelmente, implica que as questões sociais sejam consideradas, e por isso, a criatividade

do programa diz respeito à negociação de um novo conjunto de relações sociais, à justaposição de ações e atividades e à possibilidade de se pensar de um modo diferente da norma, levando ao imaginar de novas condições espaciais e, consequentemente, sociais. Este processo evolutivo de um programa, pode não fornecer, de imediato, o estímulo visual comumente associado ao desenho criativo de um objeto, mas tem um efeito a longo prazo muito mais profundo. Uma das razões pelas quais o desenho do objeto é tão privilegiado sobre tantas outras questões é o facto de este ser o aspeto, em todo o processo, onde o arquiteto ainda detém controlo nominal, enquanto a questão da formulação do programa é uma das muitas atividades arquitetónicas que envolvem outros atores, devendo o arquiteto, no seu papel de interprete, assumir uma posição de modéstia e uma atitude ética (Till, 2009, pp. 168-70). Aqui, o papel do arquiteto, a quem Peter Oakley chama “agente de projeto”, será o de promover a participação, devendo criar as condições necessárias para que as pessoas se possam envolver no desenvolvimento do projeto. Vários são aqueles que o descrevem como educador, catalisador, facilitador, intermediário, ou ativista, o que reflete a disparidade das suas funções e, consequentemente, as dificuldades em encapsulá-lo dentro de parâmetros fixos. As maiores dimensões do papel do arquiteto, neste processo, serão *a)* assistir os moradores no desenvolvimento das suas próprias capacidades, ou seja, estimular a sua perceção crítica; *b)* desenvolver a coesão interna e a solidariedade dentro da comunidade; *c)* assistir a comunidade em ações desenhadas para fortalecer a sua participação; *d)* ajudar a estabelecer contactos com os serviços existentes e introduzir as comunidades aos processos e mecanismos necessários para com eles lidar; *e)* e ajudar a desenvolver conexões entre várias comunidades em situações semelhantes, procurando, essencialmente, trabalhar *com* as comunidades, em vez de *para* elas, encorajando-as a assumir responsabilidades e, por conseguinte, fomentar o desenvolvimento (Oakley, 1991, pp. 181-82).

Nesta abordagem, procura-se perceber o sítio, os sistemas, as relações, as pessoas, as políticas e os recursos, aquilo que produz o espaço construído e que pode necessitar de apoio. Desenvolve-se um plano baseado em *inputs*, ou intervenções de componentes físicos e imateriais, em vez de um plano baseado em *outcomes*, ou soluções fixas. Procuram-se oportunidades para um maior aproveitamento do espaço e o desenvolver do projeto decorre a diferentes velocidades, havendo uma apropriação de materiais, tecnologias e serviços, que varia segundo se alteram as finanças, expectativas e prioridades dos moradores. A questão habitacional é entendida como uma pequena parte de um sistema muito maior de emprego, rendimentos, sistemas de saúde, manufatura, transportes, ensino, etc. (Hamdi, 1991, pp. 102-03). Esta abordagem, a que Till, Schneider e Awan chamam “*Spatial Agency*”, dá abertura à

profissão do arquiteto, primeiro, na inclusão de outros – amadores e outros especialistas – no processo e, depois, na rejeição do edifício enquanto único recurso e representação autoral do profissional. Existe uma alteração no foco profissional que deixa de, apenas, fornecer especialistas, para passar a integrá-los num mais alargado campo da *Advocacy*²⁸ e da *Facilitation*²⁹ para bem dos outros, sem, com isso, suprimir o papel que o conhecimento profissional desempenha quando se trata de iniciar, financiar e gerir um projeto (Till, Schneider, & Awan, 2011, p. 43). Esta abordagem não pretende, portanto, desacreditar o conhecimento profissional, mas sim, utilizá-lo de múltiplas formas. Isso implica, como já foi referido, alterações no papel do profissional, que deixa de ser visto como autor único, para passar a capacitar outros na criação de relações físicas e sociais, o que requer uma inteligência espacial perspicaz na criação de sistemas e estruturas, que permitam que outros possam participar nos processos de desenho e produção. O trabalho do arquiteto deixa de consistir na produção de soluções finais e fixas, sendo a sua energia e imaginação dirigidas para o aumentar do nível de perceção dos habitantes, dando a sua opinião, oferecendo informação técnica, discutindo as consequências das diferentes alternativas e devendo manter transparente todo o processo, para que as decisões finais possam ser entendidas pelas pessoas que serão afetadas por elas. Este processo envolve, a maior parte das vezes, questões técnicas, pelo que vários especialistas poderão ter que trabalhar em parceria, pelo que o arquiteto deve estar preparado para fazê-lo. A decisão ou objeto construído final não encerra o processo. Este precisa ser gerido, avaliado e adaptado conforme as necessidades se vão alterando, sendo que o profissional terá de criar soluções menos representativas de si e mais representativas dos habitantes com quem trabalha (Sanoff, 2000, pp. 12-13).

De facto, José Forjaz³⁰, em *Arquitetura, Ambiente e Sobrevivência*, considera que a construção é uma atividade essencial e indispensável à sociedade e que a responsabilidade dos profissionais é a de a realizarem com o máximo de eficiência e economia na satisfação das necessidades dos moradores. Para isso, e para um processo projetual correto, considera indispensável o conhecimento prévio e o mais completo possível das características do meio

²⁸ **Advocacy** é uma forma de planeamento em que o arquiteto ou urbanista atua como advogado, que articula os interesses dos vários grupos envolvidos, da mesma forma que um advogado defende o seu cliente. Ver: Davidoff, P. (1965) *Advocacy and Pluralism in Planning*. In *Journal of the American Institute of Planners*. Oxford, Routledge.

²⁹ **Facilitation** trata-se de uma forma de juntar as pessoas, de forma a determinar aquilo que pretendem realizar e ajudá-las a encontrar formas de trabalharem em conjunto. Um facilitador deve fazer com que todos os participantes se sintam incluídos e assegurar que o que cada um tem a dizer é escutado e entendido pelo grupo. (Sanoff, 2000, p. 38)

³⁰ **José Forjaz** (1936-) é um arquiteto português radicado em Moçambique, onde tem contribuído para o desenvolvimento da arquitetura africana.

ambiente a transformar e que, por isso, o arquiteto deve aprender a trabalhar com todos os especialistas necessários a um processo projetual integrador e completo. Assim, o arquiteto necessita assumir uma nova, mais esclarecida e, portanto, mais responsável, atitude quanto ao processo projetual (Forjaz, 2005, p. 51). Também Hassan Fathy³¹ considera necessário “transpor o fosso que separa a arquitetura popular da arquitetura de arquiteto”, que o arquiteto deixe de pensar que uma comunidade com um baixo desenvolvimento não tem qualquer valor para as suas considerações profissionais e que todos os seus problemas podem ser resolvidos com a importação de um sofisticado método urbano. Este gostaria de poder estabelecer uma relação visível e sólida entre as duas arquiteturas, sob a forma de traços comuns a ambas, que pudessem colocar à disposição dos habitantes uma fonte familiar de referência, que alargasse a sua compreensão e que o arquiteto pudesse utilizar para verificar a fidelidade do seu próprio trabalho às pessoas e ao lugar (Fathy, 2009, p. 52).

Existe uma contradição nos objetivos, que todos os arquitetos enfrentam e que diz respeito à necessidade de ser rigoroso e disciplinado de acordo com as normas erigidas pelo corpo académico e profissional e o imperativo de ser relevante para questões globais com que somos confrontados. Estas duas posições não têm de ser, necessariamente, contraditórias, antes pelo contrário. A questão está em perceber como poderemos ser rigorosos de forma relevante (Hamdi, 2010, p. 225). Os arquitetos precisam aceitar que os métodos *standard* e os valores da prática sofram alterações e, em particular, perceber que as questões que a participação levanta representam, não uma ameaça, mas uma oportunidade, levando a uma forma de arquitetura mais capacitadora. Esta aceitação levará, não só a uma prática participativa revitalizada e mais relevante, mas também a uma revitalizada e mais relevante prática arquitetónica (Jones, Till, & Petrescu, 2005, p. 39).

³¹ **Hassan Fathy** (1900-1989) foi um arquiteto egípcio, crítico da industrialização da construção, que se voltou para o estudo das construções rurais da sua região, tendo utilizado métodos de desenho e materiais tradicionais. Integrou o conhecimento da situação económica das zonas rurais do Egito com a arquitetura tradicional e as técnicas de desenho urbano. Incentivou e capacitou os habitantes para que produzissem os próprios materiais e construíssem os seus próprios edifícios. Foi reconhecido com o Prémio Aga Khan de Arquitetura, em 1980.

2.1. A Quinta Monroy como exemplo de enfoque na forma

Foi nos anos 70 que teve início o desenvolvimento da Quinta Monroy em terrenos de uso agrícola localizados na zona periférica da cidade de Iquique, no Chile. Com o passar dos anos, o crescimento desta permitiu que o bairro informal consolidado fosse sendo, gradualmente, incluído no desenho da malha urbana, onde acabou por adquirir uma posição central e privilegiada em relação ao conjunto urbano, mas sem que, com isso, lhe tenha sido concedido qualquer tipo de infraestrutura ou saneamento básico. Eram cerca de 100, as famílias que aqui viviam no início da década de 1990, privadas de condições básicas de habitabilidade e em ambiente de conflito social. Do levantamento socioeconómico da população, realizado no início do projeto, que incluía questões sobre a composição e rendimento dos agregados familiares ou a avaliação estrutural e espacial das unidades habitacionais, verificou-se que, embora a população constituísse um tecido social heterogéneo, com famílias de rendimentos bastante díspares, cerca de 50% podia ser considerada desfavorecida e mais de 40% vivia abaixo do limiar da pobreza. Verificou-se, também, que 60% das habitações não reunia as condições mínimas de salubridade. Estas não possuíam luz nem ventilação diretas, nem mesmo acesso à rede de abastecimento de água potável ou de saneamento e, ainda que houvesse uma grande diversidade de agregados familiares, a superfície média por habitação não ultrapassava os 30m², para além de apresentar graves deficiências construtivas. Apesar disto, o facto de se encontrar inserida num contexto urbano e numa localização privilegiada na cidade, tornou-se fator essencial para a garantia da segurança familiar, estando a distância ao local de trabalho reduzida e havendo facilidade de acesso a equipamentos sociais como escolas, infantários e serviços de saúde, bem como às redes de transportes (Aravena & Lacobelli, 2012, pp. 85-91).

Em 1995, os moradores iniciaram uma disputa judicial pelo direito de propriedade sobre as suas habitações, envolvendo os proprietários dos terrenos, que reclamavam a sua posse face à sua valorização imobiliária, e o município, que procurava realojar os moradores em áreas periféricas da cidade. Em 2001, o quadro político em vigor, torna possível a atribuição de um subsídio de 7.500 dólares por família às populações que vivessem abaixo do limiar da pobreza e, com isso, é encomendada à equipa de Alejandro Aravena o projeto de realojamento para a Quinta Monroy, que incluía, para além da conceção e execução do projeto de arquitetura, a gestão do seu financiamento (Aravena & Lacobelli, 2012, pp. 85-91). Neste programa, o projeto de arquitetura tem em conta um plano de sustentabilidade económica e social defendida pela equipa de arquitetura, que assenta em três princípios que o regulam: *a)* trabalhar sob as mesmas

condições políticas e económicas que qualquer outro projeto de arquitetura, partindo do princípio que os programas de habitação social devem ser entendidos como um investimento, em vez de uma despesa, para que a arquitetura possa garantir o valor incremental dos projetos; b) garantir a manutenção do local de origem das comunidades, de forma a salvaguardar as redes sociais pré-existentes e a comportar a compra do terreno ocupado clandestinamente para garantir o título de propriedade dos habitantes sobre os terrenos e as habitações, em vez do seu realojamento em áreas da periferia da cidade; c) e trabalhar diretamente com as comunidades, quer na fase que antecede a construção, com a apresentação e discussão do projeto, quer na fase posterior, proporcionando apoio social e técnico e estimulando a colaboração comunitária, fazendo com que os habitantes instituíam as suas próprias regras, enquanto conjunto, na elaboração das ampliações, em regime de autoconstrução, e na gestão do bairro (Canotilho, 2008, pp. 77-78).

2.1.1 Intervenientes

Da colaboração entre o programa ELEMENTAL Chile com outras entidades públicas e privadas como o Ministério da Habitação e Desenvolvimento Urbano do Chile, a agência governamental “*Chile Barrio*”, os governos regionais e os municípios e ainda organizações não governamentais como a “*Um techo para Chile*”, surge o projeto de realojamento para a Quinta Monroy. Dos seus atores fazem parte, para além das instituições acima mencionadas, a empresa de construção privada *Loga Building Company*, contratada para a construção do conjunto, o exército chileno, que ajudou no transporte durante os realojamentos e os próprios habitantes que, ao serem incluídos no processo, influenciaram o resultado das operações.

Embora o arquiteto surja, neste projeto, com mais evidência, como autor da proposta, este também desempenhou outros papéis durante o processo. Primeiro, e ainda sem saber a opinião das famílias, desenhou o projeto do conjunto na forma de uma hipótese formal que pudesse responder ao pretendido. Depois, de forma informada, e através de discussões com a comunidade e de votações, foi otimizando-a de acordo com os resultados obtidos. Para além disso, organizou e facilitou *workshops* para os habitantes, onde, muitas vezes, desempenhou o papel de mediador ou de instrutor, explicando-lhes questões técnicas, materiais e abordagens, sempre com o foco nas futuras expansões. No entanto, o projeto nunca saiu do seu controlo.

Até as futuras expansões foram, de certa forma, controladas pelo arquiteto, sendo que o único aspeto sobre o qual este não teve poder decisivo foi a sua personalização.

Aos habitantes, foi-lhes dada a oportunidade de se expressarem, depois de lhes terem sido dadas todas as informações e restrições sobre o projeto. Sempre que possível, foi-lhes dada a escolher entre uma hipótese e outra, dentro das suas necessidades e expectativas, tendo-lhes sido transmitidas as consequências que resultariam da escolha de cada uma das hipóteses, para que as decisões fossem feitas de forma informada e consciente. Foi-lhes, também, dada assistência técnica, para que estes participassem nas expansões, através da autoconstrução, embora apenas 30% das famílias o tenham feito, tendo a sua participação sido muito mais efetiva na sua projeção, durante os *workshops*.

2.1.2. A participação no programa

O facto de um dos princípios que regulam este programa ser o trabalho direto com as comunidades, associado ao clima de desconfiança que se fazia sentir entre alguns dos moradores, devido à inevitabilidade de estes terem que ter sido realojados, temporariamente, noutras zonas da cidade durante o projeto e a construção do conjunto, fez com que a participação se tornasse essencial e ainda mais desejável. Esta foi assegurada de três formas: através da comunicação de restrições, limitando as opções das famílias dentro dos limites possíveis para que, quando questionadas pelas suas preferências, estas não criassem expectativas irreais que resultariam, depois, em frustração; da tomada de decisões conjunta, uma vez as famílias informadas e conscientes das suas possibilidades; e de uma participação bidirecional, ou seja, da disponibilidade dos profissionais em aprender com a experiência da comunidade, nomeadamente, o interesse destes na possível utilização de recursos locais, de forma a minimizar os custos do projeto (Aravena & Lacobelli, 2012, pp. 106-07).

O processo participativo envolve, segundo Alejandro Aravena, quatro fases que correspondem à “fase do desenho”, à “fase da licitação”, à “fase da construção” e à “fase da habitação”. Neste projeto, esta primeira fase correspondeu ao desenvolvimento do projeto em equipa, onde trabalharam o arquiteto e outros técnicos, em conjunto com os moradores, tendo sido transmitidos, reciprocamente, ideias e conhecimentos [Fig. 18]. As soluções aqui



Figura 18_Workshop com a comunidade. (Aravena & Lacobelli, 2012)

desenvolvidas, embora da autoria do arquiteto, foram sendo otimizadas, através de votações, onde foram expostos problemas e procuradas soluções até que o desenho estivesse consolidado. Aqui, a participação mostrou-se importante, por exemplo, na definição do espaço coletivo, evitando que erros de desenho, que mais tarde poderiam resultar em problemas sociais graves, fossem cometidos. Através do processo participativo, a equipa percebeu que, em vez de se tratar de uma comunidade de 100 famílias, a Quinta Monroy era constituída por 4 grupos familiares menores, que possuíam relações específicas. Assim, a pedido das famílias, a equipa procedeu à reorganização do conjunto, segundo esta nova premissa, tendo sido criados 4 pátios independentes, em vez de um único espaço comum (Aravena & Lacobelli, 2012, p. 108). Na segunda fase, a “fase da licitação”, pretendia-se moderar as expectativas por parte dos moradores, que precisavam ter presente a escassez dos recursos com que trabalhavam, tendo sido estabelecido um compromisso entre a construtora e os moradores, onde foi especificado o nível de acabamento do conjunto e, para evitar desentendimentos futuros, que parte das habitações seria entregue pela construtora e que parte se destinava a ser concluída pelos moradores. O cerca de um ano em que decorreu a “fase da construção”, a fase seguinte, serviu para preparar e capacitar os moradores para a expansão e rentabilização das suas habitações e do bairro enquanto um todo, bem como para prepará-los para a transição de uma comunidade informal para uma organização de vizinhos responsáveis pelos seus espaços comuns e capazes de aprender a interagir positivamente e de forma eficaz no contexto da sua nova vizinhança. Neste âmbito, foram feitas várias intervenções, a maior parte delas, na forma de *workshops*. A primeira, teve como objetivo a atribuição dos lotes às famílias e a criação de organizações e líderes. As alocações foram feitas pelas próprias famílias, de forma democrática, bem como a

criação dos 6 subcomités (um por cada um dos quatro pátios e dois pelos conjuntos de habitações contíguos às ruas). Foi, também aqui, dada a conhecer a abrangência do programa de assistência técnica e arquitetónica e voltados a explicar os detalhes do projeto, em preparação para os próximos *workshops*. Outra intervenção levada a cabo foram as “visitas à obra”, que tinham como finalidade permitir, aos moradores, a visualização, à escala real, dos espaços da habitação e dos detalhes técnicos, bem como garantir-lhes o avanço do projeto, colocando-os na posição de clientes que seguem o progresso da obra e vigiam a sua qualidade e, assim, torná-los familiarizados com o projeto antes de se mudarem [Fig. 19] (Aravena & Lacobelli, 2012, pp. 124-25). Também as “oficinas de ampliações” foram outras das intervenções realizadas no âmbito da participação comunitária no projeto e tiveram o propósito de aconselhar e capacitar tecnicamente os moradores, quer sobre as condições estruturais e construtivas das habitações, como das expansões a realizar posteriormente, tendo, também, servido para ensinar-lhes alguns conceitos construtivos, bem como questões relacionadas com a rede elétrica, de abastecimento de água ou esgotos, e até mesmo questões relacionadas com a noção de habitabilidade e salubridade, como ventilação e iluminação naturais, aquecimento, isolamento, etc., ou para testar alternativas de organização em planta, de maneira a potenciar as expansões futuras. As “oficinas de espaço coletivo” tiveram como objetivo a valorização do espaço individual através de ações coletivas e, nelas, foram criadas discussões sobre como conseguir criar uma maior relação entre o espaço da habitação e o ambiente urbano. A última fase, a “fase da habitação”, consistiu na assistência técnica de desenho e construção aos moradores que finalizavam ou procediam às expansões das suas habitações, sendo que, nesta fase, o arquiteto continuava a organizar as “oficinas de ampliações” e desempenhava o papel de fiscalizador da qualidade das



Figura 19_Visita à obra. (Aravena & Lacobelli, 2012)

obras. Dezoito meses depois, 64% das habitações tinham mais de 50m², embora menos de 30% tenham sido construídas em regime de autoconstrução (Aravena & Lacobelli, 2012, pp. 456-62).

2.1.3 Resposta formal

Com um lote de implantação disponível de cerca de 5.000m², com o orçamento total limitado a 7.500 dólares por habitação, que teria a função de cobrir os gastos pela compra do terreno, o custo das infraestruturas e a construção das habitações e, considerando que o valor estipulado para cada família não permitiria ultrapassar os 36m² por habitação, insuficiente para comportar uma família em condições aceitáveis, percebeu-se que, em vez de considerar os 36m² uma casa pequena, seria mais viável considerá-los metade de uma casa boa [Fig. 20]. A questão que se colocava então, era decidir que metade da casa fazer, sendo que a resposta estaria em construir a metade que as famílias, por elas mesmas, não conseguiriam fazer (Aravena, 2011, pp. 118-19).

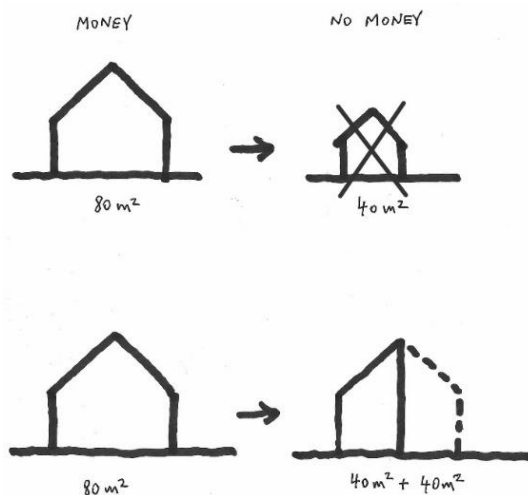


Figura 20_Conceito de “habitação progressiva”. (Aravena & Lacobelli, 2012)

Com o intuito de mostrar à comunidade o que aconteceria se fossem utilizadas as tipologias disponíveis no mercado habitacional, com as quais esta estaria mais familiarizada, a primeira proposta do conjunto baseou-se na construção de uma unidade habitacional por lote, proposta que se viu, imediatamente, inviabilizada por, na área de terreno disponível, só poderem ser implantadas 32 habitações, número insuficiente para albergar as cerca de 100 famílias, e por não permitir o controlo das futuras expansões ao longo da propriedade. A proposta seguinte, consistiu na organização de habitações duplex em banda. Nesta solução, embora os resultados fossem melhores, ainda não era possível alojar todas as famílias, para além de que a solução não permitia as futuras

expansões das unidades, pelo que foi descartada. A terceira proposta, também ela, posta de parte, consistiu num edifício em altura, de alta densidade. O problema, neste caso, prendia-se com o facto de este não permitir a expansão das unidades, sendo que elas precisavam crescer, pelo menos, o dobro, para aumentar o seu valor inicial e o facto de, quer as famílias, pela experiência, quer o arquiteto, pelo conhecimento, considerarem que as tipologias desenvolvidas deveriam ser de baixa altura, evitando a existência de espaços de entrada comuns, caixas de escadas e elevadores, cuja manutenção gera, com frequência, conflitos no seio das comunidades e conduz à deterioração do espaço e à perda de valor do conjunto [Fig. 21] (Aravena & Lacobelli, 2012, pp. 91-96).

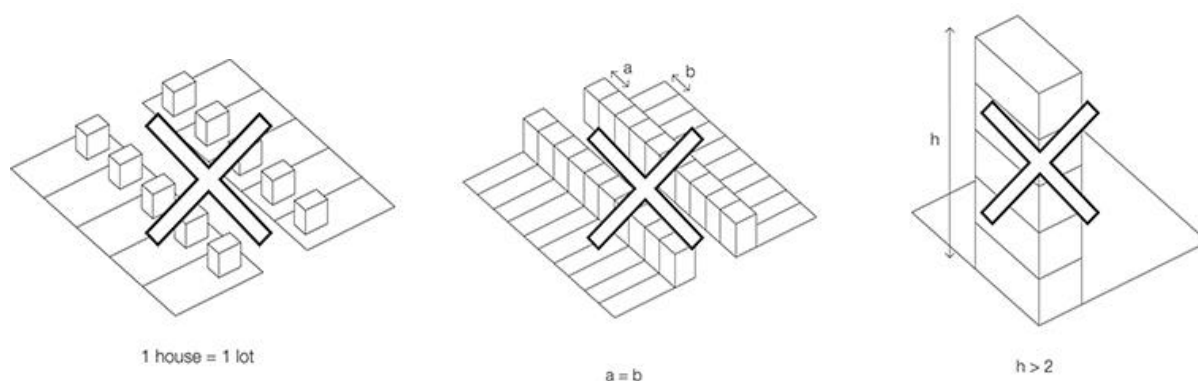


Figura 21_Tipologias rejeitadas. (Aravena & Lacobelli, 2012)

A solução formal passaria, então, por estabelecer um modelo que permitisse rentabilizar o custo do terreno e, ao mesmo tempo, fosse capaz de agrupar todas as famílias sem o risco de sobrelotação, sendo suficientemente flexível, de forma a permitir e facilitar a posterior expansão de cada unidade habitacional dentro de uma moldura pré-estabelecida [Fig. 22]. Tal solução terá resultado num conjunto de habitações com uma área inicial de 36m², capazes de sofrerem um aumento até os 72m², que comportam todos os requisitos básicos da habitação: casa de banho, cozinha e uma sala/quarto, e cuja estrutura inicial, que prevê o aumento da área de habitação, serve de apoio à posterior expansão, facilitando-a e garantindo que esta segue a direção projetada, em condições seguras e de boa habitabilidade. Essa solução tomava a forma

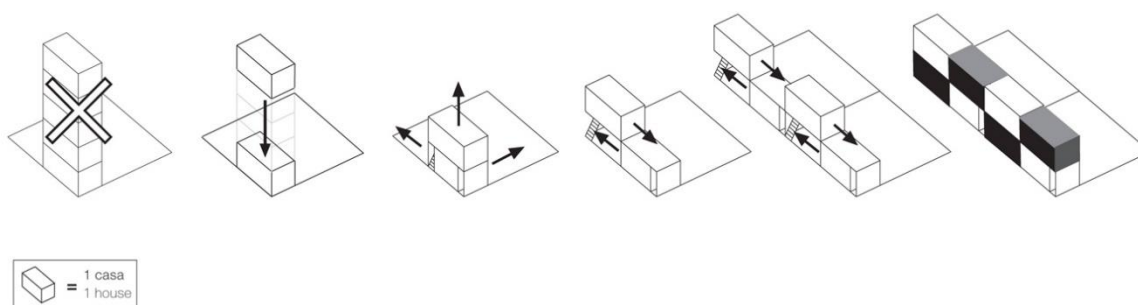


Figura 22_Tipologia adotada – “edificio paralelo”. (Aravena & Lacobelli, 2012)

de um “edifício paralelo”, que combinava, simultaneamente, acrescentos horizontais e verticais, configurando um volume com duas casas por lote. Em cada lote de 9 por 9m, correspondia uma habitação unifamiliar no piso térreo com um volume inicial de 6 x 6m por 2,5m de altura, conformando um pátio na área não utilizada do lote, sobreposta por outra habitação unifamiliar do tipo duplex com um volume de 6 x 6m por 5m de altura, do qual só metade seria construído, deixando a outra metade livre para a posterior expansão da habitação [Figs. 23 e 24]. Esta opção implicava que, embora só fossem construídas as metades das habitações, o seu interior tivesse de ser concebido em função da configuração final de 72m². A organização programática e a distribuição funcional das paredes divisórias ou dos acessos verticais teriam que estabelecer um compromisso entre a predeterminação do espaço da habitação construída e a sua prossecução evolutiva. Ambas as casas seriam concebidas contemplando dois níveis de evolução: a primeira ampliação ocorreria dentro dos volumes inicialmente disponíveis, pela apropriação e alteração do espaço interior e o segundo momento corresponderia à ocupação dos vazios projetados (Aravena & Lacobelli, 2012, pp. 98-112).

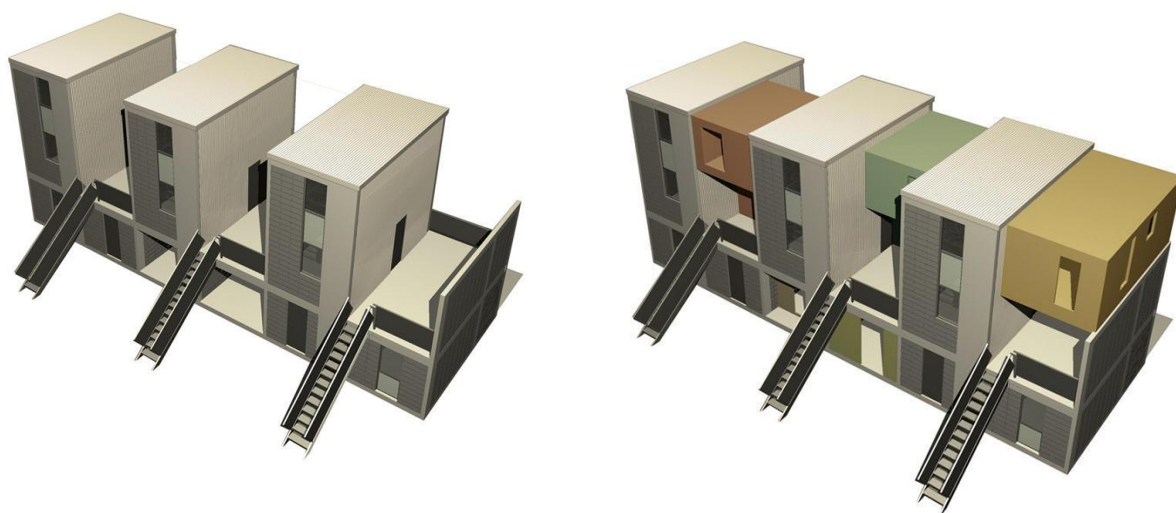


Figura 23_ Estudo da proposta antes e depois das expansões. (Aravena & Lacobelli, 2012)

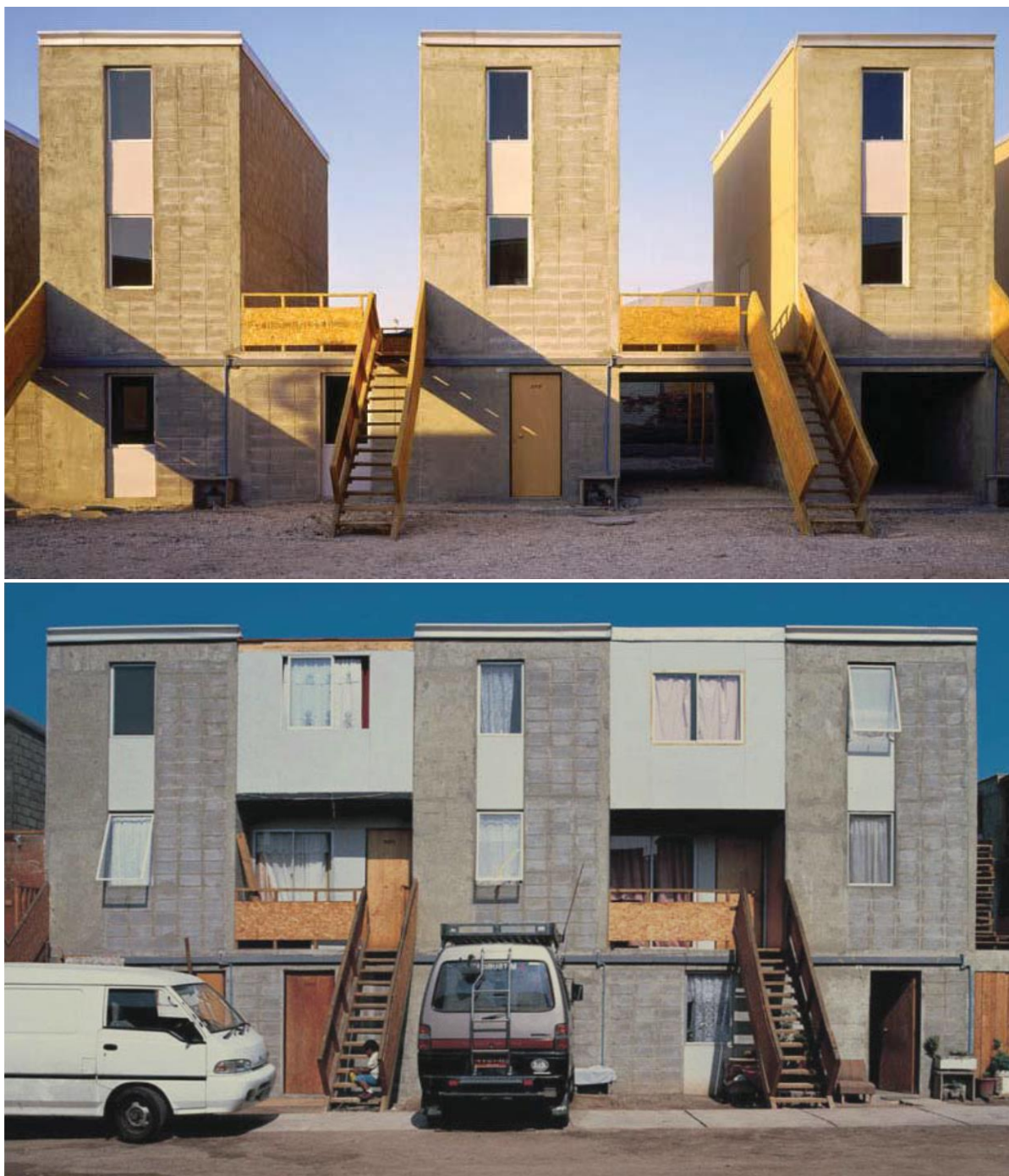


Figura 24_Parte da proposta edificada antes e depois das expansões. (Aravena & Lacobelli, 2012)

A inserção urbana do conjunto estava limitada ao terreno preexistente, um lote irregular, conformado lateralmente por um tecido habitacional consolidado, ainda que de construção informal, e aberto nos dois topos para a rua [Fig. 20]. Para garantir a qualidade do ambiente urbano e, de forma a permitir espaço suficiente para albergar todo o tipo de atividades comunitárias, espaços de recreio, estacionamento e eventos festivos, havia que privilegiar uma distribuição dos lotes habitacionais de forma a não comprometer o espaço público e vice-versa.

Assim, e com a ajuda da comunidade, percebeu-se que a melhor forma de organizar as unidades habitacionais pelo terreno era, em vez de distribuí-las em banda de forma a estabelecer o perímetro do terreno, conformando um pátio comum no seu interior, como haviam pensado inicialmente, as habitações deveriam ser organizadas em torno de 4 pátios independentes. Desta forma, as habitações foram organizadas e distribuídas em grupos de 20, de modo a conformar pequenos quarteirões em forma de U comunicantes com a frente urbana, formando pátios que definiam os espaços coletivos e através dos quais era feito o acesso às habitações que não se encontravam contíguas à rua (Aravena & Lacobelli, 2012, pp. 107-08).

2.2. O Guyana's Hinterland Housing Program como exemplo de enfoque na estratégia

Os apoios financeiros do banco ao setor da habitação social, na Guiana, tiveram início em 1999, com a aprovação de um empréstimo de 27 milhões de dólares americanos para a implementação do *Low-Income Settlements Program* (LISP I) e a subsequente aprovação de outros 27,9 milhões para uma segunda fase, em 2008, o *Low-Income Settlements Program II* (LISP II), que viria a terminar em dezembro de 2015. Enquanto a primeira fase se concentrou em garantir aos habitantes o título de propriedade dos terrenos onde viviam e o acesso aos serviços básicos, a segunda fase, embora mantivesse esse foco, incluía, também, intervenções, que tinham como objetivo a melhoria das condições de vida das comunidades ameríndias na *Hinterland*, com a construção de novas habitações e subsídios para o melhoramento do edificado já existente. É neste âmbito, que surge o *Hinterland Housing Program* (HHP), o segmento do LISP II desenvolvido nas zonas rurais do interior do país – a *Hinterland* –, e que se desenrolou entre 2009 e 2014, tendo Gabriel Arboleda³² como arquiteto responsável [Fig. 25].

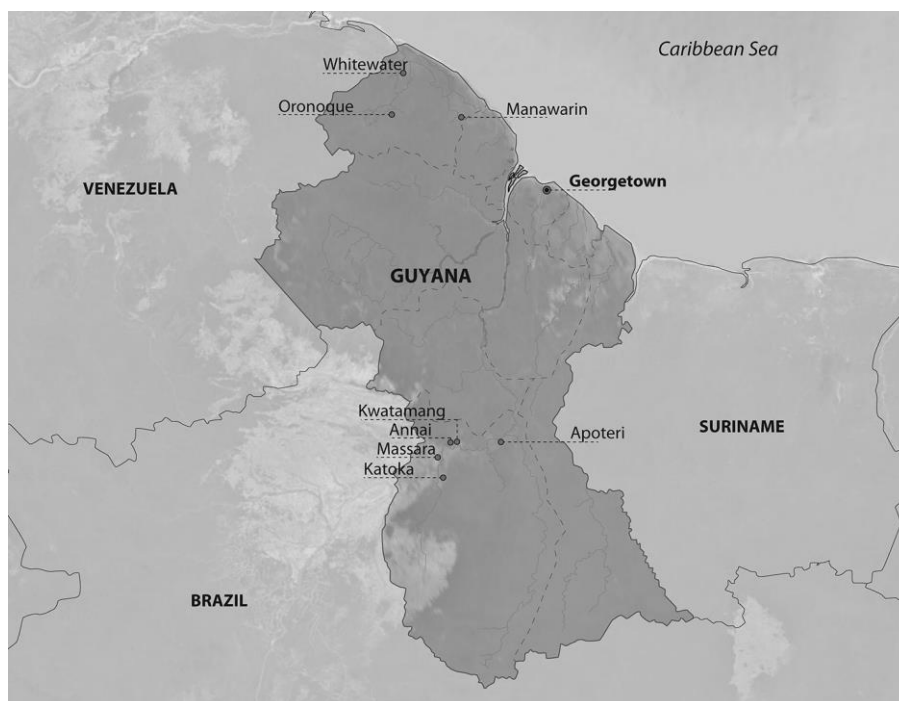


Figura 25_Localização das oito aldeias onde o programa interveio. (Arboleda, 2014a)

³² **Gabriel Arboleda** é um arquiteto e investigador que tem o seu trabalho concentrado, principalmente, na América Latina, onde explora as novas fronteiras do projeto e do planeamento participativos, políticas de desenho sustentável, etnografia na arquitetura, saneamento em países em desenvolvimento e materiais, métodos e tecnologias alternativos para a habitação de baixo custo.

É na *Hinterland* que se reúne a maior parte da população ameríndia e, apesar da abundância em recursos naturais, é lá, também, que estão concentrados os níveis mais altos de pobreza do país, sendo que 8 em cada 10 habitantes vive abaixo do limiar da pobreza. Na sua maioria, os habitantes ameríndios são agricultores de subsistência, com poucas ou nenhuma fonte segura de renda e com grandes limitações na obtenção de água potável; e, embora as habitações sejam, a nível construtivo, de boa qualidade, estas não conseguem satisfazer as necessidades dos seus habitantes, pois estes vivem em situações de sobrelotação e sem saneamento, para além dos sanitários improvisados em poços, havendo, portanto, uma grande necessidade de novas habitações e de melhoramentos às já existentes [Fig. 26] (Arboleda, 2014a, pp. 200-05).

Indicator		Region 1	Region 9	Average
Inadequate access to water		83% ³	88%	86%
Inadequate access to sanitation		95%	99%	97%
Poor quality of housing unit	Because of location	0%	0%	84%
	Because of materials	44% ⁴	57%	
	Because of present condition	32% ⁵	34%	
	TOTAL	76%	91%	
Overcrowding		86%	94%	90%
Low or no security of tenure		23%	0%	12%
TOTAL Average of the five indicators		73%	74%	74%

Figura 26_Indicadores das condições de habitabilidade, no início do programa. (Arboleda, 2014b)

O HHP interveio em oito aldeias principais (Annai, Apoteri, Katoka, Kwatamang, Manawarin, Massara, Oronoque e Whitewater) e em cerca de 20 aldeias satélite, estando estas dispersas pelas regiões noroeste e centro do país, em duas regiões administrativas: a região um (Barima - Waini) e a região nove (Upper Takutu - Upper Essequibo), sendo que a maior destas aldeias tem cerca de 1.200 habitantes. Entre novas habitações e melhoramentos, o programa entregou mais de 200 casas, a 60% dos candidatos [Fig. 27] (Arboleda, 2014a, pp. 200-01).

Village	Full	Upgrade	Total	Total applicants	Percent of applicants selected
Region 1					
Whitewater	23	27	50	60	83%
Manawarin	22	3	25	41	61%
Oronoque	18	0	18	44	41%
Region 9					
Kwatamang	12	23	35	37	94%
Annai	12	4	16	18	89%
Massara	12	7	19	28	68%
Katoka	12	10	22	73	30%
Apoteri	11	12	23	47	49%
Total	120	81	208	348	60%

Figura 27_Número de habitações construídas e melhoradas em relação ao número de candidatos. (Arboleda, 2014a)

2.2.1 Intervenientes

Embora o *Hinterland Housing Program* tenha sido executado pela *Guyana's Central Housing and Planning Authority* (CH&PA), uma divisão do Ministério da Habitação, este foi, no entanto, gerido dentro de um quadro multi-institucional que incluiu a colaboração direta com o *Ministry of Amerindian Affairs* (MOAA), os *Regional Democratic Councils* e os *Village Councils*. Também envolveu a colaboração da *Volunteer Services Organization* (VSO), uma organização não governamental internacional, que forneceu o apoio de facilitadores durante algumas fases do processo. A equipa de implementação do programa incluiu funcionários dos Departamentos de Desenvolvimento Comunitário, Projetos e Finanças da CH&PA, os Oficiais de Desenvolvimento Comunitário do MOAA e os *Village Councils*, que participaram de forma crítica e sustentada, uma vez que o programa foi desenhado para promover a participação da comunidade em todas as fases do processo: planeamento, projeto, administração, financiamento e construção (Arboleda, 2014a, p. 201).

Os *Village Councils* são a principal entidade administrativa das aldeias ameríndias e desempenharam o papel mais importante na administração local do HHP, tendo sido eles que iniciaram e concluíram o processo de seleção dos beneficiários. Em primeiro lugar, identificaram e pré-selecionaram as famílias elegíveis para o programa, tendo utilizado um conjunto de sete diretrizes simples para avaliar as necessidades de habitação, que incluíam dificuldades económicas, sobrelotação e risco de colapso [Fig. 28]. Participaram no processo de inscrição das famílias no programa, realizando entrevistas a candidatos qualificados e, mais tarde, deram a aprovação final às listas de beneficiários selecionados, depois de os pedidos

terem sido analisados pelo CH&PA. Os *Village Councils* estiveram, também, estrategicamente envolvidos na aquisição de materiais de construção locais, tendo ficado encarregues de realizar as transações com os distribuidores, realizar o controlo de qualidade e controlar as entregas. Também tinham como função o monitoramento dos trabalhos, juntamente com agentes de desenvolvimento comunitário, funcionários locais e vereadores, que realizavam visitas diárias para verificar o progresso da distribuição de subsídios, da alocação de materiais e do progresso da construção das habitações. No que diz respeito à administração, o programa beneficiou com, e contribuiu para, o desenvolvimento das competências administrativas dos membros das comunidades (Arboleda, 2014a, pp. 213-14).

HINTERLAND LIS 2 PRE-SELECTION FORM		
<i>The visited household qualifies to apply for the LIS 2 program if one or several of the conditions below apply:</i>		
INDICATOR	DESCRIPTION	CHECK ALL THAT APPLY
1. Dire poverty	The household is undergoing great economic hardship due to unemployment, health issues in the family, or other unforeseen circumstances	
2. Special necessities	The head of the household is a person who requires special support, like a single mother, an elderly person, a child or teen under 18, or a person with a disability	
3. Evident overcrowding	Too many people living in a small space	
4. Temporary housing	The house is temporary, or unfinished, or in serious need of repairs	
5. Risk that house collapses	The house is about to fall down, is flimsy, or has serious structural problems	
6. Water emergency	The household is having serious difficulties to procure and store fresh water	
7. Sanitation emergency	The household lacks an adequate toilet, or a toilet at all	
<i>If you checked at least one of the boxes above, fill out the following:</i>		
HOUSEHOLDER NAME		

Figura 28_Formulário de pré-seleção para o programa. (sem fonte)

Como consultor, o arquiteto desempenhou um papel de apoio, propiciando os *workshops*, moderando as discussões, observando o processo de desenho, intervindo com perguntas sobre decisões espaciais, fazendo recomendações prescritivas, e ensinando princípios de representação para o desenho dos mapas e planos das habitações ou a construção dos modelos à escala. A premissa principal do programa era que o arquiteto deveria atuar como técnico ao serviço da comunidade. Aliás, no geral, o objetivo de todos os profissionais que participaram na intervenção, exteriores às comunidades, era, para além da mediação, a tradução dos projetos comunitários em documentos técnicos que pudessem ser usados num programa de construção governamental (Arboleda, 2014a, p. 210).

O facto de o programa visar gerar fontes de emprego, contratando apenas mão-de-obra local, incluindo o trabalho especializado, levou a que os principais construtores, carpinteiros, pedreiros e, até mesmo, os funcionários de obras, fossem incluídos no supervisionamento da implementação do programa. Apenas um profissional externo, da área da construção, um engenheiro da CH&PA, esteve envolvido na fase de construção e viajou para as aldeias, apenas para visitas de monitoramento ocasionais. Os habitantes trabalharam regularmente no papel de construtores, sob a direção de um chefe de aldeia e um chefe construtor e a supervisão de um secretário de obras, todos empregados e remunerados pelo programa. Os habitantes mostraram-se totalmente capazes de produzir habitação de boa qualidade, dentro dos prazos e orçamentos esperados [Fig. 29] (Arboleda, 2014a, p. 217).

BASELINE INDICATOR		AVERAGES					
		REGION ONE		REGION NINE		TOTAL	
		BEFORE PROGRAM - GENERAL	AFTER PROGRAM - BENEFICIARIES	BEFORE PROGRAM - GENERAL	AFTER PROGRAM - BENEFICIARIES	BEFORE PROGRAM - GENERAL	AFTER PROGRAM - BENEFICIARIES
Access to water		18%	100%	13%	100%	15%	100%
Access to sanitation		93%	100%	82%	90%	86%	95%
Good quality of housing unit	Materials	46%	100%	38%	100%	41%	100%
	Present Condition	72%	100%	67%	100%	69%	100%
No overcrowding		17%	46%	3%	100%	9%	73%
Security of tenure		100%	100%	100%	100%	100%	100%

Figura 29_Indicadores das condições de vida da população em geral, antes e depois do programa. (Arboleda, 2014b)

2.2.2 A participação no programa

Antes de ter sido implementado o programa, foram realizadas consultas para perceber se o programa deveria ser implementado nos moldes em que havia sido desenhado, ou seja, perceber se a habitação era, de facto, uma prioridade para os habitantes e se estes se encontravam disponíveis para participar e, em caso afirmativo, de que forma deveria ser

implementado. O processo participativo começou logo após a primeira consulta com a comunidade, que envolveu cerca de 320 famílias e de onde surgiu uma descoberta importante, que viria a tornar-se numa mais valia para o programa: o facto de haver uma grande experiência construtiva nas comunidades da *Hinterland*, sendo que 7 em cada 10 famílias inquiridas haviam construído as suas próprias habitações. Esta participação inicial teve como objetivo a criação de uma base de informação para o programa, uma vez que não havia informações quantitativas sobre as condições socioeconómicas, nem sobre as condições das habitações nas aldeias selecionadas para integrarem o programa. Neste exercício, uma das ferramentas de avaliação participativa utilizadas foi o *mapeamento*, em que os habitantes usaram papel e caneta para desenhar mapas das suas aldeias, com o objetivo imediato de criar uma base de informações necessárias para o desenvolvimento do projeto de habitação, e com o objetivo a longo prazo de os *Village Councils*³³ poderem usar os mapas, como uma base de dados para os seus próprios planos de desenvolvimento [Fig. 30] (Arboleda, 2014a, pp. 202-03).

Os mapas geraram uma grande quantidade de informações relevantes num espaço muito curto de tempo, para além de que, a natureza gráfica dos mapas tornou-os na ferramenta de comunicação mais eficaz do programa. Nesses mapas, foram detalhados aspetos relacionados

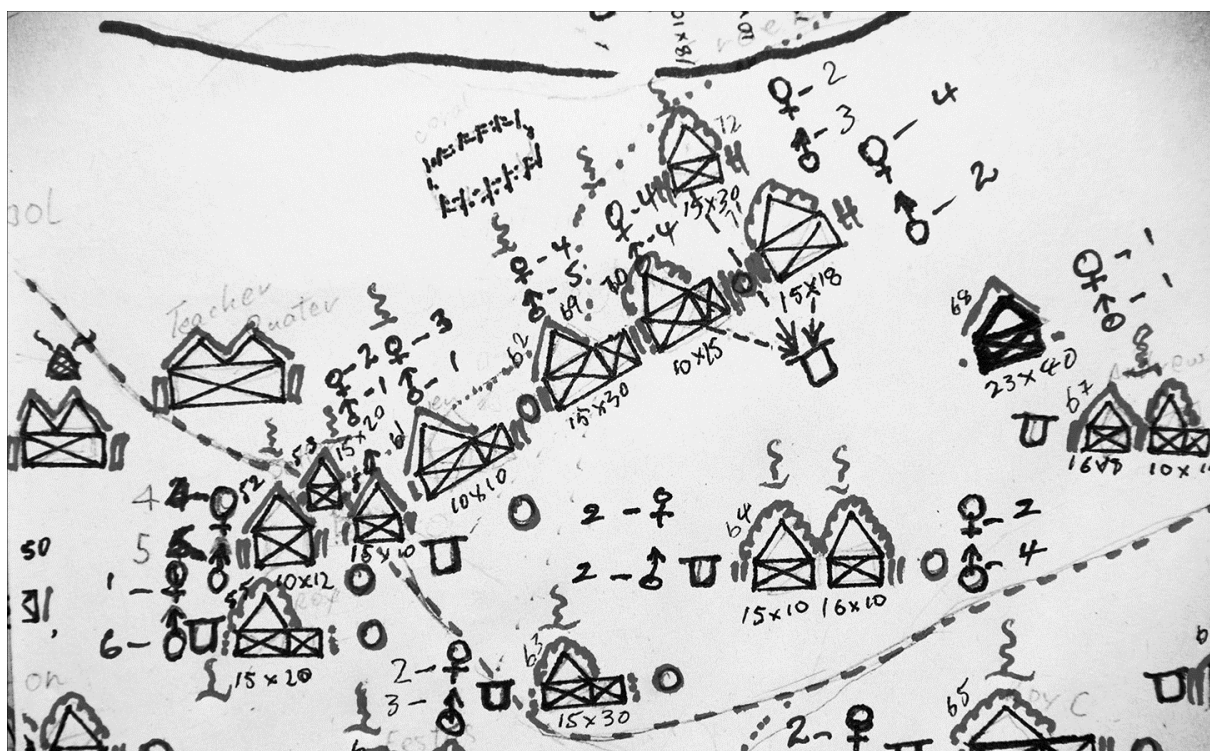


Figura 30_Fragmento de um dos mapas desenvolvidos pelas comunidades. (Arboleda, 2014a)

³³ **Village Councils** são o órgão administrativo de uma vila ameríndia, na estrutura do governo local da Guiana. São liderados por um *Toshao* e têm entre 6 a 12 conselheiros, dependendo da população da vila. Encontram-se legalmente estabelecidos e reportam diretamente ao Ministério dos Assuntos Ameríndios.

com a habitação, como a sua localização, os materiais utilizados para construí-las, a fonte de água de cada uma, os locais dos sanitários e a presença de tecnologia ou sistema de iluminação noturna utilizada em cada habitação [Fig. 31]. Estes mostraram-se muito eficazes e permitiram uma compreensão precisa do tipo e da magnitude dos problemas de habitação que estes habitantes enfrentavam. Serviram para verificar, por exemplo, que, embora a habitação fosse

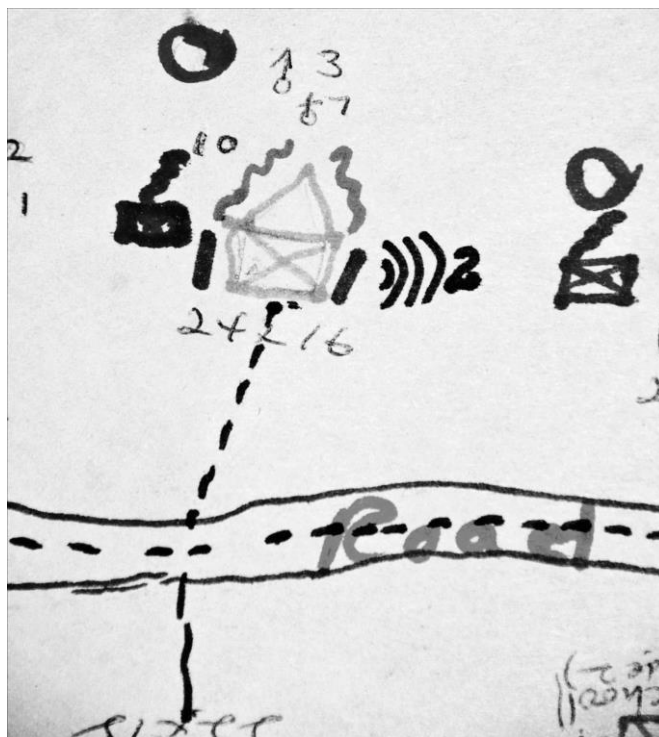


Figura 31_Detalhe de um dos mapas desenvolvidos pelas comunidades. Esta pequena porção do mapa diz-nos que, nesta habitação, vive uma família composta por dez pessoas, três homens e sete mulheres; que esta é constituída por um telhado de folhas de palmeiras, paredes de placas de madeira e uma latrina de poço. Não há água potável disponível na casa, mas possui um gerador elétrico, que não está a funcionar (indicado pelo X no ícone). Também nos diz que existem dois telemóveis funcionais nesta família. (Arboleda, 2014a)

uma necessidade a colmatar, a falta de água potável nas casas era uma necessidade ainda maior. No entanto, o envolvimento dos habitantes no processo permitiu, ao arquiteto, perceber que construir uma infraestrutura para abastecimento de água estaria fora de questão, uma vez que, por questões económicas, essa infraestruturação iria implicar um novo planeamento das aldeias, com habitações adjacentes, organizadas numa grelha, ao contrário da organização orgânica dos atuais conjuntos [Fig. 32] (Arboleda, 2014a, pp. 203-08).

Tal estratégia teria impactado, severamente, a segurança alimentar das famílias, ao mesmo tempo que iria perturbar as suas práticas culturais, uma vez que, no interior do país, a dona da casa pratica agricultura e, portanto, o jardim costuma estar localizado perto da cozinha. Reduzir os lotes, para compactar as habitações numa grelha, não permitiria espaço suficiente para a horta e, consequentemente, as mulheres seriam obrigadas a sair, todos os dias, até lugares



Figura 32_Vista aérea da vila Annai. (Arboleda, 2014a)

distantes, para a realização dessa prática. Este foi um cenário em que os participantes se opuseram, fortemente, durante os exercícios de avaliação e, por isso, foi necessário encontrar outra solução para o abastecimento de água que não tivesse impactos negativos na sustentabilidade das aldeias (Arboleda, 2014a, pp. 202-08).

A abordagem do arquiteto assentou, então, no entendimento de que as necessidades, problemas e recursos nas aldeias, representam questões e oportunidades que devem ser harmonizadas, através de um processo de planeamento colaborativo. A questão, aqui, prendia-se com o facto de os habitantes necessitarem de novas habitações, mas ser difícil, para as famílias, fornecerem uma contribuição financeira, ainda que estas fossem altamente subsidiadas, devido à escassez de empregos estáveis. No entanto, os habitantes dispunham de conhecimentos construtivos, bem como de materiais de construção locais, como a madeira, o cascalho, a areia e a argila. Pesando as necessidades, os problemas e os recursos, todo o projeto foi construído, apenas, com trabalho local, dispensando a prática comum de contratar construtores externos [Fig. 33]. Além disso, o programa reconheceu esse trabalho como um investimento económico, em vez das contribuições financeiras, e adquiriu materiais de construção dos habitantes locais como parte do subsídio. O programa tomou, assim, duas formas: a construção de novas habitações e a substituição dos telhados tradicionais por chapas de zinco, que tinha incluído um sistema de coleta de água das chuvas [Fig. 34]. Neste caso, o

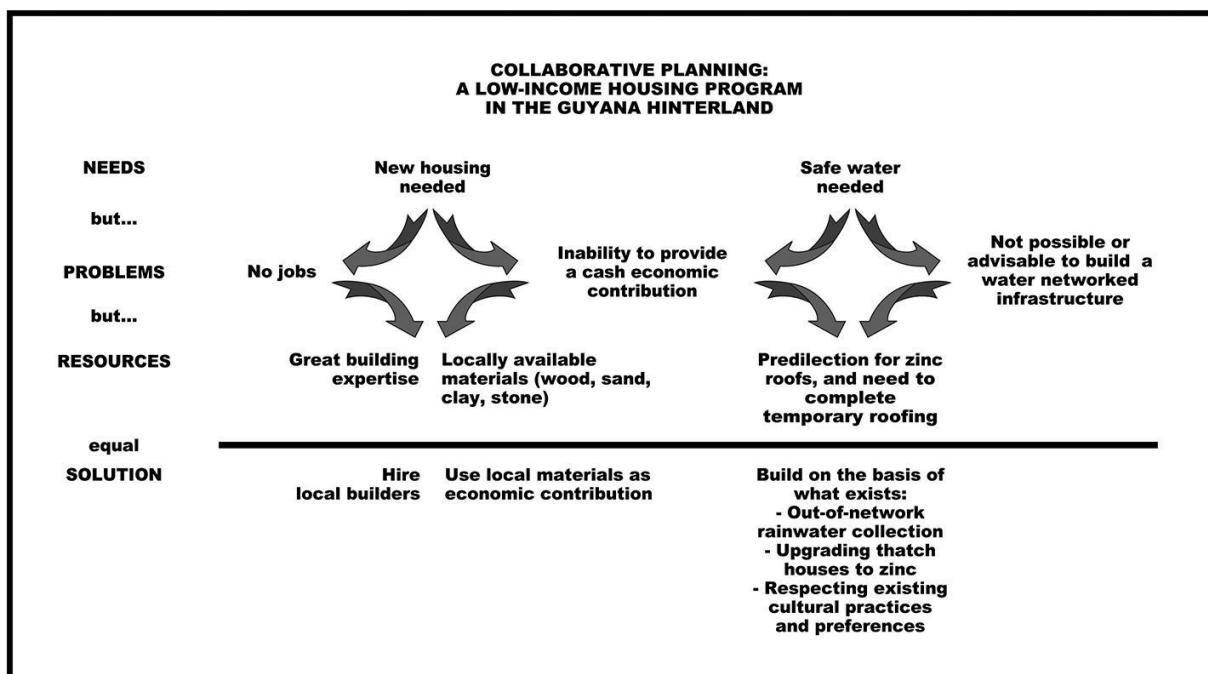


Figura 33_Diagrama com as premissas do programa. (Arboleda, 2014a)

programa fornecia os materiais industriais necessários para que as famílias substituíssem os seus telhados e a sua contribuição económica traduzia-se no seu trabalho. Ao combinar necessidades, problemas e recursos no processo de planeamento, a equipa decidiu agir, com base em seis princípios fundamentais: *a)* contratar apenas mão-de-obra local; *b)* aceitar mão-de-obra na vez de contribuições financeiras; *c)* comprar materiais locais aos habitantes; *d)* ter a água como principal necessidade; *e)* construir, tendo como base estruturas, preferências e práticas culturais locais; *f)* e não forçar deslocações. Em relação ao último ponto, a equipa, também, quis evitar o extremo oposto de forçar as pessoas a permanecerem onde estavam. Nas aldeias de Whitewater e Manawarin, algumas famílias viram, neste programa, uma oportunidade para se mudarem para outras áreas mais propícias à sua vida pessoal. No caso de Oronoque, uma aldeia sem títulos de propriedade dos terrenos, as famílias quiseram mudar-se



Figura 34_Antes e depois da colocação dos telhados em zinco. (Arboleda, 2014a)

para uma zona próxima de onde estavam, e onde o governo poderia oferecer-lhes segurança (Arboleda, 2014a, pp. 208-16).

2.2.3 Resposta formal

A resposta formal, neste programa, surgiu, também, por meio da colaboração e participação comunitárias, pelo que os projetos foram criados pelos habitantes durante uma série de exercícios participativos [Fig. 35]. Os participantes foram divididos em equipas, que incluíam, cada uma, um construtor local e um artesão, para liderar a construção dos modelos à escala. O resto dos participantes variavam em género, idade e formação profissional. Estes grupos trabalharam na definição da organização e divisão internas do espaço e identificaram os aspetos organizacionais mais adequados do processo de autoconstrução e dos sistemas de



Figura 35__ Workshop com a comunidade. (Corzo, 2014)

construção tradicionais. Assim, cada equipa criou o seu projeto, estimou o tipo, quantidade e custo dos materiais que seriam empregues na sua construção e propuseram um cronograma de construção que ia ao encontro das práticas locais³⁴. A abordagem utilizada, permitiu a produção de uma unidade *standard* que atendia uma área geográfica específica e que facilitava a sua personalização a longo prazo. Nas suas propostas, as equipas, de facto, implementaram as suas próprias variações. Por exemplo, na região um, propuseram habitações assentes em pilotis, de

³⁴ Por exemplo, nestas aldeias, a cobertura é um dos primeiros elementos a ser instalado. Com o telhado já terminado, o construtor pode continuar o seu trabalho, protegido do sol excessivo ou da chuva.

modo a poderem, ao longo do tempo, preencher o espaço vazio, em baixo, com mais quartos, duplicando a área original da habitação, ao contrário dos participantes da região nove, que preferiram casas no piso térreo [Fig. 36]. Cada equipa apresentou a sua proposta na forma de plantas, um modelo físico à escala e um orçamento aproximado. O desenho final das habitações

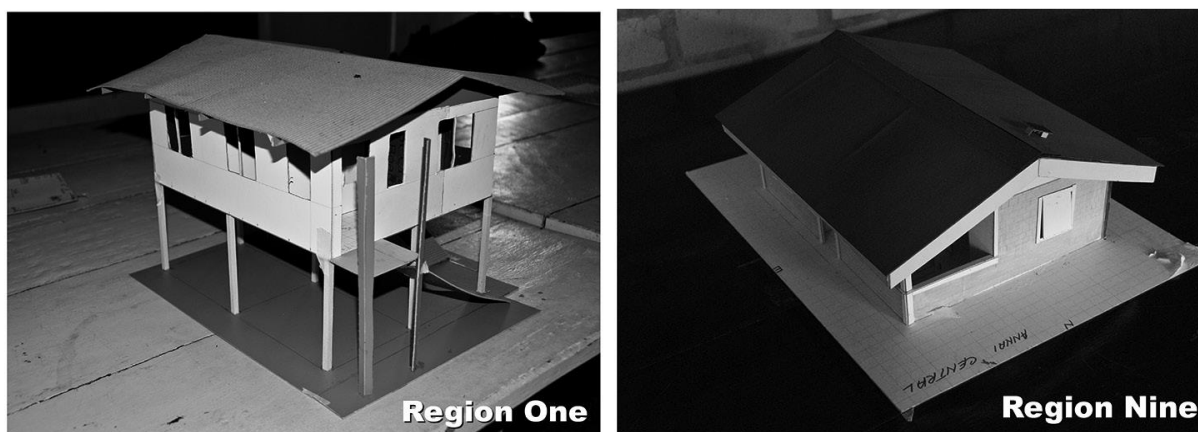


Figura 36_Modelos, à escala, das duas propostas finais. (Arboleda, 2014a)

para cada uma das regiões, incorporou os princípios comuns às propostas e as melhores ideias gerais. Esses projetos foram, então, otimizados pelo arquiteto, que atuou como um consultor de desenho [Fig. 37]. No geral, os planos otimizados eram, praticamente, idênticos às propostas da comunidade. As alterações implementadas foram poucas e puramente técnicas. Tais alterações consistiram, por exemplo, no nivelamento de paredes ao longo de eixos geométricos e no estabelecer de uma lógica de dimensionamento, pelo que essas alterações não se destinavam a um redesenho da proposta, apenas à sua otimização. O projeto permaneceu como havia sido desenvolvido pela comunidade (Arboleda, 2014a, pp. 210-13).

Já no processo de construção, cada habitação foi construída por uma equipa de cinco pessoas: um líder, uma segunda pessoa qualificada (ambos pertencentes à comunidade e remunerados pelo programa) e três habitantes com diferentes níveis de capacidades, que proporcionaram o seu investimento financeiro através do trabalho. Em vários casos, as equipas incluíam um jovem aprendiz da comunidade, como sexto membro. Ao envolver os aldeões na construção da sua própria habitação, o programa foi capaz de fornecer habitações de alta qualidade – bem construídas, maiores e mais confortáveis – com um custo consideravelmente menor do que aquele conseguido através de uma prática comum de contratação externa (Arboleda, 2014a, p. 218).

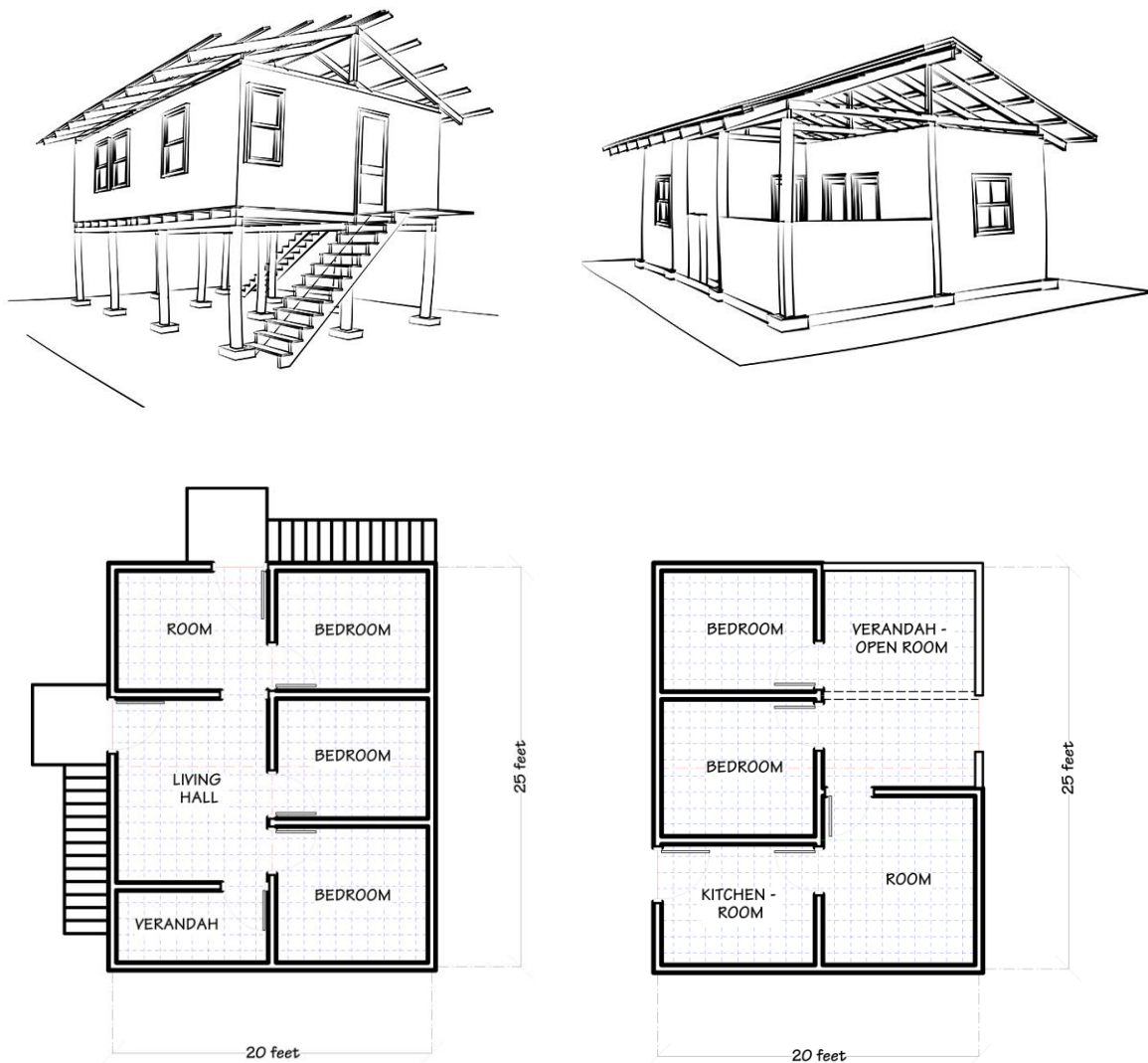


Figura 37_Propostas otimizadas. (Arboleda, 2014a)

2.3. Entre estratégia e forma: o papel do arquiteto na prática da arquitetura participada

Da análise destes dois projetos, conseguimos perceber que, embora ambos tenham um carácter participativo, as abordagens utilizadas diferem significativamente, bem como o papel desempenhado pelos arquitetos, ao longo do processo. Mais do que perceber as suas semelhanças, o interesse estará em perceber aquilo que os distingue, nomeadamente, no que diz respeito à intervenção dos arquitetos e à adequação do processo ao contexto específico da situação. Como referido anteriormente, foram selecionados dois projetos, que se encontram em extremos opostos no que à atuação do arquiteto no processo diz respeito, exatamente para tentar perceber a abrangência que pode ter a sua intervenção, quando o que está em causa é a prática participativa da arquitetura. Por um lado, temos o *Hinterland Housing Program*, numa abordagem ao estilo de John F. C. Turner, focada nos sistemas de organização, financiamento e gestão e, por outro, o projeto da Quinta Monroy, que se aproxima mais das abordagens de John Habraken, que procurava melhorar a eficácia do desenho e do edifício, vendo-o como um elo de ligação entre o habitante e o seu meio envolvente³⁵. A própria natureza da informação encontrada sobre ambos os projetos retrata isso mesmo, tendo sido mais fácil encontrar informação sobre a questão formal no projeto da Quinta Monroy e sobre o processo no projeto da *Hinterland*.

Esta diferença nas abordagens dos dois arquitetos não parece, no entanto, prender-se, necessariamente, com uma diferença no entendimento que estes têm da participação comunitária na arquitetura, como acontecia com John F. C. Turner e John Habraken, mas sim, como resultado da adequação do projeto às necessidades específicas de ambos os contextos³⁶. Vejamos: enquanto, na *Hinterland*, o arquiteto tinha em mãos um projeto habitacional em meio rural, onde as habitações se organizavam de forma orgânica, sem regra aparente, a Quinta Monroy encontrava-se em meio urbano consolidado. Se, em ambiente rural, não choca o facto de as habitações poderem ser desenhadas pelos próprios habitantes, no caso da Quinta Monroy, em que a homogeneidade e a adequação do conjunto ao seu entorno era essencial, seria criticável tal abordagem. Assim, na Quinta Monroy, como o contexto exigia que fosse dado um

³⁵ Ver pág. 21.

³⁶ Alejandro Aravena tem uma opinião muito vincada, e divulgada, sobre a questão da necessidade da progressividade no desenho da habitação social, mas isso encontra-se relacionado com as políticas habitacionais e não, diretamente, com a participação.

maior enfoque ao desenho, tendo este de ser mais cuidado, este foi levado a cabo pelo arquiteto, o que não aconteceu na *Hinterland*. Aí, para além do facto de se encontrarem em ambiente rural, os habitantes possuíam conhecimentos construtivos, sendo que as habitações existentes tinham boa qualidade construtiva, embora não conseguissem satisfazer as necessidades dos seus moradores, o que não acontecia na Quinta Monroy, onde a maior parte das estruturas era precária. Mais, enquanto na Quinta Monroy não havia problemas ao nível do emprego, estando a grande maioria dos habitantes empregado, na *Hinterland*, a maioria deles eram agricultores de subsistência, com pouca ou nenhuma segurança de renda, pelo que, por um lado, possuíam disponibilidade para uma participação assídua, por outro, o processo acabou por ser desenhado, de forma a que essa participação pudesse funcionar como uma fonte de rendimentos, com o trabalho da comunidade na construção das habitações ou a compra de materiais construtivos aos habitantes das aldeias.

Não nos esqueçamos que a participação, quando verdadeira e não, apenas, anunciada para benefício do profissional e/ou entidades envolvidas no processo, ocorre, na maior parte das vezes, mais por necessidade do que por mera vontade de alguém. Como tal, parece ter sido isso o que aconteceu nestes dois projetos, quer numa tentativa de contornar a escassez de recursos, mais evidente no projeto da *Hinterland*, quer pela necessidade de minimizar conflitos sociais, no caso da Quinta Monroy. Poder-se-ia dizer que esta participação foi implementada, nos dois projetos, também ela, de forma distinta, no que à sua função diz respeito. No caso da Quinta Monroy, a participação parece surgir como um meio para atingir um fim, que era o de evitar, ou pelo menos, tentar minimizar, os conflitos sociais que surgissem do redesenho e reconstrução do conjunto habitacional e de todos os realojamentos temporários que o processo implicou e que minaram a confiança dos habitantes – e, neste caso, a participação surge enquanto elemento no processo.³⁷ No *Hinterland Housing Project*, a participação parece ter sido implementada, por outro lado, como um fim em si mesma, ou seja, enquanto dinâmica fundamental do processo³⁸, em que o processo participativo, através do redesenho e reconstrução, ou melhoramento, das habitações, permitiu a criação de empregos e a transmissão de conhecimentos e, consequentemente, de uma fonte de rendimentos, de capacitação e de desenvolvimento. É verdade que, no caso da Quinta Monroy, também é criada uma fonte de rendimentos para as famílias, mas, nesse caso, isso é conseguido através do desenho – da arquitetura – e poderia acontecer sem que houvesse participação, que, embora não com a mesma

³⁷ Ver página 28.

³⁸ *Idem*.

eficácia, era, ainda assim, possível de conseguir. No caso da Quinta Monroy, a participação – e o desenvolvimento – é uma ferramenta para a arquitetura, enquanto no projeto da *Hinterland*, a arquitetura é a ferramenta da participação e, consequentemente, do desenvolvimento.

Quando relacionamos os dois projetos com o quadro das “principais fases da participação”³⁹, conseguimos perceber, ainda melhor, as diferenças entre os dois projetos [Fig. 38]. De facto, a figura 38 mostra-nos que, se o projeto da *Hinterland* segue a lógica aí descrita,

<i>Principais Fases da Participação</i>	<i>Quinta Monroy</i>	<i>Hinterland</i>
• <u>Conscientização</u>: dá-se a (re)descoberta das realidades do ambiente em questão	x	✓
• <u>Percepção</u>: as várias percepções das realidades do ambiente em questão são partilhadas para gerar compreensão, objetivos e expectativas	x	✓
• <u>Tomada de Decisões</u>: é elaborado um programa para a situação em questão, com os resultados das duas fases anteriores	x	✓
• <u>Implementação</u>: da fase anterior, surge um projeto que é, agora, posto em prática e no qual os habitantes devem continuar a participar para cimentar o que até então foi conseguido.	x	✓

Figura 38 __Relação das principais fases da participação em ambos os projetos.

com o início do processo na conscientização e percepção dos participantes e, só depois, a tomada de decisões, seguida da implementação do projeto; na Quinta Monroy, o projeto segue uma lógica diferente [Fig. 39]. Através da figura 39, verificamos que, no projeto da Quinta Monroy, o processo participativo é iniciado na “fase de desenho”, deixando para trás a questão da conscientização e da percepção⁴⁰, não querendo, com isto, dizer que elas não aconteçam. Apenas não têm lugar próprio no processo, vão acontecendo conforme o processo se vai desenrolando.

<i>Fases da Participação no projeto da Quinta Monroy</i>
• <u>Desenho</u>: desenvolvimento do projeto formal em conjunto com os moradores; • <u>Licitação</u>: pretende-se, aqui, moderar as expectativas por parte dos moradores; • <u>Construção</u>: enquanto se dá a construção do objeto, prepara-se e capacita-se os moradores para a transição para as novas habitações e para a concretização das futuras expansões; • <u>Habitação</u>: aqui, dá-se assistência técnica aos habitantes que procedam às expansões das habitações.

Figura 39 __Fases da participação segundo Alejandro Aravena, aplicadas no projeto da Quinta Monroy.

³⁹ Ver página 35.

⁴⁰ Ver página 64.

Todo o processo se desenvolve em torno do objeto. Contudo, não se pretende, aqui, escolher um ou outro projeto como o mais participativo, até porque, nesta fase da investigação, a ideia do *Citizen Control*, defendido por Sherry R. Arnstein⁴¹, parece-nos irreal e, de qualquer das formas, pouco eficaz, para além de que, se analisarmos o quadro dos “principais objetivos da participação”⁴² e, com ele, relacionarmos os dois projetos, verificamos que, em ambos, praticamente todos os objetivos são conseguidos, pelo que se volta a defender que, mais importante do que o tipo de participação implementado num projeto, é a sua adequação à situação em questão [Fig. 40].

<i>Principais Objetivos da Participação</i>	<i>Quinta Monroy</i>	<i>Hinterland</i>
• Promover um planeamento e regeneração inclusivos	✓	✓
• Identificar questões e objetivos com base no conhecimento local	✓	✓
• Gerar ideias criativas	✓	✓
• Gerar consenso	✓	✓
• Criar oportunidades futuras	✓	✓
• Lutar contra o conformismo	-	-
• Desenvolver o conhecimento local	✓	✓
• Desenvolver liderança	✓	✓
• Promover formas adequadas de autoajuda	✓	✓
• Identificar, planear e implementar atividades capazes de gerar rendimento.	✓	✓

Figura 40_Relação entre os principais objetivos da participação em ambos os projetos.

A participação deve existir, sim, mas adequada às necessidades de cada caso. Com isto, esta comparação serviu para demonstrar, em termos práticos, que a intervenção do arquiteto nos processos participativos pode ter uma componente mais de desenho e menos de facilitador, ou mais de facilitador e menos de desenhador, e entre um extremo e outro, este pode desempenhar imensas funções, em diferentes etapas do processo, com níveis de intensidade diferentes. Estas podem passar *a)* pelo aumentar do nível de consciencialização dos participantes; *b)* pela assistência no seu desenvolvimento pessoal e comunitário; *c)* pelo desenvolvimento da coesão comunitária; *d)* pela promoção da participação, através da criação das condições necessárias para o envolvimento dos habitantes, com o desenho de sistemas de

⁴¹ Ver página 23.

⁴² Ver página 32.

produção e meios de comunicação apropriados; *e*) pelo estabelecer de contactos com entidades governamentais e outras, introduzindo as comunidades aos processos e mecanismos de comunicação próprios; *f*) e pela disponibilização de informação técnica necessária para as atividades desenvolvidas. Esta disparidade, para além de nos mostrar que a participação possibilita a abertura de novos caminhos para a arquitetura, na medida em que, como pudemos verificar nos dois projetos, práticas convencionais de realojamento ou habitação social não teriam sido aceites pelas comunidades, permite-nos, também, verificar que, de facto, não existe uma norma para a arquitetura participada.

Mais, acredita-se que, independentemente do papel que o arquiteto possa desempenhar no projeto participativo, o importante é a valorização do processo em relação ao objeto, de forma a que o arquiteto possa elaborar soluções socialmente mais comprometidas e que respondam, efetivamente, às transformações da sociedade atual.

Conclusão

A participação, como pudemos verificar ao longo desta investigação, para além de não possuir uma única definição, significando coisas diferentes para pessoas diferentes, dependendo do contexto em que é tratada, torna-se bastante controversa, principalmente, pela sua imprevisibilidade, uma vez que, para cada projeto, existe um contexto com recursos disponíveis específicos, uma população local com características próprias e necessidades concretas, um orçamento disponível, quase sempre precário, entre outros fatores, que acabam por definir o rumo da intervenção. Por isto, e acredita-se que ainda bem que assim o é, não existe um processo participativo ideal, nem uma única forma de praticar uma arquitetura participada, afastando-a da ideia de uma prática normativa.

Embora a sua base teórica venha já dos anos 60 do séc. XX, bem como o reconhecimento dos seus benefícios, o seu potencial tenha sido estabelecido durante os anos 80 com a execução de vários projetos, e hoje seja reconhecida como uma alternativa às práticas convencionais em projetos de desenvolvimento comunitário, esta ainda luta para ser integrada nas práticas correntes da arquitetura, tendo vindo a ser vista como uma prática à parte, que deve ser deixada para aqueles que pretendem praticar atos filantrópicos. A esta questão, Alejandro Aravena responde que esta abordagem (ainda) pouco convencional da arquitetura não se trata de um ato de caridade, nem de uma abordagem paternalista, como tantas vezes a apelidam, mas sim, uma qualificação profissional, porque procura adequar os seus serviços a necessidades específicas de uma dada situação.

Hoje, o arquiteto não depende unicamente da encomenda estatal ou de um cliente. Cabe-lhe, não só, a responsabilidade de ser proativo na identificação de situações nas quais possa, enquanto profissional, intervir para o melhoramento das condições de vida da sociedade, como também, procurar formas de financiar os seus projetos, através de bolsas ou de instituições públicas ou privadas. Não se espera que o seu trabalho seja feito *pro bono*. Como profissional, este deve ser recompensado pelo seu trabalho e conhecimentos. A questão é que, num mundo em que a atividade do arquiteto se vai tornando cada vez mais precária, não há como todos trabalharem para o 1% da população capaz de pagar pelos seus serviços autorais (e, felizmente, nem todos se querem limitar a esse tipo de arquitetura).

Na última década, cada vez mais arquitetos têm vindo a demonstrar um renovado compromisso social e que, em resposta aos novos desafios sociais, têm optado por práticas arquitetónicas alternativas, por se afastarem da arquitetura que se preocupa, essencialmente,

com questões formais, estéticas e tecnológicas. Ainda assim, estas práticas, nas quais se insere a arquitetura participada, não pretendem romper com a prática convencional da arquitetura, mas ampliá-la, como demonstra a comparação feita entre os dois casos de estudo analisados nesta dissertação. Não pretende desagregar-se dos modelos tradicionais, mas ampliar o seu campo de ação, pela inclusão de saberes e abordagens próprias de outras disciplinas e/ou pela reinterpretação da relação entre cliente e arquiteto.

Claro que, tais práticas estabelecem contextos intelectuais, físicos, políticos e económicos significativamente diferentes daqueles a que o arquiteto está habituado e, por isso, exigem diferentes atitudes e hábitos profissionais, novas relações entre habitantes, organizações e especialistas, novas ferramentas e novas responsabilidades. O arquiteto deve abandonar a ideia do processo participativo como ameaça à sua profissão, pois este proporciona-lhe um maior e mais variado campo onde possa exercê-la, onde possa fazer uso de tantas ferramentas de que dispõe intelectualmente, vendo-se o valor do seu papel, aqui, aumentado, tendo em conta a diversificação das suas funções, bem como um “novo” potencial de intervir além do desenho do espaço. O arquiteto deve abraçar a multidisciplinaridade fundamental da arquitetura, fazendo uso de novas metodologias e instrumentos participativos que possam contribuir para uma maior adequação da sua prática ao destinatário e às necessidades específicas de um determinado contexto. Sobre esta multidisciplinaridade existem, contudo, dúvidas sobre se a arquitetura não poderá correr o risco de se perder noutras áreas profissionais, visto que o arquiteto prescinde, por vezes, do rigor formal e do controlo total do projeto e da construção, que está na base da sua formação. Esta investigação não nos fornece dados para que possamos, de maneira informada, responder a esta questão. No entanto, parece-nos que o resultado contrário, o de não integrar estas práticas na arquitetura, poderá ter como resultado a perda da relevância da profissão do arquiteto, pela desvalorização do seu papel social.

Algo que nos parece também, e acima de tudo, assinalável, embora não tenha sido alvo de investigação nesta dissertação, é a necessidade de adequar os modelos de ensino à realidade da sociedade atual. Defende-se, aqui, a prática de uma arquitetura participada com todos os benefícios que ela inclui, mas a verdade é que são muito poucos os arquitetos que estão realmente capacitados para dirigir um projeto desta natureza; poucos são aqueles que, sequer, estão familiarizados com estes processos. Torna-se, assim, necessário dotar os futuros arquitetos de competências que lhes permitam, de forma eficaz, planejar, projetar, desenhar e gerir processos desta natureza e, com isso, voltar a ter um papel criticamente ativo e socialmente relevante.

Bibliografia

- Aravena, A. (2011). *Alejandro Aravena: forces in architecture*. Toquio: Toto Publishing.
- Aravena, A., & Lacobelli, A. (2012). *Elemental: incremental housing and participatory design manual*. New York: Distributed Art Pub Incorporated.
- Arboleda, G. (2014a). Participation Practice and its Criticism: can they be bridged? A field report from the Guyana Hinterland. *Housing and Society*, pp. 195-225. Obtido em 29 de setembro de 2017, de http://www.academia.edu/11268154/Participation_Practice_and_Its_Criticism_Can_They_Be_Bridged_A_Field_Report_from_the_Guyana_Hinterland
- Arboleda, G. (2014b). *Housing Pilot in the Hinterland: quantitative evaluation of housing indicators*. Guyana. Obtido em 29 de setembro de 2017, de <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getDocument.aspx?DOCNUM=39837984>
- Arnstein, S. R. (julho de 1969). A Ladder of Citizen Participation. *Journal of the American Planning Association*, pp. 216-224. Obtido em 29 de setembro de 2017, de https://lithgow-schmidt.dk/sherry-arnstein/ladder-of-citizen-participation_en.pdf
- Augé, M. (2012). *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Lisboa: Letra livre.
- Bandeirinha, J. A. (2007). *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de abril de 1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Canotilho, P. (2008). *HABIT: arquitectura e a problemática da habitação*. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Obtido em 29 de setembro de 2017, de <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/5877/1/Hbitat.pdf>
- Carlo, G. d. (2005). Architecture's Public. Em P. B. Jones, D. Petrescu, & J. Till, *Architecture and Participation* (pp. 3-22). London: Spon Press.
- Carlo, G. d. (2010 [1980]). Uma Arquitectura da Participação. Em J. M. Rodrigues, *Teoria e Crítica de Arquitectura: século XX* (pp. 753-758). Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Corzo, P. (Realizador). (2014). *Guyana Hinterland Housing Program* [Filme]. Obtido em 29 de setembro de 2017, de <https://www.youtube.com/watch?v=LwBJ8IjTZr8&t=423s>
- Davidoff, P. (novembro de 1965). Advocacy and Pluralism in Planning. *Journal of the American Institute of Planners*, 31, pp. 331-338. Obtido em 29 de setembro de 2017, de

- http://urbanpolicy.net/wp-content/uploads/2012/11/Davidoff_1965_Advocacy-and-pluralism-in-planning.pdf
- Fathy, H. (2009). *Arquitectura para os Pobres: uma experiência no Egípto rural*. Lisboa: Dinalivro.
- Forjaz, J. (2005). *Arquitectura, Ambiente e Sobrevivência*. Maputo: Edições FAPF.
- Gilbert, A., & Gugler, J. (1993). *Cities, Poverty, and Development: urbanization in the third world*. Oxford: Oxford University Press.
- Gonçalves, I. (2013). *O Habitar Mínimo*. Évora: Universidade de Évora. Obtido em 29 de setembro de 2017, de <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/10956/1/O%20Habitar%20Mínimo.pdf>
- Hall, E. T. (1966). *A Dimensão Oculta*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Hamdi, N. (1991). *Housing Without Houses: participation, flexibility, enablement*. London: Intermediate Technology Publication, Ltd.
- Hamdi, N. (2004). *Small Change: about the art of practice and the limits of planning in cities*. London: Earthscan.
- Hamdi, N. (2010). *The Placemaker's Guide to Building Community*. London: Earthscan. Obtido em 29 de setembro de 2017, de <http://en.booksee.org/s/?q=The+Placemaker%27s+Guide+to+Building+Community&e=1&t=0>
- Healey, P. (1997). *Collaborative Planning: shaping places in fragmented societies*. London: MacMillan Press, Ltd.
- Hickey, S., & Mohan, G. (2004). *Participation - From Tyranny to Transformation?: exploring new approaches to participation in development*. London: Zed Books. Obtido em 29 de setembro de 2017, de <http://en.booksee.org/s/?q=Participation+-+From+Tyranny+to+Transformation%3F%3A+Exploring+new+approaches+to+participation+in+development&e=1&t=0>
- Jones, P. B., Till, J., & Petrescu, D. (2005). *Architecture and Participation*. London: Spon Press.
- Lefebvre, H. (1992). *The Production of Space*. Hoboken: John Wiley & Sons.
- Monteiro, I. A. (2013). *Autoconstrução Assistida: práticas de projecto entre a experiência do habitante e o contributo do arquitecto*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Obtido em 29 de setembro de 2017, de <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/80253>

- Oakley, P. (1991). *Projects with People: the practice of participation in rural development*. Genebra: International Labour Office.
- Pereira, G. M. (2014). SAAL: um programa de habitação popular no processo revolucionário. *História, revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 4, pp. 13-31. Obtido em 29 de setembro de 2017, de <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12907.pdf>
- Pinto, C. R. (2015). *Arquitetura Social Participada: contributos para uma nova metodologia*. Lisboa: Instituto Superior Técnico. Obtido em 29 de setembro de 2017, de <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/1126295043834166/TESE%20FENIX%20PDF.pdf>
- Reeves, D. (2005). *Planning for Diversity: policy and planning in a world of difference*. London: Routledge. Obtido em 29 de setembro de 2017, de <http://en.booksee.org/s/?q=Planning+for+Diversity%3A+Policy+and+planning+in+a+world+of+difference.&e=1&t=0>
- Sanoff, H. (2000). *Community Participation Methods in Design and Planning*. New York: John Wiley & Sons, Inc.
- Schneider, T., & Till, J. (2007). *Flexible Housing*. Oxford: Architectural Press.
- Silva, C. N. (1994). Mercado e Políticas Públicas em Portugal: a questão da habitação na primeira metade do século XX. *Análise Social*, XXIX, pp. 655-676. Obtido em 29 de setembro de 2017, de <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377343A5aBQ3zq2Xm06MS9.pdf>
- Souza, M. L. (1999). *Desenvolvimento de Comunidade e Participação* (6. ed.). São Paulo: Cortez.
- Teixeira, M. C. (1992). As Estratégias de Habitação em Portugal, 1880-1940. *Análise Social*, XXVII, pp. 65-89. Obtido em 29 de setembro de 2017, de <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223049300Z1dLD4ro1Jn31VT6.pdf>
- The Museum of Modern Art. (1964). *Architecture Without Architects*. Obtido em 29 de setembro de 2017, de <https://www.moma.org/calendar/exhibitions/3459?locale=en>
- Till, J. (2009). *Architecture Depends*. Cambridge: MIT Press.
- Till, J., Schneider, T., & Awan, N. (2011). *Spatial Agency: Other ways of doing architecture*. London: Routledge.
- Turner, J. F. (1972). Housing as a Verb. Em J. F. Turner, & R. Fichter, *Freedom to Build: dweller control of the housing process* (pp. 148-175). New York: Macmillan. Obtido

- em 29 de setembro de 2017, de <http://www.communityplanning.net/JohnTurnerArchive/pdfs/FreedomtoBuildCh7.pdf>
- Turner, J. F. (1976). *Housing by People: Towards autonomy in building environments*. New York: Pantheon Books. Obtido em 29 de setembro de 2017, de http://library.uniteddiversity.coop/Ecological_Building/Housing_By_People-Towards_Autonomy_in_Building_Environments.pdf
- Turner, J. F., & Fichter, R. (1972). The meaning of autonomy. Em J. F. Turner, & R. Fichter, *Freedom to Build: dweller control of the housing process* (pp. 241-254). New York: Macmillan.
- Vieira, A., & Coutinho, A. (2014). Museu de Arte Contemporânea de Serralves. *O Processo SAAL: Arquitetura e Participação 1974-1976*. Porto: Serviço Educativo do Museu de Serralves. Obtido em 29 de setembro de 2017, de https://www.serralves.pt/documentos/servico_educativo/1411_DossPedagogicioSAAL.pdf
- Violas, D. A. (2003). *A Habitação Social e a Intervenção Municipal: o caso de Vila Nova de Gaia*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Obtido em 29 de setembro de 2017, de <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/10893?locale=pt>